

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA - USS

JOSÉ AYLTON DE MATTOS

**PARTIDOS POLÍTICOS NO MUNICÍPIO DE
CARATINGA-MG
1964-1980
ESTUDO DE CASO**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**VASSOURAS
2007
UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA - USS**

JOSÉ AYLTON DE MATTOS

**PARTIDOS POLÍTICOS NO MUNICÍPIO DE
CARATINGA-MG
1964-1980
ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado desenvolvida por José Aylton de Mattos, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História Social pelo Programa de Mestrado da Universidade Severino Sombra.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto

VASSOURAS
2007
JOSÉ AYLTON DE MATTOS

**PARTIDOS POLÍTICOS NO MUNICÍPIO DE
CARATINGA-MG
1964-1980
ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Universidade Severino Sombra, como requisito para obtenção de Grau de Mestre em História Social.

Aprovado em ____ de _____ de _____

**VASSOURAS
2007**

DEDICATÓRIA

Para a Graça, companheira amorosa, que soube suportar as ausências, os adiamentos das viagens antes programadas e os momentos de lazer.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todas as pessoas que me ofereceram informações enriquecedoras, através de depoimentos sobre a história política de Caratinga. Agradeço também aos colegas professores Germano, Ana Saygli, Nelson e Moisés, que gentilmente me cederam livros que foram de grande utilidade para o desenvolvimento do trabalho; aos professores e estagiários do NUDOC- Núcleo de Documentação e Estudos Históricos da UNEC; à Lorena Zem El-Dine, pelas sugestões e revisão do texto; ao Denílson Rodrigues Ribeiro pelo apoio técnico; ao jornalista Humberto Luiz Salustiano Costa pela cessão dos arquivos do “*O Jornal de Caratinga*” peça fundamental durante a elaboração deste trabalho.

Ao Centro Universitário de Caratinga - UNEC, especialmente ao Reitor Antônio Fonseca da Silva, pelo incentivo.

Por último, um agradecimento especial à minha orientadora, Dra. Surama Conde Sá Pinto, que em nenhum momento se furtou em oferecer-me, de forma competente e atenciosa, as sugestões e as orientações de que necessitava. Assim, toda e qualquer falha aqui encontrada são de minha inteira responsabilidade.

Sem a participação dessas e de outras pessoas este trabalho teria se tornado para mim muito mais árduo.

RESUMO

O presente trabalho, inserido no campo da História Política, tem por objeto o estudo dos partidos políticos que atuaram no município de Caratinga-MG, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1980, quando no Brasil vigorou o bipartidarismo imposto pelo governo militar que tomou de assalto o poder em 1964.

Situado no leste do Estado de Minas Gerais, o município de Caratinga, após 1945, teve a política local sob a influência dos dois maiores partidos políticos nascidos no período pós-Vargas, ou seja, o PSD - Partido Social Democrático e a UDN - União Democrática Nacional, havendo prevalência do PSD que, por ter sido criado sob a inspiração de Getúlio Vargas, atraiu para si muitos líderes políticos, ao término da ditadura. Quanto ao PTB - Partido Trabalhista Brasileiro pouco apareceu, de início. Com o golpe militar de 1964 esses partidos foram extintos e, no espaço deixado por eles “em 24 de março de 1966, a ARENA e o MDB foram legalmente reconhecidos como organizações partidárias pelo Tribunal Regional Eleitoral” (KINZO, 1988, p.30).

Para ficarem em sintonia com os militares, os líderes políticos tanto do PSD quanto da UDN locais trataram de se acomodar na ARENA. Como eram tradicionais adversários, optaram pela utilização do recurso da sublegenda: o ex-PSD assumiu a ARENA 1 e a ex-UDN a ARENA 2. Na realidade, ocorreu apenas uma mudança de rótulo, porque o conteúdo continuou o mesmo. Quanto ao MDB não chegou a atrair grande número de adeptos, o que fez com que o partido só instalasse o seu primeiro diretório no Município em 1976, já bem próximo da extinção do bipartidarismo.

Na realização do presente trabalho enfrentamos algumas dificuldade quanto às fontes, que se mostraram escassas. O Cartório Eleitoral não dispõe de registros sobre as eleições ocorridas no município; no T.R.E., em Belo Horizonte, os resultados das eleições municipais do período por

nós estudado não estão disponíveis ou não existem; nas bibliotecas de Caratinga, desde a pública até as do Centro Universitário local, em arquivos públicos e particulares, pouca coisa foi encontrada a respeito. Além disso, a cidade sofreu três grandes enchentes (1973, 2003 e 2004, cada uma delas responsável pela destruição de incontável número de objetos, fotografias e documentos, geralmente mantidos nas residências, em escritórios e Cartórios, todos invadidos pelas águas.

Algumas informações conseguimos obter no “Núcleo de Documentação e Estudos Históricos-NUDOC”, pertencente ao Centro Universitário de Caratinga, tais como fotos, alguns documentos e depoimentos de políticos locais, ali arquivados. Fundamentais, porém, foram os arquivos de dois periódicos semanários: o “*Município*” publicado até 1957 e, principalmente, o “*O Jornal de Caratinga*”, publicado desde 1968 e ainda em circulação.

Este estudo, que ao nosso ver não possui similar, está estruturado em três capítulos. No primeiro, procuramos sintetizar as características dos partidos nacionais mais influentes até 1964, ou seja, PSD, UDN e PTB para, em seguida, demonstrar como os dois primeiros atuaram em Caratinga. Quanto ao PTB, demorou a ter representatividade local. No segundo capítulo abordamos as características da ARENA e sua política em nível nacional, para em seguida analisarmos a sua atuação no município, notadamente quando assume localmente as sublegendas ARENA 1 e ARENA 2. Por último, no terceiro capítulo, o nosso foco está fixado no estudo sobre o MDB, quando teremos uma visão geral da sua política e programa, para, em seguida analisarmos o seu “controvertido nascimento em Caratinga”.

ABSTRACT

The present work which is inserted in the field of Political History, aims at studying the political parties from the municipal district of Caratinga, Minas Gerais, Brazil, from the period of 1964 to 1980, when there was a division imposed by the military government that took over the political power in Brazil in the Military coup of 1964.

After 1945, the district of Caratinga, which is located in the East of the State of Minas Gerais, had its politics under the influence of the two largest political parties created in the political period of the Vargas Government. That is, the PSD party (Democratic Social Party) and the UDN party (National Democratic Union). But due to being created under the Getúlio Vargas inspiration, the PSD was prevalent, and it attracted political leaders. At the end of the Brazilian Dictatorship, the PTB party (Brazilian Labour Party) appeared little in the first moment. With the Military blow of 1964, those parties were extinguished. In their place on March 24, 1966, the Arena party and the MDB party were recognized legally as supporting organizations by the Electoral Regional Tribunal (KINZO, 1988, p.300).

To remain under syntony with the military system, the political leaders from the PSD party and the UDN party accommodated in the ARENA party. As they were traditional opponents, they opted to change the names. As for the PSD party it became ARENA 1 and the former UDN party the name ARENA 2. In reality, there was just a change in label, but the content remained the same. As for the MDB party, it did not get to attract a great number of people, which lead the party to only install its first directory in the Municipal District of Caratinga in 1976, when it was already very close to the extinction of the political division.

During the accomplishment of this research, we have faced some difficulties in trying to gather information from sources. The Electoral Registry office does not have registrations of the elections that happened at the municipal district in the T.R.E., in Belo Horizonte, the results of

the municipal elections of the period studied by us are either not available or they do not exist; in the public and private libraries of Caratinga, very little was found. Besides, the city has suffered three great floods (1973, 2003 and 2004), each one of them was responsible for the destruction of countless numbers of objects, pictures and documents which was usually kept at homes and offices and at the Registry Office, which were all flooded.

It was possible to obtain some information at the Historical Document and Studies Nucleus (NUDOC), which is at the Academical Center of Caratinga, such as, pictures, some documents and local politician's depositions, which were there. However, the files of two weekly newspapers from the municipality, "The Municipal District", which had been published up to 1957, and, specially, the "The Newspaper of Caratinga", that has been published since 1968 and is still in circulation, were fundamental.

This study, which seems to that there is not any other similar done up to now. In the first, we tried to synthesize the characteristics from the most influential parties up to 1964, that were the PSD party, the UDN party and the PTB party. Then, it was demonstrated how the first two functioned in Caratinga, because the PTB party took long to have local representativeness. In the second chapter, we covered the characteristics of the ARENA party, its politics at national level. Afterwards we analyze, its performance in the Municipal District, specially when it appears under the new names of the ARENA 1 party and the ARENA 2 party, locally. Last, in the third chapter, our focus is the fastened study on the MDB party, when there is a general view of its politics and program, soon after the "controverted foundation of the municipality of Caratinga" analyzed.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I	
PSD, UDN E PTB:Três Partidos Políticos Em Meio A Duas Ditaduras.....	19
Introdução.....	19
Considerações sobre partidos políticos.....	19
O Partido Social Democrático (PSD): origem e desempenho.....	25
PSD, um partido de pragmáticos e de oportunistas.....	29
Por dentro do “manual do bom pessedista”.....	30
UDN: União Democrática Nacional.....	35
Uma oposição sistemática e agressiva.....	42
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: getulismo, trabalhismo, reformismo e nacionalismo	44
O Município de Caratinga: aspectos gerais.....	51
Caratinga estende tapete vermelho para receber Prefeito nomeado.....	54
Novo prefeito é nomeado “para fazer Caratinga feliz”.....	56
Sustentação no comando político.....	60
Atraso econômico em troca de poder político.....	61
Nascem a ARENA e o MDB mas PSD e UDN continuam mandando.....	63
Conclusão.....	65

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto as relações de poder ocorridas no Município de Caratinga-MG, entre os anos de 1964 e 1980, tomando como base o estudo dos partidos políticos que atuaram no município naquele período. Trata-se de um período importante da história brasileira, por corresponder ao espaço político dominado pelos militares que, após assumirem o controle político-administrativo nacional por meio de um golpe, extinguiram em 1965 o pluripartidarismo até então existente, dominado por três agremiações partidárias, ou seja, PSD-Partido Social Democrático; UDN-União Democrática Nacional e PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, os quais foram substituídos por apenas dois, instituídos pelo governo militar: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – o partido da situação, do governo militar – e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – o partido “oposicionista”, também construído pelo regime, por força do Ato Institucional nº. 2, de 1965.

Não sendo interessante às lideranças políticas do Município se posicionarem como opositoras da nova ordem política instalada no Brasil em 1964, e não tendo nem interesse e nem condição psicológica e histórica de se agruparem sob uma mesma sigla partidária os “comandantes” do ex-PSD e da ex-UDN de Caratinga optaram por uma saída estratégica: ambos os partidos se alinharam à ARENA: os “pessedistas” na sublegenda ARENA 1 e os “udenistas” na sublegenda ARENA 2. Dessa maneira, continuariam mantendo a condição de adversários políticos, sem contrariar os interesses da nova ordem política. Quanto ao MDB, Movimento Democrático Brasileiro, não encontrou espaço na política local, predominantemente situacionista. Embora algumas tentativas tenham sido realizadas, voltadas para a criação de um Diretório Municipal do partido, isso somente se concretizou no ano de 1976, já bem próximo da data de extinção do bipartidarismo.

Na realização desse estudo é nossa intenção buscarmos informações e fatos que sejam capazes de enriquecer a escrita sobre a história política do município de Caratinga, analisando o desempenho e a experiência dos partidos políticos que atuaram no município durante o período a que nos propusemos estudar, ou seja, entre 1964 e 1980. Pretendemos também conhecer a plataforma política desses partidos, comparando-a com as organizadas na esfera estadual e

federal. Procuraremos ainda, conhecer o funcionamento dos partidos cuja atuação no município se deu antes do golpe militar de 1964, ou seja, PSD, UDN e PTB e os que surgiram do bipartidarismo, em 1965: ARENA e MDB. Como “o objetivo da conquista e conservação do poder sempre foi o atributo indispensável para caracterizar o partido político” (BENEVIDES, 1981, p.157) cada partido dirigiu suas ações em Caratinga, com a finalidade de formar líderes políticos influentes, fortes e capazes de permanecerem no poder por tempo indeterminado. Em função desse posicionamento, é nosso propósito demonstrar também como as principais lideranças políticas integrantes da sublegenda ARENA 1, ARENA 2 e mais tarde o MDB atuaram no município depois da extinção, em 1965, do pluripartidarismo e com ele as antigas e influentes siglas partidárias.

A concretização de tais objetivos só nos foi possível após consultarmos as escassas fontes a que tivemos acesso, uma vez que inúmeras delas se perderam, destruídas que foram por três enchentes provocadas pelo rio Caratinga, que banha a sede do município. Em face da violência e da entrada das águas nas residências e escritórios, papéis foram destruídos e junto com eles documentos guardados por famílias tradicionais da cidade, os quais muito poderiam ajudar na escrita da história do Município. Também não nos foi possível obter dados no Cartório Eleitoral da cidade, pois este não dispõe de um banco de dados com o registro dos resultados das eleições ocorridas no município. Documentos sobre a criação do Diretório do MDB em Caratinga, embora tenhamos contatado alguns políticos que estiveram envolvidos, dentre eles os prof. Monir Saygli e Amir Rezende, não foram localizados. Ninguém soube dizer aonde foram parar tais documentos. Em conversa que mantivemos, em outubro de 2006, com a senhora Marilene Gonçalves Villela, viúva do Sr. Ernani Villela, ex-presidente do partido em sua fase inicial, ela nos informou que manteve em casa, por mais de vinte anos, muitos papéis referentes ao partido, porém “*como ninguém jamais havia se interessado por aquela papelada velha, joguei tudo no lixo, há uns três ou quatro anos atrás*”¹.

Em face dessas dificuldades, lançamos mão de dados encontrados em alguns periódicos, como por exemplo, no “*O Município*”, jornal semanário publicado ininterruptamente de 1927 a 1958. Nele obtivemos informações sobre a atuação de políticos filiados ao PSD (Partido Social Democrático), em Caratinga, e da UDN (União Democrática Nacional) partido que lhe fazia oposição. Quanto às fontes relacionadas com o período 1964 a 1967, foram mínimas e precárias.

¹ Depoimento concedido a José Aylton de Mattos, em 21 de março de 2007, pela Sra. Marilene Gonçalves Villela, esposa do Sr. Ernani Villela, primeiro candidato do MDB de Caratinga.

As que obtivemos, estão registradas em alguns poucos exemplares do jornal semanário “*Impacto*”, editado na cidade de Caratinga naquele período, encontrados nos arquivos do Seminário da Diocese. A melhor fonte a que tivemos acesso foi o semanário “*O Jornal de Caratinga*”, que se tornou imprescindível para que pudéssemos levantar registros de resultados de eleições e notícias sobre as campanhas eleitorais. Foi o único jornal local que, a partir de 1968, se preocupou em registrar fatos e em analisar a movimentação política no município. De modo geral, os artigos e notícias publicados nos periódicos citados refletem o posicionamento dos grupos políticos, que, em muitos casos, dependiam dos pareceres e orientações dos representantes políticos do município, em Belo Horizonte e em Brasília. Constatada a precariedade das fontes escritas lançamos mão de fontes orais, representadas por depoimentos colhidos nos arquivos do programa de História Oral, arquivados no NUDOC-Núcleo de Documentação e Estudos Históricos “Pe. Othon Fernandes Loures”, criado e mantido pelo Centro Universitário de Caratinga. No NUDOC tivemos acesso a depoimentos de pessoas e de políticos locais, ex-integrantes dos diferentes partidos que tiveram atuação no município, no período anterior e posterior à década de 1960. De posse dessas únicas fontes, porém úteis para a compreensão da história local, nos debruçamos no levantamento bibliográfico, selecionando obras dos seguintes autores: Lúcia Hipollito, Maria Victória Mesquita Benevides, Lucília de Almeida Neves Delgado, Jorge Ferreira, Maria do Carmo Campelo de Souza, Rogério Schmitt, Eli Diniz, Mainwaring, Chacon,² dentre outros.

Tais autores foram responsáveis pela produção de uma história rica sobre a estrutura e atuação dos partidos políticos brasileiros, destacando-se dentre eles a UDN e o PSD, partidos que

² HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB. Do Getulismo ao Reformismo 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989; SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*, São Paulo, Alfa Omega, 1990; SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; DINIZ, Eli. *Voto e Máquina na Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e DINIZ, Eli. “*Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico*”. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989; MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias – o caso do Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001; CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: Discurso e Práxis de seus Programas*. Brasília. 3ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

tiveram expressividade nacional, em Minas Gerais e, por extensão, em Caratinga, um município de economia essencialmente rural. “O PSD sempre teve uma esmagadora vitória no campo”³, afirmava Amaral Peixoto, ex-presidente do partido. Caratinga, por influência de seus líderes locais se posicionou do lado pessedista, porém encontrou na UDN a maior oposição. A força que o PSD ostentava era evidente, entretanto, o ex-deputado do PSD baiano, Antônio de Oliveira Brito expressa o seu temor quanto às mudanças no campo, as quais poderiam refletir no partido e em seus correligionários. Dizia ele, referindo-se às reformas propostas, em 1963, pelo Presidente João Goulart: “As reformas foram muito tumultuadas, não houve uma preparação para a reforma agrária. *O PSD era um partido com base rural, agrária, e então os pessedistas ficaram preocupados*”⁴ (Grifo nosso).

Como podemos notar, estas duas declarações de políticos influentes do PSD, por si sós, demonstram o quanto o PSD era valorizado no meio rural brasileiro.

Na elaboração do presente trabalho, buscamos comprovar as seguintes hipóteses:

1^a) Após o “golpe militar” de 1964 a concentração de políticos caratinguenses na ARENA local significou a manutenção do *status quo* partidário, vivenciado durante 30 anos pelo PSD (Partido Social Democrático) e pela UDN (União Democrática Nacional);

2^a) A existência do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em Caratinga foi a fórmula encontrada por alguns políticos egressos do ex-PSD e da ex-UDN para se manterem participando da atividade política local, e menos por convicção ideológica;

3^a) Embora políticos da UDN tenham se destacado por causa da participação que tiveram no “golpe militar” de 1964, políticos locais, ex-integrantes do PSD, foram os que mais se beneficiaram ao ocuparem cargos eletivos e ao exercerem influência na ARENA, tanto em âmbito estadual como federal.

No sentido de identificar as semelhanças e as diferenças encontradas no comportamento dos grupos políticos e no eleitorado quanto ao grau de influência político-partidária em dois momentos, antes e após o “golpe militar” de 1964, fizemos comparações e procedemos ao cruzamento das informações.

³ Depoimento de Augusto do Amaral Peixoto ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV, em 23-11-1975, apud, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *João Goulart: Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.15.

⁴ Depoimento de Antônio Oliveira Brito ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV, em 15-9-1983, apud, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *João Goulart: Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.16.

Dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro analisamos os três partidos que melhor marcaram o período pós-Estado Novo, a partir da “Lei Agamenon”, de 28/05/1945: o PSD, a UDN e o PTB, que, segundo a cientista política Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003, p.135) “formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa de poder. [...] Representaram duas forças nítidas e opostas: o getulismo, incorporado e defendido pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, [...] e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte”. No segundo capítulo fixamos nossa análise nos partidos políticos com atuação em Caratinga, entre 1964 e 1980, após o “golpe militar” de 1964, correspondente ao período em que prevaleceu no país o bipartidarismo. Durante esse tempo Caratinga foi alvo de memoráveis embates político-partidários, liderados pela ARENA, repletos de momentos tensos, onde a prevalência do ex-PSD, sob a capa da sublegenda ARENA 1 era maior, situação que impedia os candidatos da ex-UDN, inscritos na sublegenda ARENA 2 de alcançarem o poder municipal, o que só veio a ocorrer em 1972, após duas tentativas anteriores mal sucedidas. Os esforços do MDB para ocupar o seu espaço no município, bem como a disputa entre políticos locais pela paternidade da criação do Diretório local do partido, também mereceu a nossa atenção.

Para dar sustentação à nossa análise utilizamos os resultados dos pleitos eleitorais realizados no município e publicados na imprensa local, colocando-os em tabelas ou em gráficos onde poderão ser melhor visualizados. Fechando a pesquisa, analisamos no terceiro capítulo o *modus operandi* da ARENA, Aliança Renovadora Nacional e do MDB-Movimento Democrático Brasileiro, no Brasil e no município de Caratinga, partidos permitidos pelo governo militar, frutos do Ato Institucional, nº. 2, de outubro de 1965. A estrutura de cada um desses partidos, a forma como cada um agia para atingir os objetivos e o comportamento de cada um nas eleições constitui o alvo da análise.

Reafirmamos que, durante o tempo em que esses partidos estiveram em atividade o país assistiu a diversos confrontos entre políticos das duas facções, a maioria deles remanescente dos partidos extintos, porém agrupados numa mesma sigla partidária, o que levou o cientista político Rogério Schmitt (2003), ao analisar a movimentação de parlamentares na esfera federal, a revelar uma preocupação:

mesmo para os congressistas que apoiavam o governo militar havia dúvidas sobre como o agrupamento de tantos e diferentes grupos políticos em uma única legenda situacionista afetaria as disputas políticas regionais, nas quais esses mesmos grupos eram freqüentemente rivais (SCHMITT, 2003, p.33).

No município de Caratinga tal situação ocorreu, dada a cristalizada posição assumida pelos políticos locais que, ou eram egressos do ex-PSD ou da ex-UDN. Embora houvesse a preferência dos políticos em ficar na ARENA, isso só foi possível com a utilização de sublegenda. Quanto ao MDB, que somente em 1977 encontrou o seu lugar na política local, pouco pôde fazer, dada a sua fraca representatividade no Município. Restava-lhe apenas denunciar aquilo que considerasse irregular e/ou contrário ao Estado de Direito.

Nas análises sobre o PSD usaremos, prioritariamente, a base argumentativa da cientista política Lúcia Hippolito (1985), que em seu livro *“PSD de Raposas e Reformistas”* traça o perfil do partido, e expressa o temor que mudanças no campo provocavam entre os seus correligionários, demonstrando que *“o PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime de 1946”* (HIPPOLITO, 1985, p.22), e continuou, ao nosso ver, com o seu poder de influência nos anos posteriores, até a sua extinção.

Segundo Lucilia Delgado (1989):

aliado de primeira hora do PTB, tinha bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriram um ditado popular segundo o qual: ‘o PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.138-139).

Quanto a UDN, se enquadra, segundo Afonso Arinos de Mello Franco, dentre os partidos liberais democráticos. Ele afirmava que a legenda *“é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos”* (MELO FRANCO, 1974, p.88). E ao fazer alusão ao caráter independente do partido, diz que é acolhedor de diferentes ideologias políticas:

A União Democrática Nacional nasceu ao tempo da ilegalidade dos partidos, a princípio como um ponto de reunião de todos os que pretendiam lutar contra a ditadura. Com o desenrolar dos acontecimentos, foram se afastando grupos que estavam juntos apenas pela tática da luta, como os comunistas, primeiro, e os socialistas, em seguida (MELO FRANCO, 1974, p.88).

Dentro dessa linha de pensamento a cientista política Maria Victoria de Mesquita Benevides tem uma mesma visão. Afirma que

a UDN, como partido, nasceu da luta contra a ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas – sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira – para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário (BENEVIDES, 1981, p.11).

Embora tratasse de um partido que teve penetração no meio rural, acabou cedendo essa primazia para o PSD, para em seguida assumir a posição de um partido mais elitista e com melhor representação e expressão no meio urbano do país.

O PTB, por sua vez, constituiu-se, na opinião abalizada da cientista política Lucilia Delgado (2003, p. 140), *“um dos vértices da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. Na época do seu registro alicerçou a sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho”* (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.140). Quando da sua fundação, buscou atender a dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária. Com isso, constituiu-se no terceiro maior partido da Terceira República, e foi, segundo o cientista político Rogério Schmitt (2003, p.17), *“a legenda com maior crescimento eleitoral ao longo desse período”*. Em 1962, suplantou a UDN e passou a ser o segundo maior partido dentro do Congresso Nacional.

CAPÍTULO I

PSD, UDN E PTB: TRÊS PARTIDOS POLÍTICOS EM MEIO A DUAS DITADURAS

Introdução

Neste capítulo analisaremos, em linhas gerais, a estrutura e o funcionamento do PSD - Partido Social Democrático, da UDN - União Democrática Nacional e do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, os quais, a partir de 1945, durante a “quarta república”, (CHACON, 1998, p.143), assumiram a liderança partidária no Brasil e, especificamente, no Município de Caratinga-MG. Foram partidos, que deixaram marcas profundas na política brasileira. Através, e por causa desses partidos muitas lideranças políticas foram forjadas no país, cujas atuações tiveram repercussões futuras na história do Brasil. O PSD foi o partido que por quase duas décadas se destacou no cenário político brasileiro, por causa da forte presença e atuação dos seus líderes, originários, em sua maioria, das classes dominantes, vinculadas aos interesses agrários. Do lado oposto estavam os “Liberais” da UDN, homens aguerridos e de boa formação intelectual, igualmente conservadores, porém ligados aos interesses urbanos e à classe média das grandes cidades. Quanto ao PTB, foi o partido que assumiu e influenciou a classe trabalhadora. Em sua fase inicial teve pouca expressividade, mas aos poucos foi ganhando espaço nas grandes cidades, por causa do apoio que o governo Vargas demonstrava dedicar à classe trabalhadora e aos sindicatos. Quando o sistema pluripartidário encontrou o seu final, por força do golpe militar de 1964, sua presença já era marcante, a ponto de ameaçar a liderança pessedista.

Considerações sobre partidos políticos

Durante o governo imperial e nos primeiros anos da República, tanto as palavras partido como facção eram palavras mal-vistas. João Soares Lisboa, redator do Correio do Rio de Janeiro, equiparava “partido” e “cabala”, ou seja, “que se arrogava um poder que não tem” (CHACON, 1998, p.23). “Empregava-se o vocábulo “partidista”, em vez de “partidário”, bem como “faccionário”, depois substituído por “faccioso”. Como se pode notar havia aí um sentido pejorativo e demeritório quanto aos agrupamentos políticos partidários, como os entendemos

hoje. Proclamada a República, só mesmo após a queda de Getúlio Vargas é que o termo partido político passa a ser visto como “associações de indivíduos com a finalidade de disputar eleições e, por esse meio, vir a colocar os seus membros no poder” (SCHMITT, 2000, p.10). Trata-se de um conceito com o qual concordamos e que, ao nosso ver, retrata muito bem o sentido que o partido político deve ter, ou seja, o de propiciar aos seus filiados a possibilidade deles alcançarem, de forma legal e através das urnas, cargos eletivos e de comando num sistema republicano.

Segundo o cientista político americano Kenneth Janda, existem diversas definições de partido político e estas podem ser agrupadas em dois tipos: ampla e restrita (Kenneth Janda apud NICOLAU, 1996, p. 9). A definição ampla procura dar conta de todas as dimensões do fenômeno partidário: organizações que atuam na arena eleitoral em países democráticos, partidos únicos dos regimes fechados partidos militantes (religiosos, éticos, regionais, ideológicos) que operam à margem do sistema com ação extra parlamentar. Para o referido cientista político, “um partido pode ser definido como uma organização, que tem por objetivo colocar seus representantes no governo” (Kenneth Janda apud NICOLAU, 1996, p. 9). Nesta definição o autor especificou três mecanismos utilizados pelos partidos para conquistar o poder: via competição eleitoral, por ação direta administrativa (quando um partido no governo não permite competição eleitoral) ou por intermédio da força (quando um partido procura subverter o sistema e conquistar o governo). Assim os partidos possuiriam três tipos de estratégias para atingir seus objetivos: competitivas, restritivas e subversivas (Kenneth Janda apud NICOLAU, 1996, p. 9).

As diversas versões da definição restrita preocupam-se exclusivamente com a dimensão competitiva, ou seja, partidos são organizações que participam das eleições em países democráticos (NICOLAU, 1996, p. 9). Há de se ressaltar “a dimensão de monopólio da atividade eleitoral que os partidos adquiriram nas democracias contemporâneas: quaisquer que sejam as outras arenas que dividam com outras organizações, os partidos são os únicos que operam arena eleitoral, na qual competem por votos” (Angelo Panebianco apud NICOLAU, 1996, p.9).

Optaremos por acompanhar a definição de partido, elaborada por Nicolau (1966). Ele nos esclarece que prefere “adotar a definição restrita de partido, ressaltando a singularidade deste como organização que compete por votos nas eleições”. Entendemos que a função de um partido político é a de competir pela aquisição de votos nos períodos eleitorais. E acrescenta [...] “ao adotar a definição restrita de partido passo ao largo de uma definição interminável sobre a

existência ou não de partidos no Brasil” (NICOLAU, 1966, p.10). Para Delgado (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.129), a existência de partidos políticos constitui ponto dos mais valiosos para um sistema democrático permanecer ativo. Desta forma, segundo a pesquisadora:

Partidos políticos, sistemas e frentes partidários incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da História são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período de sua História, significa também ausência de democracia. Quando os partidos estão postergados da cena política outros institutos peculiares e necessários à dinâmica da democracia política e à democracia eleitoral ficam automaticamente prejudicados. A representação da sociedade civil junto ao Estado fica limitada, senão inviabilizada. A competição pluralista, que representa interesses regionais, ideológicos, econômicos, culturais, étnicos, entre outros, não alcançam real possibilidade de expressão junto ao Estado. As liberdades de pensamento e organização são tolhidas (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.129).

Interessante também nos atermos nas considerações de conteúdo sociológico, mais que político, sobre o tema e, neste caso, as emitidas por Max Weber (1961) sobre o mesmo assunto são valiosas. A existência dos partidos tem a ver, de certa forma, com o atendimento aos interesses mais imediatos das pessoas e/ou dos grupos.

Os partidos políticos constituem ‘uma associação que visa a um fim deliberado. Seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou idéias, seja ele ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então, voltado para todos esses objetivos conjuntamente. (WEBER, 1961, p 241).

Por outro lado, o cientista político Sartori, especialista em políticas comparadas, afirma que a relevância de um partido resulta de sua força eleitoral e de seu potencial de coalizão e/ou de intimidação (chantagem) (Sartori apud MAINWARING, 2001, p.53). Percebemos que esta é uma posição que vem confirmar as afirmações feitas por Nicolau (1996) e pelos cientistas políticos citados por ele, pois atende a dimensão sociológica, em que os interesses dos grupos sociais ficam melhor caracterizados ampliando o comprometimento da dimensão política. Isto, sem dúvida, é desejável para que os diferentes setores da sociedade sejam capazes de discutir novos modelos que venham satisfazer seus interesses. Nesse caso, o partido político passa a funcionar como uma porta que se abre para proporcionar esperanças e novas perspectivas para os anseios sociais.

A organização de partidos políticos é algo fundamental num sistema democrático, o que levou Rogério Schmitt, doutor em ciência política, a afirmar que “os regimes democráticos

contemporâneos têm em comum um dos seus principais requisitos a liberdade de organização partidária” (SCHMITT, 2000, p.7).

Depois de analisarmos os diferentes conceitos de partido, percebemos que esse termo ainda é controverso, ambíguo e suscita inúmeras interpretações, como se pode notar no texto seguinte:

jamais houve partidos políticos ‘dignos’ desse nome no Brasil (...) A distância entre a definição de Joaquim Nabuco, (O Abolicionismo) em 1883 – ‘os partidos políticos no Brasil são apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguros contra a miséria’ (p. 193) – e a de Afonso Arinos, em 1958 – ‘instrumento insubstituível na organização jurídica e política de poder, de luta constante entre os interesses sociais e econômicos que coexistem dentro do Estado e na coordenação das correntes de opinião’ – é tão grande que a realidade parece inatingível e o objeto, inexistente. Em outros termos, definir um partido político é tarefa tão árdua quanto temerária, nesse campo cada vez mais vasto, onde o ideal da clareza se confunde com a sedução da ambigüidade. (...) tantas definições, quantas teorias; historiadores, sociólogos, cientistas políticos, concordam apenas com o mínimo indispensável para caracterizar um partido – a luta pelo poder – ou na identificação por oposição ao ‘não partido’ (BENEVIDES, 1981, p. 154).

Por último, temos também uma versão a respeito de partido político, agora demonstrada pelo conceito emitido pela cientista política Maria do Carmo Campello de Souza:

[...] partido político é conceituado não como uma organização controladora de certo espaço e de certos recursos políticos, mas como um agrupamento fundado exclusivamente no altruísmo, na ambição de servir a coletividade e na comunhão de sentimentos e opiniões que, embora diferenciadas, almejam o bem público, se funda a partir do interesse demonstrado pelas pessoas de se agruparem para melhor servir à sociedade (SOUZA, 1990, p. 66).

A estrutura partidária republicana brasileira é irregular e cheia de altos e baixos, o que significa dizer que o sistema partidário brasileiro é nitidamente instável, sendo mudado ao sabor da conveniência dos grupos políticos instalados no poder. Segundo Hippolito (1985) nos revela

apenas entre 1822 e 1964 funcionaram no Brasil quatro sistemas partidários, correspondendo ao Império (1822-89), à República Velha (1889-1930), ao período 1930-1937 e ao período 1945-1964. O quadro partidário de um período histórico não se repete na etapa subsequente, impossibilitando a observação de períodos mais longos (HIPPOLITO, 1985, p.28).

Percebemos que a grande arrancada do país na busca de uma vivência partidária melhor estruturada, mais consistente e voltada para a semeadura de ideais e de atitudes com ares democráticos no Brasil, teve o seu ponto de partida com o fim do Estado Novo, em 1945, ano que marcou o fim da ditadura Vargas, quando então é instituído no país um sistema pluripartidário.

Eleições foram realizadas em 1946 e, a partir desse momento, o povo brasileiro pôde recuperar a sua liberdade de escolher o seu governante, se manifestar de forma mais aberta, e, ao mesmo tempo, ver implantada uma nova ordem política, com base na Lei Agamenon que era assim conhecida por fazer referência ao seu criador, o então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. Funcionou como um código eleitoral provisório, destinado a regulamentar as eleições presidenciais e para a Assembléia Nacional Constituinte, marcadas para 2.12.1945.

A Lei Agamenon foi indiscutivelmente a responsável pela introdução na legislação eleitoral brasileira da exigência de organização partidária com amplitude nacional para que o registro dos partidos políticos fosse concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (SCHMITT, 2000 p. 12). Coube a ela também, a criação dos partidos políticos no Brasil, semelhantes aos que temos atualmente.

A nova lei visava, portanto, garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluripartidarismo e abrangência nacional. Sistema que tão logo implantado e consolidado, marcaria época, tanto pelas características dos partidos que o conformaram, como pela polarização/dualista, que, incrustada na pluralidade o marcou de forma definitiva. Em outras palavras, no conjunto das organizações partidárias que se formaram a partir de 1945 e que atuaram até 1965, a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.134).

Além do mais ela, criou as condições necessárias para que fosse possível a participação popular no sistema eleitoral.

Pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. De acordo com o novo decreto-lei, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições:

- registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional);
- referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores;
- personalidade jurídica de acordo com o Código Civil

(FERREIRA; DELGADO, 2003, p.134).

Aberto o sistema, novas siglas partidárias apareceram no cenário político nacional, inaugurando um novo período na história política brasileira.

Getúlio Vargas e seus adversários perceberam claros sinais de que uma era política de massa e de competição eleitoral estava prestes a surgir, com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Essa percepção foi a origem das primeiras tentativas para a criação dos denominados partidos de massa no país (MAINWARING, 2001, p. 107).

Depois de 1945, o Brasil desenvolveu partidos de massa muito diferentes dos que existiam no período pré-1945. Eram partidos modernos: [...] partidos que precisavam ganhar votos e atrair as massas em vez de se limitarem aos grupos de elite como anteriormente; tinham uma organização mais formalizada, embora ainda fossem frágeis se analisados de uma perspectiva comparada; e se organizavam em escala nacional, não estando mais restritos a umas poucas cidades. [...] De 1945 a 1964, desenvolveu-se um sistema partidário razoavelmente institucionalizado (MAINWARING, 2001, p.109).

Apesar das controvérsias conceituais entre 1945 e 1964, o sistema partidário brasileiro, assistiu ao surgimento de quase duas dezenas de siglas partidárias, porém, somente três delas se destacaram em meio às demais: o PSD (Partido Social Democrático), a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), os quais por quase duas décadas lideraram as atividades políticas partidárias no Brasil.

Segundo estudos elaborados pelo pesquisador americano Scott Mainwaring (2001), em dezembro de 1946 são realizadas eleições para Presidente da República e “pela primeira vez a competição entre partidos se tornou o meio de acesso a cargos políticos de maior expressão, embora com certas restrições. Primeiro, o Partido Comunista, que alcançara resultados notáveis na eleição presidencial de 1945, foi cassado em 1947, vitimado pela Guerra Fria” (MAINWARING, 2001, p.107). “A proscrição do PCB afetou o sistema partidário, pois como argumentou Duverger (apud MAINWARING, 2001, p.107-108) os partidos de esquerda proporcionam um estímulo à formação de partidos mais organizados e coesos”.

Observemos, portanto, que durante o Estado Novo, não havia nenhuma manifestação quanto à formação de agremiações partidárias, já que essas, na visão do governo estadonovista, poderiam servir de instrumento desestabilizador do regime então vigente, como se pode notar a partir das seguintes reflexões:

[...] a formação de um partido político não era necessariamente palatável aos detentores do poder no Estado Novo, formação política eminentemente burocrática, apoiada numa ideologia decididamente contrária à organização política em bases partidárias. Tanto assim que, conforme observa Maria Lúcia Lippi, “a iniciativa e o processo de democratização foi e é muito disputada. O Sr. Benedito Valladares, em seu depoimento **Tempos Idos e Vividos**, atribui a si a iniciativa e o esforço nesta direção, **apesar das resistências do Presidente**”. Mesmo admitindo-se algum exagero por parte de Valladares, parece certo que Getúlio se opunha a partidos formados da periferia para o centro, isto é, partidos não calcados nas interventorias estaduais, que viessem a prejudicar a almejada estruturação de partidos nacionais. Vitorioso na doutrina, o Presidente foi, contudo, derrotado no plano dos fatos, pois a importância dos estados permaneceu (SOUZA 1990, p.109).

Depois dessa visão generalizada sobre os partidos políticos nos fixaremos na análise dos três maiores partidos que tiveram uma marcante atuação no Brasil, e especificamente em Caratinga, com o advento do pluripartidarismo implantado ao final do ciclo ditatorial de Getúlio Vargas, ou seja, PSD - Partido Social Democrático; UDN - União Democrática Nacional e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD): origem e desempenho

O maior partido político e com maior expressividade do Brasil ao longo da República Nova⁵, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional em todos os pleitos que disputou foi o PSD – Partido Social Democrático. “Foi o único partido que conseguiu se organizar em todas as unidades da federação para a disputa das eleições de 1945, o que demonstrava a sua nítida vocação governista” (SCHMITT, 2000, p. 14).

O PSD pode ser definido como de centro, embora para alguns de seus membros é tido como de centro-esquerda “o partido foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946” (HIPOLITO, 1985, p. 37).

É interessante observarmos que o prestígio e a força conquistados pelo PSD podem ter sido resultante de oligarquias e de agrupamento de políticos que se juntavam para formar um bloco capaz de influenciar e de conquistar adeptos para as suas hostes, principalmente no meio rural.

“A força do PSD repousa, antes de qualquer coisa, em seu vigor eleitoral. É a partir da conquista de maiorias parlamentares e dos governos estaduais que o partido se constitui na principal agremiação política do período 1945-1964” (HIPOLITO, 1985, p.42). Tinha também a ver com a capacidade que seus candidatos, políticos e cabos eleitorais possuíam para conquistar votos, segundo análise do diplomata e ex-Deputado Estadual pelo extinto Estado da Guanabara e diplomata Álvaro Valle⁶:

⁵ Chacon caracteriza esse mesmo período como Quarta República. Para ele, a Terceira República compreende o período entre 1937 e 1945.

⁶ Alvaro Bastos do Valle, foi fundador e primeiro presidente do PL. Foi Deputado Estadual (1962-1964 e 1971-1975) e deputado federal (1975-1999), não conseguindo ser reeleito em 1998. Antes de fundar o PL, foi membro da UDN, ARENA e PDS. Em 1988 foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro. Faleceu em janeiro de 2000.

Como grande partido, ao lado da UDN, surgia o Partido Social Democrático, sem qualquer aproximação remota com o que se entende por social democracia. Basicamente o Partido Social Democrático seria uma confederação de oligarquias locais, muitas sem autonomia de voto suficiente para o plano federal e que se necessitavam unir em torno de uma agremiação nacional. Sem preocupações ideológicas ou doutrinárias, o PSD, mesmo no auge do seu prestígio, sempre foi mais uma legenda ou um agrupamento de políticos do que propriamente um partido (VALLE, 1970, p.23).

De qualquer modo, durante o tempo em que esteve atuante o PSD, exerceu sua influência nas comunidades brasileiras, nos vários cantos do país, de maneira intensa e com grande poder de mando, o que é confirmado pelo cientista social Marcelo Ridenti que, por sua vez, defende o mesmo ponto de vista do ex-deputado Álvaro Valle:

O PSD originou-se dos grupos que controlavam os aparelhos administrativos dos estados e municípios durante a ditadura de Vargas. Era fruto da composição entre velhas oligarquias rurais e novas forças urbanas emergentes nos anos 30 e 40, sobretudo as ligadas à máquina do Estado. Derrotada a ditadura Vargasista, as forças sociais conservadoras que lhe davam sustentação trataram em organizar-se em partido (RIDENTI, 1992, p. 59-60).

Na iminência de ficar de fora do poder, estrategicamente Getúlio Vargas procurou manter a sua máquina política funcionando por meio da utilização da máquina pessedista espalhada pelo país, mais intensamente no interior, dominado por agricultores e fazendeiros “bons de voto”. O partido foi criado, como se sabe, de cima para baixo; ou mais exatamente, de dentro para fora do Estado, através de convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados. “Vitorioso na doutrina, o Presidente foi contudo derrotado no plano dos fatos, pois a importância dos estados permaneceu” (SOUZA, 1990, p.109). Fortalecidos os estados, o PSD disseminado pelos estados também se fortaleceu.

O PSD se organizou nos estados sob a chefia dos interventores, ou daquelas pessoas de grande projeção política diretamente ligados à interventoria. Esta origem vai influir na organização partidária [...] (Maria Lúcia Lippi apud SOUZA, 1990, p.109).

Apesar da sua influência e da liderança dos seus próceres junto à população, em termos de ocupação nas Câmaras Altas, “o PSD perdeu prestígio entre 1945 e 1964, baixando de 52,8% do total de deputados na Câmara Federal em 1946 para 28,9% em 1962. Sofreu também sensíveis perdas na sua representação no Senado e no número de votos para presidente da República”. Isso porque depois de 1950 o sistema partidário se fragmentou, ou seja, um grande número de partidos obteve assento no Congresso e nenhum deles era dominante (MAINWARING, 2000, p. 109).

Aproveitando esse momento de declínio do PSD, quem saiu em vantagem foi o PTB, que gradualmente foi ocupando cadeiras antes pertencentes àquele partido. Quanto à UDN, igualmente importante no cenário político-partidário brasileiro, embora tenha também perdido algumas cadeiras na Câmara Federal e mantido uma trajetória eleitoral oscilante, chegou a crescer no ano de 1962, como demonstra o quadro abaixo (SCHMITT, 2000; HIPPOLITO, 1985).

**Tabela 1 - REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(1945-1962)**

Partidos	1945		1947		1950		1954		1958		1962		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%										
PSD	151	52,8	7	36,8	112	36,8	114	35,0	115	35,3	118	28,9	617	36,9
UDN	83	29,0	4	21,1	81	26,6	74	22,7	70	21,5	91	22,2	403	24,1
PTB	22	7,7	2	10,5	51	16,8	56	17,2	66	20,2	116	28,4	313	18,7

Fontes: Schmitt, 2000, p.23; Hippolito, 1985, p.275-285)

É importante destacar que “o sistema partidário que funcionou no Brasil ao longo de nossa primeira experiência com a democracia representativa seria melhor caracterizado como um sistema moderadamente fragmentado, com três grandes partidos (PSD, UDN e PTB), em torno dos quais havia uma dezena de partidos-satélite” (SCHMITT, 2000, p.25). Tal enfraquecimento, contudo não fez o sistema partidário ficar alheio aos acontecimentos nacionais e nem mesmo se deu de forma homogênea em todos os Estados. Minas Gerais, entretanto, foi o estado onde o PSD melhor se estabeleceu e onde montou uma verdadeira escola de estratégia política e de comedimento.

Observemos, também, que o esforço de seus dirigentes fez com que o PSD evoluísse no cenário nacional de forma espontânea permitindo uma livre movimentação dos seus integrantes não se preocupando em obrigar suas bancadas no Congresso a seguirem uma disciplina rígida e nunca fechou questão sobre matéria considerada controvertida pelos membros do partido. Com certa dose de ufanismo, o seu presidente Amaral Peixoto, declarava que “no PSD estavam os homens mais capacitados para exercer funções de governo” (Amaral Peixoto apud HIPPOLITO, 1985, p.76). Dessa maneira ele procurava obter para os membros do partido cargos de maior

expressão no governo. E sem nenhum pudor, declarava que “as preferências do PSD fixavam-se prioritariamente em quatro ministérios: Justiça, Fazenda, Viação e Agricultura. Sintomaticamente, tratava-se dos ministérios de maior poder e projeção, tanto do ponto de vista da política, da expressividade e quanto à dotação orçamentária que cada um detinha, já que nos quatro ministérios concentrava-se a maior parte do orçamento da União” (Amaral Peixoto apud HIPPOLITO, 1985, p.76).

Para se ter uma idéia a respeito do comportamento político e do desejo do PSD em ter sob o seu controle esses quatro ministérios citados, basta-nos analisar a expressão de dois deles.

Começemos pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Era a pasta política por excelência, exercendo enorme influência sobre largas parcelas da vida nacional. O Ministério exercia controle sobre a polícia federal, sobre a escolha e promoção de desembargadores, contatos com o Supremo Tribunal Federal, intervenção nos estados, censura, contatos com a justiça eleitoral, indicação para a nomeação de titulares de cartórios, administração dos territórios”, dentre outros. [...] “durante o governo Kubitschek, nos estados todas as indicações para cargos e funções ligados ao Ministério da Justiça eram feitas pelo Presidente do PSD ou por deputados pessedistas” (Maria Victória Benevides apud HIPPOLITO, 1985, p.76).

Outro ministério sempre solicitado pelo PSD era o de Viação e Obras Públicas, que abrangia a Marinha Mercante, conservação de navios, linhas de navegação, Loide e Costeira, o Departamento de Estradas de Ferro, o Departamento de Estradas de Rodagem, Portos, Correios e Telégrafos, concessão para radio e televisão, obras de saneamento e obras contra a seca, dentre as principais. Para o PSD “controlar o Ministério da Viação significava fortalecer seus apoios nos estados, pois ‘os governadores tinham grandes interesses’” (Amaral Peixoto apud HIPPOLITO, 1985, p.76-77).

Com relação à estrutura do partido, esta se deu de forma diferenciada nos vários estados do Brasil. A “narrativa da formação do PSD em Minas Gerais [feita] pelo próprio [interventor] Benedito Valadares, além de saborosa contribuição à literatura política nacional, revela claramente como essa iniciativa de estruturação política, tomada por ele com o beneplácito (senão por ordem) de Getúlio, enfeixava num mesmo acontecimento a redemocratização e a preservação da máquina estadonovista; ou mais exatamente, sua reativação para novas jornadas:

Convoquei para 8 de abril (de 1945) a convenção que deveria deliberar sobre a organização do partido político e a escolha do candidato de Minas Gerais à Presidência da República... Às vinte horas, o Estádio Benedito Valadares estava repleto. Além de

milhares de representantes de trezentos e doze município, integrando todas as classes sociais, prefeitos, inúmeros ex-presidentes de câmaras e ex-vereadores, operários, lá estavam Ministros de Estado, membros do Gabinete da Presidência da República, professores das Universidades, advogados, médicos, padres, industriais, diretores de estradas de ferro, funcionários, presidentes de sindicatos, ex-Vice-Presidente da República, ex-Presidente de Estado, dezesseis ex-secretários de Estado, vinte e três ex-deputados estaduais, três ex-Senadores, um ex-constituente de 1891 e seis ex-vereadores da Capital. Se não se tratasse de assunto tão importante, talvez desse a esse capítulo o título de ex (SOUZA, 1990, p. 109-110).

Continuando a sua análise, num segundo exemplo, a mesma cientista política nos revela que um “quadro semelhante, embora mais incisivo, encontramos no relato de Badger Silveira sobre a fundação do PSD no Estado do Rio de Janeiro”:

O Comandante (refere-se ao Sr. Amaral Peixoto) que o fundou fez muitas amizades e obras públicas durante seu tempo de interventoria, chegando a observar-se um surto de desenvolvimento, ainda que incipiente, o que contrastava com a situação anterior. Durante os sete anos de governo, o Comandante nomeou coletores, tabeliões e juizes, todos importantes figuras na política. Vários cargos foram criados e preenchidos para organizar a máquina administrativa do Estado (...) Com esta máquina foi fundado o PSD: forte, invencível, monolítico (SOUZA, 2000, p. 110).

Tais exemplos demonstram o poder dos interventores, a força do presidente do partido e a voracidade com que o partido conquistava e ocupava cargos no governo.

PSD, um partido de pragmáticos e de oportunistas

Ao redigir o texto da contra capa (orelha) do livro da pesquisadora Lúcia Hippolito *PSD De Raposas e Reformistas* (o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964), a doutora Maria Victoria M. Benevides nos revela que o estudo realizado pela autora “é, sem dúvida, uma contribuição valiosa para a compreensão do que foi esse partido, a meu ver de muitas “raposas” para poucos reformistas”. De nossa parte, entendemos que a denominação “raposas” refere-se a capacidade que os membros do partido e principalmente suas lideranças possuíam para, com habilidades e malícias, costurarem acordos, utilizando os mais variados artifícios, a que eufemisticamente chamavam de “pragmatismo”. Os grandes administradores, segundo Amaral Peixoto, presidente do partido, eram do PSD. Isto, por si só, nos induz a pensar que, se o partido foi o detentor de tantos cargos administrativos, eles somente puderam ser alcançados e mantidos, em função das habilidades que os membros do partido souberam desenvolver, as quais estão inseridas no “manual do bom pessedista”, que analisaremos a seguir. Ele nos dá uma real

dimensão do significado do termo “raposa”, acima mencionado. “Sua habilidade e capacidade do PSD de alcançar e de se manter no poder marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram grandes mestres da negociação, ficaram conhecidos como “*raposas*” da política brasileira” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p 138). Eis a confirmação do que afirmamos.

Sobre a competência do partido em permanecer na dianteira da política nacional, continua Maria Victoria Mesquita Benevides no comentário na capa do livro de Lucia Hippolito (1985), “o perfil do PSD se identifica, ainda, na força eleitoral, na competência administrativa, na socialização das lideranças e [...] na falta de democracia interna”. Segundo Benevides o PSD aparece como “fiador da estabilidade do regime, num sistema partidário pluralista e que se mantém moderado até o final da década de 50. Até então o PSD encarna o centro, forte e por todos reconhecidos, atuando ou omitindo-se (a tal ‘omissão preventiva’) para preservar-se como o principal negociador político”.

Se havia um claro domínio das “raposas”, ou seja, daqueles políticos tradicionais no partido, tal situação gerou uma reação dentro do próprio partido, através do movimento denominado “Ala Moça”. Tratava-se de um grupo renovador, “disposto a revitalizar os métodos do partido adaptando-o às novas solicitações trazidas à discussão durante a campanha e governo Kubitschek”. [...] Representou “o primeiro impacto sério na estrutura pessedista, cujas conseqüências serão dramáticas para o PSD e para todo o sistema partidário. [...] Reside na Ala Moça e em seu conflito com a oligarquia pessedista a origem da fragmentação interna do PSD e seu desaparecimento enquanto partido situado no centro do sistema partidário, fiador da estabilidade política” (HIPPOLITO, 1985, p.141).

Por dentro do “manual do bom pessedista”

Como um partido que desejava desempenhar sua atividade política de forma a ter domínio sobre a movimentação e as ações de seus membros, tornava-se necessário ao partido manter aquilo que poderíamos chamar de um “código de ética”, ou seja, um conjunto de atitudes que deveriam nortear os atores políticos do partido.

Quase 20 anos depois de sua extinção, o PSD e o pessedismo [continuavam] a freqüentar as conversas nos corredores do Legislativo e nos Gabinetes do Executivo, as colunas dos analistas políticos e [...] os depósitos da sabedoria popular. O exercício

prolongado do poder e a longevidade política de seus membros são alguns dos fatores que ajudaram a transformar os pessedistas nos maiores personagens daquilo que poderia chamar o ‘folclore político’ nacional (HIPOLITO, 1985, p. 44).

Nunca é demais reafirmar que, em função da sua maneira peculiar de fazer política, como já dissemos, os pessedistas são vistos “como raposas políticas” por excelência, mestres na malícia, na esperteza, no cochicho, na acomodação e na conciliação (HIPOLITO, 1985, p.44). Tais habilidades eram mesmo necessárias para ser “um bom pessedista” e ainda adquirir outras posturas muito bem colocadas naquilo que a cientista política Lucia Hippolito (1985) chamou de “*manual do bom pessedista*”, no qual ela identifica seis características desenvolvidas pelos integrantes do partido. A primeira delas refere-se à “*demonstração de força eleitoral*”, ou seja, é a regra de maior expressividade e importância. Significava que o candidato tinha a responsabilidade de provar ser a sua “carteira” de eleitores bem recheada, capaz de lhe garantir muitos votos nas eleições, não importando a origem deles, muito embora a maioria deles tivesse origem no meio rural. “Nós acreditávamos no voto, no regime democrático. É por isso que sempre respeitamos as decisões das urnas”, afirmava o deputado Oliveira Brito (apud HIPOLITO, 1985, p.45).

A segunda regra adotada, de acordo com a visão do presidente do partido, Amaral Peixoto, está no reconhecimento de ser o PSD *um partido de centro*. Segundo ele, um partido de centro “é formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda. Dentro do partido havia quem se voltasse mais para a esquerda, quem quisesse um partido de centro-esquerda” (Amaral Peixoto apud HIPOLITO, 1985 p.45). Além disso, segundo o jornalista, escritor e político Barbosa Lima Sobrinho:

(...) o PSD tinha diversas correntes: correntes um pouco mais de esquerda, um pouco mais de direita. Benedito Valadares, por exemplo, era um elemento de centro, ou mais para a direita. Já o elemento de Pernambuco e de alguns outros estados seria mais para a esquerda, do ponto de vista das reivindicações econômicas. [...] E acrescenta Lima Sobrinho: “O PSD sempre foi mais aberto a essas idéias, a essas reformas do que a UDN, que era um partido muito mais reacionário, embora tivesse dentro dele também alguns elementos mais liberais” (HIPOLITO, 1985, p. 45).

O próprio Amaral Peixoto dado o seu vasto conhecimento sobre as entranhas do partido, ao qual presidiu por quatorze anos declara que “o PSD fazia muita questão de não ser um partido reacionário, de ser aberto às conquistas populares, à legislação trabalhista, à reforma agrária, que aceitava em termos” (Amaral Peixoto apud HIPOLITO, 1985, p.45). Outro membro do PSD que não esconde o seu ponto de vista é Abelardo Jurema. Ele afirma que “o PSD como partido de

centro, era um partido que acenava com algumas conquistas. Era um partido que concordava com o PTB na questão do repouso remunerado e em várias conquistas que vieram depois de Getúlio. [...] Houve também a lei do trabalho feminino. Foram conquistas do PTB com o apoio do PSD, do contrário não passariam” (HIPOLITO, 1985, p.45).

Aliado do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro desde a primeira hora, o PSD tinha, contudo, segundo Delgado, bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriram um ditado popular segundo o qual: “O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca” (FEREIRA e DELGADO, 2003, p. 139). O partido assumia, no geral, uma postura de representante da classe média, como afirma Amaral Peixoto. Em função desse seu poder – continua ele - acabou por atrair para o seu meio “o pequeno proprietário rural, o pequeno usineiro, comerciantes e funcionários públicos” (Amaral Peixoto apud HIPOLITO, 1985, p.46). Um dos grandes nomes do PSD, Ulisses Guimarães, adota postura semelhante.

[O PSD] era o partido da classe média brasileira, aquela representada por professores, farmacêuticos, advogados e muitos elementos da classe rural. O PSD era acentuadamente da classe rural, muito ligado ao interior. Quando surgiu a questão da reforma agrária, foi um problema que atingiu a medula da estrutura do PSD, que era uma máquina montada – daí a sua força – em todos os municípios do Brasil. Portanto, o setor tinha muita atuação, muita força no partido (apud HIPOLITO, 1985, p.46).

Outra característica, a terceira, inserida no “manual” está na capacidade de *conciliação e moderação*. Mais uma vez é o presidente do partido, Amaral Peixoto, quem adverte: “o pessedista é o homem do bom senso e do equilíbrio, que procura encontrar soluções para as dificuldades do momento” (HIPOLITO, 1985, p.46). Reforçando esse ponto de vista, o ex-deputado Oliveira Brito revela que “esta habilidade se desdobra no sentido da oportunidade. [...] Não conseguindo aquilo que é ideal, aceitemos outra solução, mas não desistamos daquilo que considerarmos melhor” (HIPOLITO, 1985, p. 46).

Ampliando essa mesma linha de raciocínio, na qual fica revelada a capacidade do PSD de se mostrar atento durante os momentos em que precisa se posicionar de forma equilibrada, Antônio Balbino, outro nome influente no partido, “ressalta no espírito de moderação a

flexibilidade, uma grande capacidade de escutar, de participar dos debates sem estimulá-los exageradamente, desempenhando um papel conciliador. O PSD funcionava como uma espécie de viveiro da formação de políticos de atuação moderadora, muito mais do que de uma atuação radical” (Antonio Balbino apud HIPOLITO, 1985, p. 46).

Se para Ulisses Guimarães “o PSD foi o grande laboratório de soluções políticas brasileiras” para Amaral Peixoto “o grande papel do PSD foi de ponderação e equilíbrio, mas também de firmeza e de apoio ao progresso” (Amaral Peixoto apud HIPOLITO, 1985, p. 46-47). Com base nessa declaração, a pesquisadora Lúcia Hippolito (1985, p. 47) concluiu que a quarta regra do “manual” é a “firmeza na decisão e na execução”. De acordo com declarações de Tancredo Neves, nome de grande expressividade do partido “o pessedista é o homem do equilíbrio, do bom senso, da conciliação, mas muito firme na hora em que toma uma decisão”. Tal afirmativa levou Oliveira Brito a concluir: “Quando decidimos, estava decidido, para a vitória ou para a derrota” (Oliveira Brito apud HIPOLITO, 1985, p. 47).

A “socialização política”, também identificada como “sargentação” - termo usado na época para indicar que “um bom pessedista se forja na prática quotidiana da política, num longo aprendizado que se inicia, muitas vezes, nas lides municipais”, é a quinta regra do comportamento pessedista. Tal constatação levou o ex-deputado Ulisses Guimarães mais uma vez a afirmar que

O PSD foi uma verdadeira escola política”, afirma Ulisses Guimarães. “Os deputados estaduais, em geral, tinham sido prefeitos ou vereadores. Depois de serem deputados estaduais, e freqüentemente em várias legislaturas, é que alçavam vôo para o plano nacional, como deputados federais ou senadores. Isto foi muito interessante, porque evitava os improvisadores. Estes homens, quando chegavam no cenário nacional, já tinham tido um aprendizado no estado e no município e traziam a vivência desses problemas. Por isso o PSD, tinha estado-maior composto de homens já com muita experiência, o que não acontecia com outros partidos. Então chegavam aqui figuras de quem nunca se tinha ouvido falar e que se comportavam com muita ingenuidade, não tinham malícia política, experiência, não conheciam o ofício. Enfim, como se diz em Portugal, não eram do ramo. No PSD eram todos do ramo. Se se fizesse uma pesquisa sobre a trajetória política desses homens, seria verificado que uma percentagem muito grande era de prefeitos, ou governadores; depois é que vinham para o plano federal. No PSD, como regra – e essa era a razão da sua força -, não havia a improvisação. O partido era uma verdadeira escola. (HIPOLITO, 1985, p.47).

E por último tem-se a sexta regra do manual: a “competência administrativa”. Mais uma vez é Amaral Peixoto quem esclarece: “os grandes administradores eram do PSD. Os dirigentes do partido eram quase todos homens experimentados na administração, nos governos estaduais

ou nos ministérios. Tinham uma noção muito maior das responsabilidades do governo” (Amaral Peixoto apud HIPOLITO, 1985, p. 48).

Se o “manual do bom pessedista” indicava as normas de conduta política era o programa que estabelecia as diretrizes do partido. Valmiréh Chacon (1981) nos revela que o PSD durante a sua existência teve três programas: em 1945, em 1946 e em 1962”. O preâmbulo do programa de 1945 estabelece nas diretrizes constitucionais:

O partido Social Democrático declara ao povo brasileiro que os mandatos e cargos que lhe forem confiados serão postos a serviço dos seguintes postulados, que constituem o seu programa”. No de 1945 as DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS são compostas de sessões. A primeira trata da *Organização Nacional*, onde ficava assegurada a defesa do sistema federativo, a forma republicana, a autonomia dos Estados e dos Municípios, a temporariedade das funções eletivas, a bicameralidade do Congresso Nacional, dentre outros. A segunda trata dos *Direitos fundamentais*: obrigatoriedade do alistamento e do voto para homens e mulheres; sufrágio universal e direto; voto secreto; pluralidade de partidos nacionais, dentre outros. A terceira sessão cuida da Prática da democracia: educação política do povo, no sentido da formação: a) da consciência democrática, considerando-se a democracia não somente como um regime de governo, mas também como uma concepção e uma forma de vida; b) de um vigilante espírito constitucional; c) de hábitos de serenidade e elevação nas campanhas e debates políticos. Além dessas normas, seguem outras que tratam da Administração Geral e Financeira, da Ordem Externa e Interna, da Organização Social, da Economia Nacional, do Trabalho e Previdência, da Saúde e Assistência, da Educação e Cultura e do Sistema de Viação (CHACON, 1981, p. 446).

Tal programa durou até 1962, quando outro foi proposto à nação e aos correligionários do partido, em face das radicais mudanças ocorridas no cenário político nacional. O Programa de 1962 estabelecia o seguinte:

o PSD, com relação ao *sistema parlamentar de governo*, vigente no país, assim se pronuncia: 1. É preciso reconhecer que no nosso tempo o sistema parlamentar constitui, com o presidencialismo, as duas formas mais convenientes de governo a um tempo democrático e progressista. 2. Por outro lado, é certo que nenhuma forma de governo estará em condições de funcionar eficientemente se não estiver juridicamente institucionalizada em termos de razoável ortodoxia e de justa adequação às condições sociológicas e psicológicas do povo a que se destina. 3. Isto posto, o PSD propugnará no sentido de que se decrete, sem mais demora, a primeira lei de complementação do Ato Adicional, ora em tramitação no Senado Federal, e de que se apresentem e sejam votados novos projetos de lei da mesma natureza e bem assim de emendas constitucionais tornadas necessárias, tudo com o objetivo de dar ao novo sistema político adotado no País imediata e correta institucionalização jurídica. 4. Na mesma linha política que adotou ao tempo do presidencialismo, o PSD reconhece a cada um dos seus filiados o direito de propugnar pela reforma da Constituição visando a adoção de outro sistema de governo. O programa estabelece também diretrizes sobre *reforma eleitoral; abusos do poder econômico; inflação; capitais estrangeiros; reforma agrária; desenvolvimento regional; progresso municipal; rumos da política externa e combate ao analfabetismo* (CHACON, 1981, p.429).

O PSD foi uma espécie de ponte: nasceu no tempo da ditadura de Vargas e torna-se um instrumento valioso no período de transição para o regime democrático. Segundo Hippolito

O partido que nasce pela mão de interventores nomeados fundará seu prestígio e sua força na vitória eleitoral, nas atividades parlamentares e na participação nos diferentes níveis do Executivo. Partido de quadros que adota postura de partido de massas, o PSD adapta-se aos novos tempos inaugurados pela Constituição de 1946” (HIPPOLITO, 1985, p.48).

Além de servir de elo entre a cúpula do poder e a sociedade em geral, o PSD era tido também como um partido político de grande penetração social, mantendo nos seus quadros nomes de expressão na política nacional. Embora tenha nutrido grande intimidade com o poder foi gradativamente perdendo esse seu poder e competitividade (MAINWARING, 2001, p.109), até ser extinto pelo golpe militar de 1964.

Ao finalizar estas breves considerações onde estão reveladas parte das entranhas do partido não podemos deixar de mencionar que o PSD após o seu desaparecimento, em 1965, com o Ato Institucional nº 2, continuou “existindo de fato” e exercendo a sua força, através da atuação de muitos dos seus antigos membros, tendo, porém, ao seu lado, a permanente sombra dos ex-integrantes da UDN. Por fim, torna-se necessário assinalar que:

Quase 20 anos depois de sua extinção, o PSD e o pessedismo [continuavam] a freqüentar as conversas nos corredores do Legislativo e nos Gabinetes do Executivo, as colunas dos analistas políticos e [...] os depósitos da sabedoria popular. O exercício prolongado do poder e a longevidade política de seus membros são alguns dos fatores que ajudaram a transformar os pessedistas nos maiores personagens daquilo que poderia chamar o ‘folclore político’ nacional (HIPPOLITO, 1985, p. 44).

UDN: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Entendemos que ao lado do PSD e disputando espaços estava a legenda da “eterna vigilância”, a marca austera e altiva da União Democrática Nacional. PSD e UDN possuíam semelhança ideológica enquanto propostas conservadoras (BENEVIDES, 1981, p.76).

A UDN foi, depois do PSD, o mais expressivo partido político do período. Segundo Ridenti (1992, p.60), ela surgiu, “da junção de vários grupos que se opunham à ditadura de Vargas nos anos 40, que iam de setores da burguesia financeira e das classes médias liberais urbanas até a chamada ‘Esquerda Democrática’. Esta, composta por socialistas que não se identificavam com o stalinismo do PCB – Partido Comunista Brasileiro, logo formaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB) quando ficaram claros os pendores cada vez mais direitistas da UDN.

De fato, em pouco tempo a UDN cristalizou-se como partido de direita, elitista...” (RIDENTI, 1992, p. 61).

Para a história da UDN o Manifesto [dos Mineiros] é a pedra fundamental, resultado da conspiração iniciada a partir do Congresso Jurídico Nacional, realizado no Rio de Janeiro (convocado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros) em agosto de 1943. Foi importante, por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das elites liberais, até então ausentes de qualquer contestação pública”. E mais, “tratava-se de uma resposta “à espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas”, que traíra a Aliança Liberal (BENEVIDES, 1981, p. 35). O “Manifesto dos Mineiros”, passou à História como um dos elementos decisivos para a queda de Getúlio e o fim do Estado Novo, embora não apresentasse qualquer proposta de ação concreta para a derrubada do regime (BENEVIDES, 1981, p. 34-35).

É interessante observarmos que durante o período em que perdurou no Brasil o pluripartidarismo,

Havia seis partidos inquestionavelmente conservadores entre 1946 e 1964⁷. A União Democrática Nacional (UDN), inequivocamente o principal partido de direita, foi a segunda força eleitoral. Era um partido que abrigava os setores da oligarquia nacional que se opunham a Vargas e às suas políticas populistas. No início do regime democrático, a base social da UDN era similar à do PSD, concentradas nas zonas rurais e nos pequenos municípios. Entretanto, ao longo do tempo, a UDN aumentou a sua penetração nas áreas urbanas, granjeando eleitores da classe média, especialmente no estado do Rio de Janeiro (MAINWARING, et. al, 2000, p. 21).

Apesar das discussões, é possível dizer em meio a elas que “a UDN foi, de fato um partido político, pois, entre outras características apontadas, *organizou-se nacionalmente*, distinguindo-se de uma facção parlamentar ou de um grupo de pressão. Esta ênfase no aspecto organizacional dos partidos políticos, como condição de viabilidade enquanto *partidos nacionais*, no Brasil pós-45, foi primeiramente apontado por Gláucio Dillon Soares” (BENEVIDES, 1981, p.160).

A UDN constituía uma das forças políticas do país. Seus integrantes atuavam de várias maneiras:

não só se articularam visando a queda do Estado Novo, como criaram inúmeras oportunidades para se declararem liberais e antigetulistas. Assim ocorreu na época da

⁷ Os demais partidos conservadores citados pelos autores são: o Partido Republicano (PR), que tinha a sua base principal em Minas Gerais; o Partido Libertador (PL), mais centralizado no Rio Grande do Sul; o Partido de Representação Popular (PRP), de extrema direita; o Partido Democrata Cristão (PDC), de centro direita e o Partido Social Progressista (PSP).

divulgação do “Manifesto dos Mineiros”, em 1943; no Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em fevereiro de 1945, e também pela voz do escritor José Américo de Almeida, através de entrevista por ele prestada à imprensa (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.136).

Em decorrência desses primeiros movimentos e articulações e desse espírito de luta voltado contra Getúlio e o Estado Novo é que surge o interesse para se fundar um novo partido que pudesse cuidar e manter aquilo que Virgílio de Mello Franco imortalizou na frase “*Nossa mística é a da liberdade, e seu preço é a eterna vigilância*”. E assim esse novo partido (a UDN) “é oficialmente fundado a sete de abril de 1945, para lembrar o outro sete de abril de 1831, festejada data do liberalismo brasileiro”⁸ (BENEVIDES, 1981, p. 23-24).

A respeito da importância da UDN em relação à sua postura Afonso Arinos declara:

a União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal de reforma de costumes políticos e administrativos. É o estuário para onde confluíram os remanescentes da pregação política do civilismo, da Reação Republicana, da Aliança Liberal. Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais fazem dela o padrão do liberalismo burguês (BENEVIDES, 1981, p. 243).

Referindo-se à posição liberal da UDN, quando esta assumiu a campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, o ex-deputado Avaro Valle comentou:

Em 1945, a liberdade política era o grande anseio em todo o mundo ocidental, em consequência do fim da guerra, e especificamente no Brasil em consequência da ditadura. A futura União Democrática Nacional irá aproveitar a corrente liberal, e tornar-se a depositária desses anseios brasileiros de liberdade. Será a maior responsável pela consolidação da democracia, sobretudo com as campanhas do Brigadeiro Eduardo Gomes que acabavam de despertar adeptos ou adversários na luta pelas liberdades. Concentram-se, na União Democrática Nacional, necessariamente, a burguesia urbana, a maior parte da classe média, os intelectuais, os grupos políticos do campo que tiveram maior tradição de lutas liberais (VALLE, 1970, p. 23).

Dentro dessa mesma linha de pensamento Maria Lúcia Lippi de Oliveira afirma que:

[...] organizado em suas linhas gerais desde 1944, a UDN congrega os elementos que não pertenciam ao governo e que se reúnem em torno da candidatura de Eduardo Gomes. Constituem uma verdadeira frente onde se encontram: os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram se sentiram traídos, tal como Eduardo Gomes; os

⁸ A data refere-se a um movimento libertário ocorrido no Império, ou seja, “o significado do sete de abril de 1831 suscita distintas interpretações. Como assinala Raymundo Faoro, para os conservadores da época, o movimento não somente não fora liberal, como representara uma verdadeira *subversão*: do sete de abril de 1831 tudo foi reclamado – a federação, a liberdade religiosa, a justiça eletiva, a extinção do poder moderador e do Conselho de Estado, a república depois do Governo de D. Pedro II, o Senado temporário e a divisão das despesas públicas entre as províncias” (BENEVIDES, 1981, p.24).

que a fizeram se desentenderam com o presidente, tal como Oswaldo Aranha; os que assinaram o Manifesto dos Mineiros; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37” (Oliveira apud SOUZA, 1990, p.108).

E assim os assuntos envolvendo nomes e eleições tinham por finalidade disciplinar a formação dos partidos e os pleitos eleitorais.

A 9 de maio eram publicados os estatutos do PSD. A UDN, embora sem registro definitivo até 10 de novembro, atirava-se aos comícios desde abril, quando foi batizada. O mesmo ocorria com o PTB, forjado no “queremismo” de Marcondes Filho (Ministro do Trabalho) desde junho e endossado por Getúlio, que recomendava a filiação dos trabalhadores, em discurso de 15 de outubro (SOUZA, 1990, p. 113).

Segundo estudos da doutora Maria do Carmo Benevides, ao se reportar aos programas dos partidos de 1945 deixa claro que, dentre todos

destacava-se o da UDN pela defesa de medidas concretas. Além das liberdades formais, constantes do ideário liberal clássico, a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve e pluralismo sindical; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; ensino público gratuito; previdência social; fracionamento das propriedades rurais não aproveitadas, etc. A UDN defendia, também, uma certa intervenção do Estado no campo econômico (o que, na prática, provocaria grandes polêmicas no interior do partido), e igualdade de tratamento do capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981, p.53).

Tais medidas eram muito avançadas para a época e, de certa forma, causavam grandes inquietações, principalmente junto aos líderes do PSD, que viam sua área de influência, principalmente o campo, dominado pelos latifúndios, correndo grandes riscos, se aquela política fosse adotada.

Virgílio de Mello Franco, político idealista e defensor da pureza de princípios da UDN, declarava ser aquela agremiação partidária “um partido mais de ideais do que de idéias” [...] não desejava apenas vencer as eleições, mas buscar o restabelecimento de uma estrutura governamental, capaz de garantir a permanente atividade do povo; a luta pela liberdade de pensamento; a luta pela liberdade de imprensa; a luta pela anistia de presos políticos; a luta pela existência de partidos; e a luta por todos os direitos de formação e expressão de opinião pública (BENEVIDES, 1981, p. 58).

Uma análise fria dos pontos acima nos levará a constatar que a UDN fora realmente uma “frente” e não um partido, isto é, tinha objetivos comuns, transitórios e não organizacionais. “Como toda frente política sua composição inicial era diversificada, afirmam Ferreira e Delgado

(2003, p.137), apesar de basicamente limitada às elites. Benevides classifica o conjunto de liberais que se reunia na UDN da seguinte forma:

- a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930;
- b) os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937;
- c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) as esquerdas” (Benevides apud FERREIRA e DELGADO, 2003, p.137).

A UDN participou de todos os pleitos eleitorais do período e sempre com um discurso contestador, pois a sua maior atenção estava voltada para a conquista do poder e, desta forma, derrotar o seu principal oponente, o PSD.

Ao analisarmos o comportamento político da UDN, cuja atuação estava voltada para se colocar à frente do PSD durante as campanhas, Lucília Neves Delgado (2003) assinala que

o partido concorreu com candidatura própria em três pleitos presidenciais. Em 1945, muito embora seus líderes e correligionários tivessem se desdobrado durante a campanha, no sentido de dar a melhor visibilidade possível ao nome do candidato do partido, brigadeiro Eduardo Gomes, este acabou perdendo a eleição para o Marechal Eurico Gaspar Dutra, apoiado pela coligação PSD/PTB. Novamente em 1950, tendo o brigadeiro como o seu candidato à presidência da República, voltou a ser derrotado por Getúlio Vargas. Getúlio lançou a sua candidatura pela sigla do PTB, em coligação com o Partido Social Progressista (PSP), que apresentou como vice, Café Filho. Nessa eleição, Vargas, que também contou com o apoio officioso do PSD, obteve 48,7% dos votos e Eduardo Gomes, 29,7% (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.137-138).

Não se conformando com as derrotas sucessivas, o partido não recuou do seu intento e mais uma vez insistiu, mas com outro candidato. “Na campanha presidencial de 1955 a União Democrática Nacional lançou como candidato Juarez Távora, que também foi derrotado pela coligação PSD/PTB, representada, respectivamente, por Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart. Kubitschek obteve 36% dos votos e Távora 30%” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.138).

As duas derrotas enfrentadas pelo brigadeiro Eduardo Gomes têm a ver com a impopularidade da campanha após a “divulgação pelos “queremistas”⁹, de que o Brigadeiro

⁹ Segundo Jorge Ferreira “o queremismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo’ de Vargas. Ver Jorge L. FERREIRA. “A Democratização de 1945 e o movimento queremista” In: FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática. Da democratização

desdenhava “o voto dos marmiteiros” (segundo Afonso Arinos a calúnia fugira ao controle dos articuladores da campanha, que não reagiram com a necessária rapidez e energia). O brigadeiro passou a ser identificado como o candidato dos grã-finos e a UDN como o “partido dos cartolas” (BENEVIDES, 1981, p. 45).

A única vez em que a UDN saiu vitoriosa de um pleito presidencial foi em 1960, quando da eleição de Jânio Quadros. “Acontece que Jânio era um líder populista, pouco fiel às orientações partidárias, preferindo o contato direto e autoritário com as massas que supostamente representava, e logo se desentendeu com a cúpula dirigente da UDN, que lhe retirou o apoio parlamentar” (RIDENTI, 1992, p. 61).

No espaço de tempo em que a UDN permaneceu na oposição, teve momentos em que defendia o seu ideário político, mas, ao mesmo tempo, tomava atitudes contraditórias. Como exemplo, podemos citar sua luta, saindo em defesa do direito do PCB – Partido Comunista Brasileiro, de se manter como uma agremiação partidária como qualquer outra, e de seus filiados de se manifestarem livremente e com o direito de disputar eleições, já que essa, na ótica dos udenistas, seria uma postura democrática, tendo em vista que os simpatizantes do partido teriam ficado sem condições de disputar cargos eletivos, em face da cassação do registro eleitoral do partido, em 1947, pelo TSE. Apesar desse ato de solidariedade foi a mesma UDN o primeiro partido a se posicionar a favor do “golpe militar” de 1964, através do decidido posicionamento de Magalhães Pinto, Governador de Minas, que apoiou a “precipitada” decisão do “general Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, [quando este] resolveu desencadear o movimento, sem esperar pela data combinada com os outros militares (a rebelião estava prevista para alguns dias depois)” (FICO, 1998, p.15).

Para melhor entendermos os fatos que levaram ao golpe militar retrocederemos um pouco no tempo. Em 1961 o presidente Jânio Quadros é eleito. “O governo iniciava-se [...] legitimado por uma esmagadora vitória em pleito popular, reivindicada por muitos e sobretudo pela UDN, reconciliada, às custas de sua própria identidade antipopulista, com a autoestima frustrada após três derrotas consecutivas” (BENEVIDES, 1981, p.114). Poucos meses depois da posse “Jânio Quadros renunciou com a esperança de que o povo e as Forças Armadas o chamassem de volta, dando a ele mais poderes para governar; numa espécie de golpe. Isso porém não aconteceu. Imediatamente, começou a disputa pelo poder (FICO, 1998, p.8).

Em seu relato, registrado no capítulo 6 do livro “*João Goulart - entre a memória e a história*”, Motta (2006) afirma que:

a década de 1960 foi um momento delicado para os grupos liberais e conservadores no Brasil e alhures, pois a revolução parecia estar na ordem do dia por toda parte. Quando se deu a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, havia terreno fértil para mobilizar a opinião conservadora. O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o vice-presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. [...] os ministros militares de Jânio declararam-se contrários à posse de Goulart, criando um ambiente de pré-guerra civil (Motta apud FERREIRA, 2006, p.129).

O fato é que apesar das forças que lhe eram contrárias, João Goulart assumiu o governo, porém num sistema parlamentarista, que durou até 1963, quando o país retorna ao presidencialismo, tendo à frente o mesmo João Goulart, que foi mantido no poder, agora como presidente constitucional. Um governo recheado de problemas. “Sem conseguir sucesso no combate à inflação, Jango adotou outra estratégia. Passou a defender a necessidade de “reformas de base”, isto é, uma série de mudanças profundas que deveriam ser feitas em vários setores, como o agrário, o bancário, o eleitoral e o dos impostos. Mas a mais debatida foi a reforma agrária (FICO, 1998, p.11).

Em face desses acontecimentos, instala-se no país uma atmosfera de confronto que acabou resultando na queda do governo provocada pelo golpe militar de 1964.

Além da participação direta da UDN no processo que culminou com o golpe militar de 1964 há de se considerar também que foi representativo e, portanto, não desprezível, o papel assumido pela imprensa nos dias que antecederam o 31 de março de 1964, conforme nos revela a doutora em sociologia, Alzira Alves de Abreu, pesquisadora do Cpdoc/FGV. Afirma ela que:

a atuação da imprensa em todo o processo que levou à queda do regime constitucional, em 31 de março de 1964, deve ser incorporado aos esquemas explicativos desse acontecimento. [...] a imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e que esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade de restabelecimento da ordem mediante uma “intervenção militar”[...] Poucos foram os jornais que defenderam o governo até a sua deposição” (Abreu apud FERREIRA, 2006, p.107-108).

O apoio declarado [do partido] às liberdades democráticas não o preveniu de ajudar, por duas vezes, a intervenção militar em sucessões presidenciais, e o partido acabou apoiando o golpe militar de 1964 (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000, p. 21).

Uma oposição sistemática e agressiva

A partir de 1950 a UDN passou a ser vista como o partido contestador de resultados eleitorais. (...) se Getúlio fora legitimamente eleito pelo voto popular, “o povo errou”, diriam, inconformados. Tratava-se, então, no velho estilo das elites autoritárias, de ‘consertar o erro’. Tinha início o primeiro ato de uma encenação que se tornaria rotina na prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais (BENEVIDES, 1981, p. 82).

Para atingir os seus objetivos, como partido caracterizado como de oposição, a UDN promove várias manobras, sempre procurando tornar inválidos os resultados de pleitos eleitorais, a exemplo daquele citado acima.

A propósito da postura radical assumida pela UDN, acreditamos ser válida a citação de parte do texto da cientista política Maria Victória Benevides (1981) quando deixa bem clara a posição contestatória assumida pelo partido.

[...] a UDN proclama, em sua primeira Convenção Nacional após a posse de Getúlio Vargas, os mesmos ideais democráticos e o despojamento patriótico, que consistiria em evitar uma “oposição sistemática e irracional ao governo” (24/4/51, Arquivo UDN). No entanto, se não foi “irracional”, a oposição udenista foi, certamente, “sistemática”: agressiva no Congresso, violenta na imprensa e conspiratória nos setores militares vinculados à Cruzada Democrática. Durante três anos e meio de governo getulista a UDN não poupou recursos para recuperar-se da “mancha conciliatória e adesista” do período Dutra. Sua atuação – mais que opositora, pois acusatória – desenvolveu-se, sobretudo a partir de 1952, em torno de três grandes temas:

- - a desgraça, para o país, com a volta do ex-ditador (insistência na lembrança do Estado Novo e nas glórias de 45);
- - as denúncias constantes de corrupção administrativa, a “caça aos escândalos” (o moralismo udenista surge como a marca “ideológica” do partido);
- - a necessidade de intervenção militar contra a “subversão” e a “desordem social” (o golpismo e o elitismo udenista) (BENEVIDES, 1981, p. 84).

Deixando a teorização de lado e indo diretamente às atitudes, percebemos desde logo que a intenção dos políticos udenistas era mesmo a de concentrar suas forças, com a finalidade de enfraquecer o poder e dificultar a movimentação do Presidente da República e de seus aliados.

No Congresso a UDN lidera a oposição, através da brilhante “Banda de Música”, grupo formado pelos bacharéis (Aduino Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros) que, sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo. A analogia com a orquestra – depõe João Agripino – devia-se ao fato

do grupo “fazer barulho, criar confusão, perturbar, obstruir e tirar o orador de sua fleuma” (BENEVIDES, 1981, p. 84).

Mais adiante a mesma autora retorna ao assunto explicando que:

A “Banda de Música” dedicou-se ao ataque sistemático à política econômica e financeira do governo, visando a atuação dos Ministros da Fazenda (Horácio Lafer e Oswaldo Aranha) e a alegada corrupção em outros órgãos como a CEXIM, a CACEX e a SUMOC. Na realidade, toda a oposição conservadora, liderada pela UDN, alimentava suas críticas à política econômica do governo pela aversão às propostas de política social e salarial anunciada por Getúlio (a UDN combateria os aumentos de salário mínimo em nome da estabilização, por ex.) e ao avanço do nacionalismo, em termos de intervenção estatal e controle do capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981, p. 85).

Ao mesmo tempo em que o grupo da denominada “Banda de Música” atuava, no sentido de denegrir a imagem do presidente da República, do qual se declaravam opositores radicais e dispostos a não poupar ações destinadas a colocar o governo e seus aliados no Congresso em situação de instabilidade, dentro da mesma UDN havia um outro grupo, formado de parlamentares nordestinos, os quais se mostravam “sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo”. O grupo ficou conhecido como os “*chapas-brancas*”. Numa atitude oportunista, o deputado udenista (chapa-branca), de Pernambuco, João Cleófas, assume o Ministério da Agricultura. Como era de se esperar a reação dos udenistas foi imediata. Discutiu-se, inclusive, no Diretório Nacional do Partido a conveniência da sua expulsão dos quadros do partido. Como de outras vezes, entram em cena medidas conciliatórias. O deputado paulista Waldemar Ferreira lançou a idéia de que seria melhor deixar as coisas como estavam, admitindo que aquela seria uma boa oportunidade da UDN estar dentro do governo, sem que o partido tivesse que assumir qualquer outro compromisso com ele, o que converteria numa posição bem cômoda.

Apesar dos embates e reveses, a UDN procurou ser sempre fiel aos seus princípios oposicionistas, tanto assim que em 1953 o grupo udenista do então Distrito Federal se vê reforçado com a pregação golpista de um de seus membros mais aguerridos: o deputado carioca Carlos Lacerda. Inspirados na liderança de Lacerda juntam-se as forças de militares e civis para criar o “Clube da Lanterna” de característica anti-getulista e anti-comunista (BENEVIDES, 1981, p.86). Tratava-se de um movimento de caráter oposicionista, liderado pelo deputado udenista Carlos Lacerda, contra o governo do presidente Getúlio Vargas, durante o seu segundo período de governo. Após a morte de Vargas todas as atenções e críticas dos “lanternistas” se voltaram para o governo do presidente Juscelino Kubitschek

O oposicionismo radical dos udenistas não para por aqui. O líder do partido, o deputado Afonso Arinos, durante a Convenção Nacional, realizada em 1º de maio de 1953, apresenta as *diretrizes partidárias* fundamentadas em três pontos básicos, todas com forte dose antigetulista:

- oposição ao governo federal (aplaudida de pé);
- não-participação no governo;
- permanente colaboração, sem prejuízo das liberdades de crítica, em todas as medidas legislativas de interesse público [CN, 1º/05/1953, Arquivo UDN] (BENEVIDES, 1981, p.87).

Além dos grupos formados dentro da UDN, ou seja, o já citado “Banda de Música” e o seu oponente, o grupo conhecido como “Chapas Brancas”, havia também os integrantes do grupo “Bossa Nova”. Era um grupo de parlamentares ardorosos defensores de uma nova linha para o partido, em oposição aos “lacerdistas” e aos pertencentes à “Banda de Música”. Eles se colocavam numa permanente posição de apoio aos projetos reformistas do governo, considerados por eles como “nacionalistas” ou de “interesse popular”, resultando daí, acalorados debates entre os adeptos de cada uma dessas linhas.

Se de um lado PSD e UDN tiveram expressiva participação no cenário político e partidário do país entre 1946 e 1960, o PTB constituiu a “terceira força partidária no período e que foi crescendo no decorrer dos anos” (RIDENTI, 1992, p.61). Surgiu do desejo de Getúlio Vargas de se fortalecer politicamente, preparando-se para, mais uma vez, assumir a presidência da República com o apoio da classe trabalhadora do país.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: getulismo, trabalhismo, reformismo e nacionalismo¹⁰

Para melhor compreendermos o surgimento e a atuação do PTB no cenário político nacional nos escoraremos na análise elaborada pela cientista política Lucilia de Almeida Neves Delgado. Segundo essa autora:

O PTB teve a sua origem e história marcadas pelas injunções decorrentes de sua permanente aliança com o PSD. Era também um partido cujas características iniciais o levaram a ser uma agremiação eminentemente de mobilização popular controlada. Essa característica, no entanto, não era definitiva e exclusiva do partido. Desde a sua

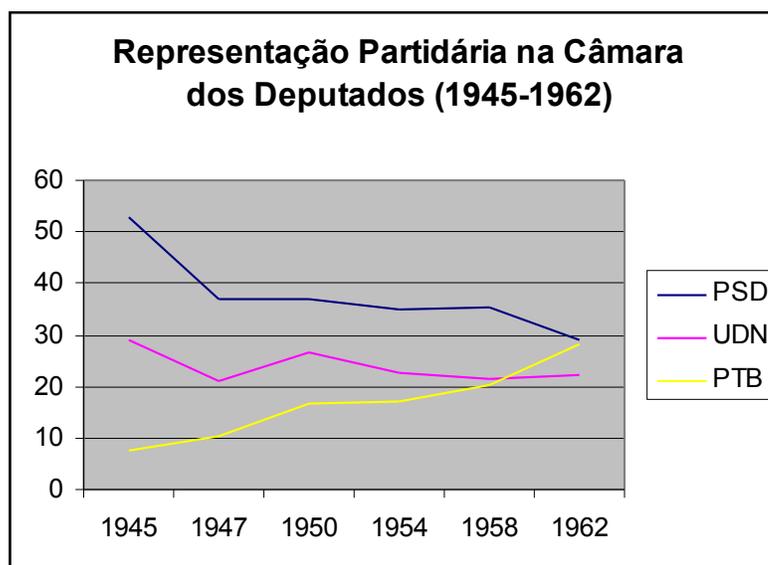
¹⁰ Subtítulo do livro “Brasil Republicano” – o tempo da experiência democrática / da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964, de Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado.

formação, exatamente por ter um forte potencial mobilizador, ainda que sob controle, o Partido Trabalhista Brasileiro traria, inserido na sua estrutura, o germe de proposta de transformação social que levaram posteriormente ao avanço das correntes mais reformistas dentro do Partido (DELGADO, 1989, p.68).

A professora Lucília Delgado em suas pesquisas revela: “quando se iniciou a década de 1960 a estrutura triangular partidária, que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos que formavam o sistema pluripartidário brasileiro, não mais apresentava a mesma sustentação e objetivos que nortearam a atuação da UDN, PSD e PTB, os três partidos que a formaram nos idos de 1945” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 140).

A capacidade de captar votos, utilizada por essas três forças partidárias era muito grande. Notamos, durante todo o tempo de nossa pesquisa que essas três agremiações partidárias mantiveram um posicionamento constante, ou seja, PSD e PTB na situação e a UDN na oposição. Entretanto, “o PTB, a partir de 1945, foi instrumento largamente utilizado como infra-estrutura e muitas vezes como regra-três para as permanentes negociações e articulações conciliatórias de Vargas” (DELGADO, 1989, p.95). Dizia-se que “Vargas criara o PSD com a mão direita e o PTB com a esquerda”, este, controlado por Vargas até a sua morte, em 1954.

Foi, portanto, dentre os três grandes partidos, o único a apresentar um movimento sempre ascendente.



Fonte: Hippolito, 1985, p. 275-285 e Schmitt, 2001, p.23.

Segundo Delgado (1989, p. 14) o PTB, criado, numa primeira hora, sob inspiração e para atender aos interesses de Getúlio Vargas, teria sido “veio de canalização das pressões populares e também um condicionador do potencial reivindicativo e político dos trabalhadores pelo Estado”.

Há uma declaração de Getúlio Vargas, bastante interessante, para justificar a criação do PTB: “como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem às dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária que deveria denominar-se Partido Trabalhista Brasileiro” (Getúlio Vargas apud DELGADO, 1989, p.35).

Referindo-se ao texto acima, Lucilia de Almeida Neves Delgado (1989) analisa o real significado do partido:

O PTB representava, portanto, um esforço de Vargas em cultivar sua popularidade entre os trabalhadores e os sindicatos, unindo Presidente e operários em um único partido político. Se, por um lado, a natureza desse vínculo governante-trabalhadores transparecia como definidora de um forte caráter de manipulação dos trabalhadores pelo presidente, por outro, não deixaria de ser uma possibilidade de maior participação desses mesmos trabalhadores no contexto político nacional, tendo como organização política de suporte o PTB (DELGADO, 1989, p. 35).

O interesse de Vargas era o de reunir em torno de si a massa trabalhadora do país. O desejo dele, porém, e certamente essa era uma de suas estratégias para conseguir manter a sua influência sobre a classe e fortalecer o PTB, é que todos se juntassem e se inscrevessem num dos sindicatos de trabalhadores existentes, em conformidade com a atividade profissional de cada um.

O texto a seguir nos revela essa sua estratégia valorativa dos trabalhadores:

Uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade e nem usar de pressão ou de coação. O sindicato é vossa arma de luta, vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para suas realizações, se não contar com o apoio das organizações operárias (Getúlio Vargas apud DELGADO, 1989, p. 97).

Como já tivemos a oportunidade de citar, o PSD é visto como o mais forte no Congresso Nacional até 1965, porque “era fruto da composição entre velhas oligarquias rurais e novas forças urbanas emergentes nos anos 30 e 40, sobretudo as ligadas à máquina de Estado, enquanto a UDN, cristalizou-se como partido de direita, elitista, que sempre teve boa votação”, enquanto o PTB constituiu-se na “terceira força partidária no período e que foi crescendo no decorrer dos anos”. [...] O PTB foi um partido que sempre procurou “ligar-se às massas trabalhadoras

emergentes, organizadas nos sindicatos, representando seus interesses dentro da ordem estabelecida” (RIDENTI, 1992, p 61). Entre os partidos do pós-1945 o PTB foi a agremiação partidária mais ardentemente getulista, apresentando, entretanto, inserção regional fragmentada. Sua influência, entretanto, não se fazia de forma homogênea em todo o país: era muito forte em alguns estados da federação – como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazonas – e paradoxalmente fraco em outros, como, por exemplo, São Paulo, estado que reunia o maior contingente de operários de todo o Brasil. Ao consultarmos a tabela 1, p.26, verificaremos que “o PTB foi, sem dúvida alguma, o partido que mais cresceu durante os anos de prevalência do pluripartidarismo criado em 1945” (FERREIRA; DELGADO, 1989, p. 142).

Conforme nos revela a cientista política Lucília DELGADO ao se referir à vinculação do PSD e PTB a Vargas,

Na vertente do continuísmo o PSD e o PTB tinham de caracterizar-se como *‘agregiações de caráter getulista’*¹¹ Esta estratégia de vinculação dos dois partidos a Vargas seria adotada em contraponto à atuação da UDN oposicionista e ao PCB, historicamente antivarguista. Se ao PSD caberia atuar para garantir uma transição conservadora e capaz de manter antigos poderes e privilégios, ao PTB seria destinada a função de legitimar, frente aos trabalhadores, os termos de uma mudança que não seria mais do que uma “transição permitida”. Além disso, ao Partido Trabalhista caberia a difícil e fundamental missão de aglutinar as mais diferentes categorias de trabalhadores em torno do partido, procurando-se obter maior legitimação para as condições através das quais se processaria a transição pelo alto (DELGADO, 1981, p.31).

Continuando a sua análise Delgado (1989) cita no seu livro “PTB do Getulismo ao Reformismo”, que “Moniz Bandeira analisa com precisão o vínculo estreito, Partido Trabalhista Brasileiro-Estado Novo, e os desdobramentos dessa ligação que levariam o Estado a se tornar infra-estrutura do partido:

O PTB nasceu numa das vertentes da ditadura de Vargas, quando o Estado Novo agonizava, e alicerçou sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciaram. O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária, sua fonte de poder”. (Moniz Bandeira apud DELGADO, 1989, p.31).

Na mesma linha de pensamento de Moniz Bandeira temos também a análise de Afonso Arinos, político e intelectual “nitidamente influenciado por sua formação udenista”. Ambos chegaram à mesma conclusão, como fica demonstrado nestas suas declarações:.

¹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro e D’ARAUJO, Maria Celina Soares. Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio, FGV-CPDOC, 1985, mimeo p.10.

O PTB “nasceu dentro dos palácios presidenciais e no Ministério do Trabalho, robusteceu-se com a seiva retirada aos sindicatos oficiais de trabalhadores, controlados pelas autoridades, obteve recursos financeiros para a sua organização e formidável publicidade com magnatas notoriamente chegados ao governo e possivelmente com verbas oficiais” (Afonso Arinos de Melo Franco apud DELGADO, 1989, p.31).

Dentro do quadro institucional, como estamos procurando demonstrar, estavam à esquerda o pequeno PSB e uma ala minoritária e combativa do trabalhismo, composta por alguns integrantes nacionalistas do PTB e de partidos menores. Apesar das divergências, o PSD, a UDN e a maior parte do PTB eram forças políticas conservadoras. Tanto que lideranças expressivas desses partidos apoiaram ou foram coniventes com o golpe militar de 1964, que supostamente livraria o Brasil da ameaça comunista e da corrupção de certos políticos. (RIDENTI, 1992, p.65).

Mais uma vez nos serviremos das conclusões a que chegou Lucília Delgado:

[...] a trajetória e o crescimento do PTB não ocorreram livres de atribuições e dificuldades, pelo contrário. Como alvo privilegiado da UDN, por simbolizar no universo partidário a principal força getulista, o Partido Trabalhista Brasileiro, incluindo seus principais líderes, foi perseguido pela crítica contundente dos udenistas, que divulgaram constantemente através da grande imprensa acusações que “relacionavam o petebismo ao peronismo, à perspectiva de implantação de uma República sindicalista no Brasil, quando não ao ‘perigo do comunismo’ (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 143).

O fortalecimento do PTB se concretizou com a eleição de Getúlio Vargas, para presidente da República, em 1950, uma vez que a criação do partido por parte do presidente eleito tinha esse objetivo, ou seja, a de retorná-lo ao Palácio do Catete. Pressionado por seus opositores, que, mais uma vez queriam vê-lo fora da direção do governo, comete suicídio em agosto de 1954, deixando como seu herdeiro político João Goulart, que por duas vezes consecutivas foi eleito, pelo PTB, vice-presidente da República, a primeira em 1955 e a segunda vez em 1960. Após permanecer por tanto tempo bem próximo do poder, em agosto de 1961, Goulart assume a chefia do Executivo, por conta da renúncia do Presidente Jânio Quadros, de quem se tornara vice-presidente, dando ao PTB uma grande força política, que só foi perdida com o “golpe militar” de março de 1964.

Embora já tenhamos nos referido ao assunto anteriormente, mesmo assim gostaríamos de voltar a ele para neste ponto nos valermos dos estudos de Toledo (2004) para demonstrarmos que, segundo ele, o sistema partidário no período 1945-1964 experimentou posturas interessantes.

o PSD [...] não deixou de ter os seus “dissidentes”, a “ala moça”, [...] pequeno núcleo que condenava o anti-reformismo visceral de suas “elites” e apoiava as Reformas de Base e algumas propostas nacionalistas. A UDN também teve a sua ala progressista: a “Bossa Nova”, que defendeu as Reformas, (inclusive a reforma constitucional), a política externa independente, a lei de remessa de lucros, a democratização do ensino, etc., teses que se opunham energeticamente a ortodoxia reacionária dos setores dirigentes do partido (Maria Victoria Benevides apud TOLEDO, 2004, p.69-70).

Como podemos notar, cada partido, durante o período pós-estadonovista, procurava, a seu modo, se ajustar às circunstâncias.

O PTB – que ao contrário dos outros dois partidos teve um significativo crescimento em todo o período liberal-democrático – igualmente se encontrava fracionado. O partido (...) apresentava-se dividido em duas grandes facções: o “grupo compacto” (ou “ideológico”) e o “grupo fisiológico”. Enquanto o primeiro procurava manter uma linha de independência face ao comando populista de Goulart, o segundo, sem a menor restrição, a política de conciliação do presidente da República, que acumulava também a função de presidente nacional do PTB. Esta facção do partido postulava a realização de uma maior aproximação com o PSD. Na formulação de San Tiago Dantas, tratava-se de um “esquerda positiva” – “construtiva”, pragmática, “não ideológica”. Por seu lado, o “grupo compacto” destacou-se por uma negação da tradicional política clientelista desenvolvida pela “velha guarda” petebista que controlava a burocracia sindical e a máquina da Previdência Social (TOLEDO, 2004, p.70).

No entanto, nem todos concordaram com as práticas fisiológicas tentadoramente exercitadas por determinados guetos.

Contra o “fisiologismo”, entendia este grupo que o PTB deveria ter uma atuação política que correspondesse a uma orientação ideológica mais nítida e mais definida. Ao defender a realização de reformas de base de cunho radical e propugnar medidas político econômicas de caráter anti-imperialista, o “grupo compacto” identificava-se com os demais setores da esquerda nacionalista brasileira (TOLEDO, 2004, p. 71).

Uma análise atenta dos textos acima nos mostra o quanto as três maiores organizações partidárias do país se revelavam possuidoras de formas estratégicas e de uma estrutura, até certo ponto semelhantes, quando estavam em jogo a conquista e permanência no poder. Sem nenhum escrúpulo, cada uma, a seu modo, se valia de artifícios abraçados pela maioria dos membros de cada uma das agremiações.

Se dermos um salto no tempo e em nossa análise sobre o PTB e chegarmos ao Governo do presidente Juscelino Kubitschek depararemos com uma declaração bastante interessante de Abelardo Jurema, destacado político daquele período, referindo-se à relação entre o PSD e o PTB, como forma de reforçar o governo do presidente mencionado. Vejamos as suas declarações:

Vale repetir o que já disse em capítulo anterior: o PSD sem o PTB irá para a reação, e o PTB, sem o PSD, irá para a revolução. Eis o sentido intrínseco dessa aliança, ditada pelos meandros políticos, que exigem avanços e recuos táticos, sem comprometimentos com as linhas básicas e programáticas dessas agremiações partidárias. O segredo de estabilidade do governo Juscelino estava nesta aliança. Um continha o outro e ambos acertavam o passo que convinha à nação, sob a batuta de um Presidente cuja popularidade fazia estremecer qualquer líder que sonhasse com uma emulação contida, modesta e incipiente. (Abelardo Jurema apud DELGADO, 1989, p.181).

Como todo partido, o PTB também enfrentou muitas dificuldades na sua trajetória de crescimento, porém, durante esse tempo, acabou por superar os obstáculos, em função da decidida participação de seus dirigentes.

O Partido Trabalhista Brasileiro foi, sem dúvida alguma, o que mais cresceu durante os anos de prevalência do pluripartidarismo criado em 1945. Quando de sua fundação, encontrou grandes dificuldades para cumprir as condições exigidas pela lei para registro de uma agremiação partidária, inclusive a referente ao número mínimo de proponentes. No decorrer de sua trajetória, entretanto, foi ganhando força e ampliando a sua penetração junto à sociedade civil. Seu desempenho eleitoral também cresceu de forma expressiva (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.142).

A definição do partido por uma política envolvendo a classe trabalhadora foi um dos fatores mais relevantes para que o partido crescesse. Esse crescimento, porém, não ficou livre de inúmeras dificuldades, como afirmamos anteriormente.

Após a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o PTB que via seu nome vinculado ao do presidente “começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista”. Acrescenta-se a isso o posicionamento de alguns políticos do partido que pretendiam “transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 143).

No decorrer do estudo nos é possível perceber que o PTB mantinha uma

ligação umbilical com o PSD [e que esta] perdeu força motriz do laço inicial que unia as duas agremiações getulistas. Como já foi assinalado em algumas ocasiões, em especial quando se tratava da defesa ou da negação da reforma agrária, os dois partidos chegaram a ficar em campos opostos no Parlamento Nacional. Por outro lado, sua oposição inicial ao PCB foi se transformando em aproximação e muitos militantes comunistas chegaram a se utilizar da legenda trabalhista para concorrer a cargos eleitorais, uma vez que seu partido não era registrado no Tribunal Superior Eleitoral. (FERREIRA; DELGADO, 2003, p.143-144).

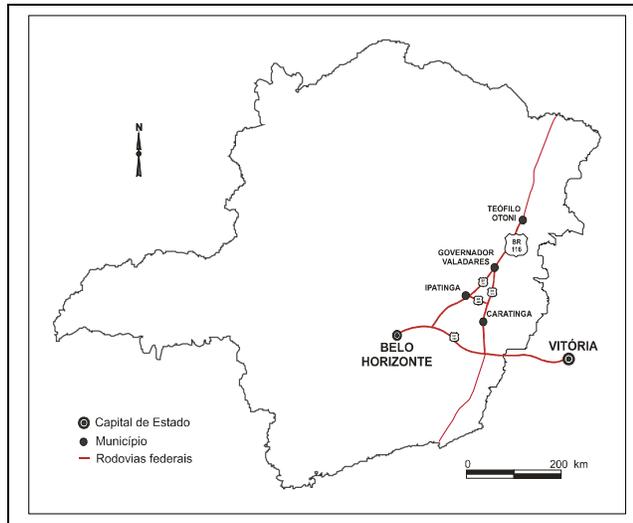
Como vimos, a presença do PSD, UDN e PTB na história e na política brasileira é enriquecedora e, ao mesmo tempo, repleta de conflitos, motivados não só pelo programa de cada um, mas, também por causa do jogo de interesses.

Cada um desses partidos traz sua característica própria: O PSD, por sua ligação com o campo e pela sua capacidade de adaptação aos diferentes momentos da política nacional ocupou, por muito tempo postos-chaves da política através da ação constante e atenta dos “caciques” do partido; a UDN, que também foi representativa no cenário político, aonde exerceu uma oposição permanente ao PSD, seu principal oponente, lutou, de forma persistente, mas não chegou a alcançar os pontos desejados no cume do comando político nacional; e o PTB, pelo seu envolvimento com os trabalhadores, no final dos anos 1950 chegou a competir com o PSD na representação partidária na Câmara dos Deputados. Depois de ter participado do poder, durante o governo Goulart teve a sua trajetória de crescimento interrompida, com o fim do pluripartidarismo, em 1965.

Desses partidos, tanto o PSD como a UDN, após 1945 mantiveram-se no foco da política caratinguense numa competição acirrada com prevalência do mando pessedista. Ambos, entretanto, mantiveram-se atuantes durante todo o período militar, camuflados sob as sublegendas ARENA 1 e ARENA 2, respectivamente, como veremos mais a frente.

O Município de Caratinga: aspectos gerais

O Município de Caratinga está inserido na região leste de Minas Gerais. É cortada pela Rodovia BR-116 (Rio-Bahia), no sentido norte-sul, pertencente à região de planejamento chamada de Rio Doce, onde ocupa uma área de cerca de 1 258,69 km².



Fonte: Plano Diretor Urbano de Caratinga
Cartografia: Gislane Fernanda de Barros

Seu povoamento aconteceu somente na segunda metade do século XIX. Isto porque para afastar a cobiça dos estrangeiros e controlar o transporte do ouro evitando o contrabando, vários decretos reais proibiam a subida do Rio Doce à procura de novas minas.

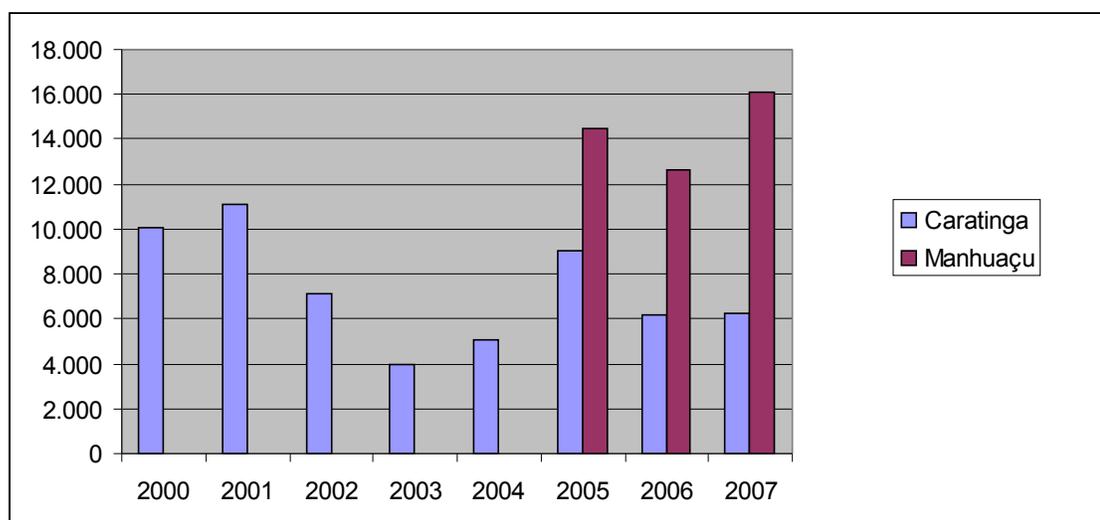
Em 1841, teve início o povoamento do Município, com a chegada dos primeiros colonos. Em junho de 1848, Caratinga foi elevada à categoria de Paróquia e Conselho Distrital, subordinados à Câmara de Mariana até 1860.

“Como em quase toda cidade da região, o passo seguinte ao povoamento das cidades deu-se com o advento da ferrovia. Em 1886, ocorre a inauguração da estação de ferro Leopoldina em “Muriahé, (MG) e nesse mesmo ano e no seguinte, as de Ponte Nova e Carangola respectivamente, permitindo um maior fluxo de gente e comércio nas partes mais centrais da Zona da Mata, em direção ao *hinterland* caratinguense” (Lázaro do Val apud SENA FILHO, 2005, p.74). [...] “a construção da estrada de ferro no município, era, juntamente com a emancipação municipal, *as duas maiores datas da história local ... sendo que em dezembro de 1930 inaugurava-se a estrada de ferro em nosso meio*” (SENA FILHO, 2005, p.74). Esta empresa que, “*transportava pessoas e cargas... marcou época na história de Caratinga... sendo*

responsável, durante muitos anos, pelo grande movimento comercial...” (SAYGLI, 1998, p.56). Tendo o auge de suas atividades nas décadas de 40 e 50, a fisionomia da cidade foi marcada pela disposição da ferrovia Leopoldina Railway. Quando, na década seguinte, a ferrovia entra em crise, este papel primordial será assumido pela rodovia com a implantação da BR-116 (SENA FILHO, 2005, p. 74).

Economicamente, na sua fase inicial, a cidade viveu do extrativismo vegetal. Em meados do século XX sua economia gravitou em torno da produção de cereais, principalmente milho e feijão. Distinguiu-se na produção de café, hoje uma grande fonte de riqueza do município, somada a atividade comercial e produção industrial.

Gráfico 1: Produção de Café comercializada nos municípios de Caratinga e Manhuaçu (em toneladas) - 2000 - 2007



FONTE: IBGE

Observações:

- 1- Os dados de 2000 a 2004 referentes ao município de Manhuaçu não estavam disponibilizados.
- 2- Nos dados comercializados no município de Manhuaçu estão computados as produções dos municípios de Manhumirim e Matipó.

Quanto à atividade política, esta foi bastante intensa no Município, que chegou a eleger um Senador da República e três Deputados Estaduais, além de ter contribuído na eleição de vários Deputados Federais, deputados estaduais, provenientes de outras regiões do Estado de Minas Gerais, durante vários anos.

No dizer de Barros (2007), em sentido amplo, com o intuito de deixar bem evidenciado o sentido político da cidade, ele nos revela que: “por várias razões a dimensão política emerge

como um dos principais definidores da cidade. Por um lado [...] a cidade é a principal sede das lutas sociais. Por outro lado, ela é obrigatoriamente sede dos poderes políticos: necessariamente os poderes municipais e, eventualmente também a sede de poderes estatais mais amplos” (BARROS, 2007, p. 62).

Por seu turno, a cidade de Caratinga (sede do município homônimo), por centralizar expressiva atividade agro-comercial e educacional, polariza município que lhe são limítrofes. Em função dessa sua influência manteve uma histórica participação política na região.

Caratinga estende tapete vermelho para receber Prefeito nomeado

Quando foi instalado o Estado Novo em 1937, um dos primeiros atos assumidos pelo agora dono do poder político nacional, Getúlio Vargas, foi o de afastar do comando dos Estados os Governadores eleitos, para no lugar deles nomear interventores que, por sua vez, indicaram os prefeitos dos municípios. “Na ausência de um partido, Getúlio era o chefe político que simbolizava o poder do Estado e a nacionalidade. Era o chefe do Estado e da Nação” (D’ARAÚJO, 2000, p.13).

A intervenção de Vargas no município de Caratinga é notada quando ele desaloja do poder executivo municipal o prefeito eleito, Sr. Omar Coutinho, que de agosto de 1935 à maio de 1941, esteve à frente do governo municipal, nomeando para o seu lugar o Dr. José Celso Valadares



Pinto, sobrinho do interventor mineiro, Benedito Valadares.

A imprensa local, com indisfarçável dose de ufanismo, que chegava a resvalar para a bajulação, assumida pelo redator do jornal local, dedicou ao mandatário nomeado do município o tratamento de “governador”, conforme mostram as manchetes de primeira página do jornal *O Município*, semanário local da época: *Ao ilustre Governador de Caratinga, as homenagens d’O Município*. E mais, “*Milhares de pessoas aclamam o Governador de Caratinga*”. O artigo do semanário assim descreve a indicação do Prefeito nomeado:

Não há notícia em Caratinga de tanta alegria e vibração como a que se viu ao ensejo da recepção com que o povo de todo o Município acolheu o seu novo Prefeito Dr. José Celso Valadares Pinto.

Partilhando desses entusiasmos e dessas manifestações de franco júbilo associaram-se às solenidades diversas delegações e muitos Prefeitos dos municípios vizinhos. É que a notícia alviçareira veio ao encontro dos legítimos anseios e aspirações de quantos amam de verdade esta terra e sua gente.

O ato, pois, do benemérito Governador Benedito Valadares veio integrar o nosso município nos postulados do Estado Novo, coroando uma obra formidável, sã e patriótica daqueles que se bateram pelo advento desse dia glorioso e feliz (*O Município*, n. 494, p.1, de 11-06-1941).

Apesar das “manifestações de franco júbilo” o novo Prefeito, recebido com festividades dignas de um Chefe de Estado, permaneceu à frente da administração municipal durante noventa dias, ou seja, até setembro de 1941, quando então foi chamado a Belo Horizonte e, após encontrar-se com o Governador do Estado, foi por ele informado de que seria transferido, para assumir a Prefeitura do Município de São Lourenço, no sul de Minas. Para substituí-lo foi indicado o Prefeito do município de Espera Feliz, o advogado, Dr. José Augusto Ferreira Filho que, inclusive, esteve presente nas festividades que marcaram a chegada do prefeito nomeado, José Celso Valadares Pinto.

Não dispomos de informações a respeito, porém, é possível identificar nessa ação do governo mineiro uma clara maneira de desestabilizar a situação política municipal vigente. Garantida essa nomeação e transferência, abre caminho para impor um nome que melhor se adequasse à realidade e aos interesses superiores daquele momento. Getúlio Vargas ao confirmar Benedito Valadares como interventor em Minas Gerais, o credenciou para nomear e destituir prefeitos de acordo com os interesses seus e do governo. A esposa do ex-prefeito nomeado de Caratinga, José Celso Valadares Pinto,¹² em declarações prestadas ao prof. Nelson Senna, em sua residência, em Belo Horizonte, declarou que a movimentação desses prefeitos, chamados de “*os meninos de Valadares*” era feita seguindo critério do governador, que decidia as nomeações conquanto atendessem aos interesses do Estado Novo. É de se perceber que, com esse gesto o Governador promovia um verdadeiro jogo de xadrez, no qual a movimentação das peças poderia servir para confundir os antigos grupos políticos há muito estabelecidos no município. Percebemos nessa atitude que o Governador estaria sinalizando ao indicado a sua temporalidade

¹² Depoimento cedido por Nelson Sena Filho ao Programa de História Oral do NUDOC/UNEC em 29/06/2007.

no cargo e, ao mesmo tempo, se mostraria precavido contra a formação de raízes na relação de proximidade do prefeito indicado com os tradicionais grupos políticos da localidade.

Na troca dessas peças não faltou, mais uma vez, uma profusão de adjetivos para enaltecer o mais novo Prefeito, mandado para vir substituir aquele que chegou recebido com pompas, mas que não teve tempo de “esquentar a cadeira”. Mais uma vez o ufanismo tomou conta do Semanário local, *O Município*, de 24 de agosto de 1941:

Em 4 de junho deste ano, Caratinga recebia, vibrante de incontido entusiasmo, o ilustre Dr. José Celso Valadares Pinto, o *primeiro* Prefeito que o ESTADO NOVO nos enviava, marcando para este município uma época que jamais será olvidada pelos verdadeiros amigos de Caratinga, pois nascia para esta terra – “terra generosa e farta, povo laborioso e manso” – a certeza de dias melhores, com o advento do regime instituído em 10 de Novembro de 1937, pelo egrégio Dr. Getúlio Dorneles Vargas, brasileiro que tanto vem honrando o Brasil.

.....
Reúne-se, em Julho, em Belo Horizonte o grande conclave dos Prefeitos, a convite do Governo Mineiro.

Finda-se a reunião em 17 deste e o eminente Governador de Minas precisa enviar para São Lourenço um novo Prefeito para ocupar o cargo que ali vagara. O escolhido é o nosso Prefeito Dr. José Celso.

Mas, a sua grande amizade a Caratinga e ao seu povo, volve o Governador Benedito Valadares o seu olhar de estadista para um moço ilustre, capaz de continuar a obra gigantesca iniciada neste município pelo Prefeito Dr. José Celso Valadares Pinto e escolhe o grande benfeitor de Espera Feliz – Dr. José Augusto Ferreira Filho. Feliz, muito feliz a escolha de S.Excia.

Na pessoa, por todos os títulos ilustre do Dr. José Augusto, o Dr. José Celso terá o seu digno sucessor e nós, sentindo embora – e sinceramente dizemos – o afastamento do nosso boníssimo Prefeito Dr. Valadares Pinto, nos sentimos felizes com o ato, aqui conhecido às 14 horas de 20, do eminente Governador de Minas, designando para este Município o seu novo Prefeito Dr. José Augusto Ferreira Filho. (*O Município*, 24-8-1941, p. 4).

Na edição do dia 31 de agosto de 1941, o mesmo Semanário retorna ao assunto, cheio de esperanças:

“Deus queira que o mau agouro fartamente espalhado pela nossa Caratinga não se confirme, e que José Augusto aceite o cargo de Prefeito de nosso Município”. E na edição de 21 de setembro, manifesta-se aliviado: “Louvado seja Deus! O homem veio mesmo. Felizmente para nossa terra querida, José Augusto aceitou o difícil encargo de dirigir os destinos de Caratinga para a senda do progresso! Na verdade, temíamos que tal não acontecesse”.

Novo prefeito é nomeado “para fazer Caratinga feliz”

Embora não tivesse recebido em sua chegada as mesmas deferências oferecidas ao seu antecessor, mesmo assim José Augusto foi cumulado de atenções por parte das lideranças locais,

certamente desejosas e esperançosas em ver conservados os privilégios adquiridos ao longo do tempo e que muitos poderiam perder privilégios, representados por nomeação de parentes, dispensa de pagamento de impostos, etc.

Curiosa é a maneira como o Semanário *O Município* se refere ao novo prefeito (governador) de Caratinga (*O Município*, de 21/09/1941). O articulista se desmancha em elogios ao novo prefeito que, como já afirmamos, resvala para bajulação grotesca. É claro que a linguagem é rebuscada e própria para os dias em que foi escrita. Os exageros demonstrados através da fatura de adjetivos, nos faz crer que o interesse em homenagear o prefeito nomeado, tinha muito a ver com a repercussão que tal comportamento poderia suscitar, levando o Governador do Estado e até mesmo o Presidente, naquele tempo de Estado Novo, a ver com bons olhos o Município de Caratinga, seu povo e, acima de tudo, os seus líderes políticos. Interessante notar o comentário de primeira página, recheado com um trocadilho feito com o propósito de agradar ao novo prefeito:

Foi com grande sacrifício de seus interesses que o distinto neo-governador municipal concordou em deixar Espera Feliz para fazer Caratinga feliz. O monopólio de felicidade não existe no Estado Novo. Todas as regiões, todos os municípios, todas as cidades, têm igualmente o direito de serem felizes (*O Município*, 21/09/1941, p. 1).

É claro que tal sacrifício não deve ter existido, mas sim, um interesse a ser satisfeito, ou seja, o de continuar ocupando a função de prefeito, com o apoio do governador, um privilégio concedido a poucos. E mais adiante o endeusamento: *“Chegava o embaixador da paz, o sementeiro impávido da justiça e da ordem. Chegava aquele de que precisávamos”*. É interessante observar que as maiores homenagens foram prestadas através de missa em ação de graças e das homenagens e apresentações de cidades vizinhas, dos distritos, das escolas, etc.

Tantos elogios, entretanto, desagradaram muitos leitores do



Foto 1 - Ex-Senador José Augusto Ferreira Filho principal líder do PSD na política caratinguense. (centro), Dr. Antonio Monteiro de Rezende (D) e Tabelião Edson Obolari de Souza (E) (Arquivo particular).

Semanário. Na edição de n.º 533, de 15/02/1942, alguns chamaram o articulista (redator) de “traidor” e outros de “medroso”. No primeiro caso porque ele antes elogiava a autoridade do mandatário municipal; e agora porque elogia “a política de tolerância do novo administrador”.

Entendemos que essa reação popular se deveu à forma adotada pelo jornalista, de querer agradar aos dois lados, num posicionamento indeciso.

Tão logo assumiu a prefeitura, o Dr. José Augusto Ferreira Filho deu início ao seu trabalho administrativo e ao mesmo tempo passou a cuidar da área política, através dos contatos que realizava nos quatro cantos do município. E dessa forma foi granjeando a simpatia das pessoas e de grande parte dos fazendeiros da região, ao mesmo tempo, semeando as idéias de fortalecimento político de Vargas. Sobre a postura de José Augusto Ferreira Filho, o depoimento do Sr. José Silva¹³, antigo ex-funcionário da Prefeitura de Caratinga, é esclarecedor:

“era um homem aparentemente sisudo, de poucas palavras, mas era uma pessoa cordial com seus amigos, porém firme. Muitos de seus ex-parceiros políticos que com ele conviveram de perto dizem que foi ele o homem, o político responsável pela transformação de Caratinga numa cidade melhor (...). No geral, era tido como um político hábil e com grande capacidade para aglutinar em torno de si pessoas e sobre elas exercer influência e liderança. Por isso, foi capaz de permanecer no poder”.

José Augusto ocupou a cadeira de Prefeito por quase sete anos, sendo os reflexos da sua atuação política sentidos até os dias de hoje, embora de forma bastante discreta, mas lembrada com saudades por muitas pessoas que com ele conviveram ou estiveram sob a sua liderante influência. Ainda hoje é possível se ouvir em algumas conversas, geralmente travadas por pessoas do povo, e saudosistas, frases do tipo: - “no tempo do Zé Augusto tais coisas não aconteciam”; “se o Zé Augusto estivesse aqui, hoje seria diferente...”, etc., etc., o que de certa forma comprova a influência dele junto à população.

Após as eleições municipais de 1946 José Augusto Ferreira transfere o cargo de prefeito para o Dr. Delmiro Alvim Machado, para poder assumir a cadeira de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa Mineira. Mesmo depois do seu afastamento das funções de governo em Caratinga continuou atento ao que acontecia na cidade, fazendo-se presente nas festas e nos eventos políticos e nos momentos decisivos da cidade, dos povoados e dos distritos. Desta forma, o ex-prefeito nomeado tornado Deputado Estadual, continuou sendo aclamado nos festejos da

¹³ Depoimento do Sr. José Silva ao Programa de História Oral do Nudoc /UNEC em 16/11/2004.

cidade e nos comícios políticos aos quais comparecia¹⁴. Passou a compor o imaginário coletivo da população local, mais especificamente dos seus fiéis correligionários que o viam como um “iluminado”. De alguma forma, esse expressivo segmento da população local o mantinha como que numa “redoma” povoada de imagens que, segundo BARROS (2002) eram “não apenas imagens visuais, como também imagens verbais e, em última instância imagens mentais” (BARROS, 2002, p.91). José Augusto tornou-se assim a figura central do PSD no município, onde foi capaz de aglutinar e de atrair para junto de si os fazendeiros e os líderes natos existentes e instalados na cidade e nos distritos, os quais lhe davam sustentação e garantiam a vitória dos candidatos por ele apoiados. No Distrito de Vargem Alegre*, aliou-se com o capitão Inhote, em Entre Folhas* ao farmacêutico Orestes de Paiva, em Sapucaia com Isaltino Ferreira Timóteo, em Santo Antônio do Manhuaçu ao farmacêutico Adolfo Balbino de Souza, em Santa Rita* ao coronel Galdino Pires, em Santa Bárbara* a José Maia, no Imbé* ao dentista José de Paula Maciel (Zé Alemão), em Dom Lara a Augusto de Moraes, em Ubaporanga* a João Ribeiro e Virgílio Rezende, e na cidade a Euclides Etienne Arreguy (Dr. Maninho), Raimundo Nonato Vieira (Dr. Didico), Dr. Antônio Monteiro de Rezende, Dr. Breno Geraldo Mourão, Pedro Cimini (Perico), Geraldo Godinho, tendo como opositoristas Dr. José Mendonça Costa, Agenor Ludgero Alves, João Silva, José de Almeida Soares, Izá de Freitas, o jornalista Francisco José da Silva (Chico Nego), Orvy de Oliveira, Aparício Costa e outros mais¹⁵. Tais lideranças se formavam quase que espontaneamente, em decorrência do poder econômico que geralmente detinham; em função da produtividade das terras que possuíam e pelo número de trabalhadores rurais mantidos nas suas propriedades, todos dependentes e carentes de proteção e ajuda. Alguns desses fazendeiros se revestiam de uma autoridade que legalmente não possuíam. Os de maiores posses eram chamados pelos seus empregados de “coronéis”¹⁶ e outros, mesmo não o sendo, agiam como se fossem. Muitos realmente detinham prestígio junto às suas bases, outros, entretanto, exerciam a liderança de maneira autoritária.

¹⁴ Segundo o advogado Clinton Pereira da Gama, ex-presidente da OAB local, em depoimento a José Aylton de Mattos em 06/10/2006, José Augusto cuidava bem da sua imagem pública. Se houvesse um comício daqueles mais comentado e com candidatos de destaque, chegava no local “nos braços do povo”, muito mais nos ombros do “João Carço” e no de outros correligionários mais robustos. Era uma chegada triunfal! Terminada a concentração ele era novamente carregado nos ombros pelas ruas centrais da cidade.

(*) Ex-distritos de Caratinga, hoje municípios

¹⁵ Citado no *Diário de Caratinga* edição do dia 22/06/2007, na “Coluna do Joafe”, p. 4.

¹⁶ *Coronel*, em Caratinga, era um termo indicativo de valorização e de respeito ao dono da propriedade rural ou do chefe político da localidade, não se confundindo com aquele mencionada por Victor Nunes Leal em seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto*.

Sustentação no comando político

Além de prefeito das cidades mineiras de Espera Feliz e Caratinga, José Augusto Ferreira Filho foi eleito Deputado Estadual, suplente do Senador arenista (ex-udenista) Milton Campos. Com o falecimento do titular completou o mandato por dois anos, tornando-se candidato a Senador, em 1974, perdendo a disputa para o seu concorrente do MDB, o ex-prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco. Durante o seu mandato de Deputado Estadual foi presidente da Assembléia Legislativa e exerceu as funções de Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas. Foi também membro do Tribunal de Contas da União e diretor da AÇOMINAS, siderúrgica instalada no Município de Ouro Branco, em Minas Gerais.

Durante o tempo em que ocupou a Prefeitura, cuidou, além de suas tarefas administrativas, da organização em todo o município de uma rede de fiéis companheiros capazes de dar a ele a sustentação necessária para o exercício do seu comando político. Alguns, mesmo destituídos de qualquer tipo de patente oficial, eram chamados de “Coronel, Capitão ou Major¹⁷”. O relato do Sr. Jovino Guzela de Abreu¹⁸, ex-vereador do PSD de Caratinga, nos esclarece reforçando o que já afirmamos anteriormente:

Reconhecido o líder rural, José Augusto dele se aproximava e, em troca de alguns favores mais tarde ele o tinha atrelado ao seu projeto político. Em alguns casos, ele se aproximava de um ou outro líder rural considerado seu adversário político. Após algumas “trocas de palavras”, muitas vezes “de pé de ouvido” se o interlocutor não se tornava um aliado político seu, pelo menos, passava a tratá-lo sem hostilidades. Se o líder rural já fosse um aliado, passava a ter domínio sobre ele e a contar com os votos de que dispunha. E eram “votos contados”. Se dissesse que eram tantos votos, podia confiar, pois eles caíam na urna¹⁹. Na cidade, a política também era

¹⁷ Em Caratinga esse era um costume que perdurou, notadamente no meio rural e se estendeu, em alguns casos, até a área urbana. E neste caso, o tratamento passou a ser conferido às pessoas de melhor poder econômico e que, eventualmente, passassem a ocupar uma função ou um cargo eletivo. Em 1992, o Sr. Dário Grossi, empresário da área de transporte coletivo local e interestadual se candidatou a Prefeito, após eleger o seu genro, Dr. Mauro Lobo Martins Júnior, para Deputado Estadual. Era chamado pela imprensa de *Major* Dário Grossi. Merece também destaque o fato de ter a cidade cerca de onze ruas com o nome de “coronel”, uma de “capitão” e duas de “major”. Em nenhuma delas o titular teria sido um militar.

¹⁸ Depoimento de Jovino Guzela de Abreu ao Programa de História Oral do Nudoc/UNEC em 25/05/2004.

¹⁹ Não foram localizados registros eleitorais referentes aos pleitos realizados em Caratinga no período compreendido entre 1945 e 1964.

feita com base em favores pessoais. Aquilo que deveria ser uma obrigação inerente à função pública assumia contornos de “pura bondade”. Eram atitudes tipicamente clientelistas²⁰.

Dessa maneira a permanência do PSD no poder se tornava algo mais que natural. Com uma rede de influência dessas e com esses fiéis companheiros manter a fidelidade do eleitorado de Caratinga tornava-se algo relativamente fácil. Tal comportamento e tamanha fidelidade política desestimularam a alternância do poder político local o que, de alguma forma, pode ter inibido o crescimento econômico do município. Se até a década de 1940 era considerado um grande produtor de cereais e de café na Zona da Mata Mineira, foi aos poucos perdendo posições e status econômico em relação a outras localidades. (Ver gráfico da página 51)

Atraso econômico em troca de poder político

Há um fato que consideramos importante, principalmente, quando envolve municípios ligados ou dependentes do meio rural: o atraso econômico causado pelo temor dos políticos em ver o seu território invadido por alguém influente ou por alguma nova atividade econômica capaz de levar à desestabilização do seu comando como líder. Em certas circunstâncias, isso poderia causar a perda de eleitores e, em conseqüência, a diminuição e até mesmo a perda do controle político local. Na década de 1960 aconteceu um fato interessante e que reforça esse ponto de vista. No vizinho Município de Inhapim, na residência do Deputado Federal Guilhermino de Oliveira, um influente líder político daquela cidade e da região, ocorreu uma reunião onde se encontravam presentes o dono da casa, o então Deputado José Augusto e o Presidente Juscelino Kubitschek. Segundo o fotógrafo caratinguense Onair de Freitas²¹, que cobria o evento, “o presidente, em meio a conversa perguntou ao Deputado José Augusto se gostaria de ver instalada no território do Município de Caratinga, nas terras baixas próximas do Rio Doce, a Siderúrgica que iria surgir de um consórcio nipo-brasileiro, uma vez que naquela região havia terras disponíveis e água em abundância, além de, por aquela área passar uma ferrovia que funcionaria como escoadouro da produção do aço produzido, destinado à exportação pelo porto de Vitória”.

²⁰ O termo *clientelismo*, segundo José Murilo de Carvalho, foi sempre empregado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Ver: CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual”. In: *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext. Acesso em 30 de setembro de 2007.

²¹ Depoimento concedido por Onair de Freitas ao Programa de História Oral do Nudoc/UNEC, em 23 de julho de 2006.

Disse-nos ainda, que ouviu, claramente, quando o Deputado afirmou não ser aquela *“boa coisa”*, pois tal empreendimento, assim como teria acontecido com a corrida do ouro, nos Estados Unidos, fatalmente iria atrair para aquela região e para o Município muita gente com variados tipos de comportamento e atraídas pela oportunidade de novos empregos numa atividade contrária aos padrões econômicos até então adotados pela população da região, ligada às tradicionais atividades agrícolas e pastoris”²². E mais: “que o empreendimento fatalmente iria desestabilizar a sua liderança na região, por causa dos conflitos causados pelos trabalhadores não identificados com a realidade local e regional”²³. Em face dessa realidade, Caratinga, naquele momento, estaria perdendo a sua grande oportunidade de experimentar um desenvolvimento econômico resultante da captação de impostos em grande volume, os quais viriam abastecer os cofres públicos municipais e modificar o padrão de vida da população do Município. A área, mais tarde, poderia até ser emancipada, como aconteceu com as terras pertencentes ao município de Coronel Fabriciano que se tornaram ao que é hoje o município de Ipatinga, porém, até que isso viesse a acontecer os benefícios seriam enormes para o município de Caratinga. E assim, aquele hoje expressivo pólo industrial de Minas, que poderia ter sido de Caratinga, foi implantado do outro lado do rio, levando “por água abaixo” as possibilidades de crescimento econômico do município.

Se aquela foi uma decisão certa ou errada é difícil dizer agora, pois obedeceu a critérios políticos próprios daquele momento. Por ironia, tal decisão foi tomada justamente por aquele líder político que gozava da confiança do povo e se dizia ser um defensor das causas de Caratinga e da região.

A análise do processo de decisão mostra que os que decidem em política conservam uma certa liberdade de manobrar interesses diversos, mesmo contraditórios; e que seu entrecruzamento e suas divergências conferem aos políticos um poder de arbitragem.

José Augusto, embora não tivesse defendido a Usina Siderúrgica para Caratinga, em outra ocasião, ou seja, em 1972, conforme ficou registrado na imprensa, afirmou que *“o lugar da nova siderúrgica é aqui”*, referindo-se a Minas Gerais. A siderúrgica, porém já era outra e, de fato, fixou-se em Minas, nas terras do Município de Ouro Branco, com o nome de AÇOMINAS.

Esse tipo de comportamento político ambíguo perdurou no Município até mesmo após 1965, quando ocorreu a substituição do sistema político pluripartidário liderado pelo PSD e pela

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

UDN, por um sistema bipartidário formado pela ARENA-Aliança Renovadora Nacional pelo MDB- Movimento Democrático Brasileiro, partidos consentidos e autorizados a funcionar, conforme estabelecido pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

Na esfera político-partidária, como já mencionamos, o Senador José Augusto Ferreira Filho fez seu herdeiro político o Deputado Estadual Dênio Moreira de Carvalho, filho de família tradicional em Caratinga, homem ligado aos meios de comunicação, rádio e televisão.

Nascem a ARENA e o MDB, mas PSD e UDN continuaram mandando

Com a chegada do ano de 1945 o presidente Getúlio Vargas deixa o governo, mas não sem antes pôr em prática o seu esquema político, com a intenção de mais tarde retornar ao poder, como de fato aconteceu, em 1950. Como o PSD já estava disseminado entre os fazendeiros e grandes proprietários de terras em Caratinga, o partido continuou mantendo a sua influência no município, através da direta participação do prefeito José Augusto Ferreira Filho e ainda mantinha a preferência do eleitorado. Não uma preferência consciente, mas manipulada por cabos eleitorais e por uma política dominada por favores prestados.

A UDN, como partido oposicionista, também reunia em torno de si um forte contingente de simpatizantes no meio rural e lutava, mas sem o sucesso desejado, para conquistar mais espaço e eleitores, embora sua área de influência estivesse mais na sede do município ou na sede dos distritos, onde dividia o eleitorado com o PSD, porém em desvantagem.

Ao PTB, pouco restou do eleitorado, dominado pelo PSD e pela UDN. Mesmo fundado por Getúlio Vargas em 1945, não conseguiu espaço no município. A iniciativa de fundar um diretório do PTB no município de Caratinga ocorreu somente em 1987, segundo nos revelou professor Monir Saygli²⁴ para eleger o Sr. José Pereira Pessoa, Deputado Estadual. Este, porém, obteve nas eleições apenas 4.617 votos, quando seriam necessários 6.100 votos para se eleger. Em face da derrota do candidato apoiado pelo partido, o diretório local foi extinto no mesmo ano.

Instalado o bipartidarismo no país, em 1965, já no governo militar, tendo de um lado a ARENA e de outro o MDB, permaneceu em Caratinga a forte atuação dos líderes do PSD e da UDN. Ao se ajustarem ao novo sistema partidário, continuaram cada um ao seu modo, a influenciar o eleitorado local. Ambos se negavam em se unir na composição dos novos partidos. Em face dessa realidade incapacitante e sem que eleitores do PSD ou a UDN quisessem assumir

²⁴ Depoimento cedido por Monir Saygli ao Programa de História Oral do NUDOC/ UNEC em 28/08/2006.

posição ao lado do MDB, um partido de oposição ao novo regime, foram ambos parar na ARENA, porém em posições distintas, camuflados em duas sublegendas:²⁵ o ex-PSD na ARENA 1 e a ex-UDN na ARENA 2.

Quando da realização da convenção municipal da ARENA, no dia 17/09/1970, nas dependências do CTC (Caratinga Tênis Clube) essas duas sublegendas foram oficialmente adotadas. Até então os dois grupos políticos se autodenominavam ex-PSD e ex-UDN.

Por estranho que possa parecer, ao analisarmos tal comportamento, somos levados a acreditar que nas circunstâncias em que aconteceram eram mais que naturais, considerando-se que o PSD e a UDN dominaram, por mais de trinta anos, a política local. Mais o PSD que a UDN. Nesse tempo, a Câmara Municipal era composta por 15 vereadores, com permanente predominância do PSD que, pela penetração do partido no meio rural, alcançava sempre a maioria, não deixando espaço para que os candidatos eleitos da UDN tivessem condição de assumir qualquer tipo de liderança. E isso fica claro com as declarações do vereador da ex-UDN, conforme noticia a imprensa local: “o vereador Izá de Souza Lucas está mesmo contrariado com o bloco situacionista com assento na Câmara Municipal, pelo descaso com que sempre têm encarado as suas proposições encaminhadas à consideração plenária. Denunciando o pouco interesse de seus pares [...] o vereador da ex-UDN ocupou a tribuna quando em termos contundentes ameaçou renunciar à vice liderança do esquema arenista naquela casa. Lamentando, profundamente, a atitude dos vereadores do ex-PSD que fazem maioria absoluta na Câmara Municipal e que sempre estão relegando a segundo plano todo o seu trabalho legislativo, obstaculando a tramitação de toda e qualquer matéria que leva a sua chancela...” (*O Jornal de Caratinga*, 09/02/1969). Em tais circunstâncias seria difícil aos filiados tanto do PSD como da UDN de se integrarem, de uma hora para outra nas novas siglas partidárias e ainda sendo obrigados a se agruparem dentro de um mesmo partido.

Em 1969, quando o bi-partidarismo já estava implantado, era notória a dificuldade dos dois grupos, o dos ex-pessedistas e dos ex-udenistas de se aproximarem. E como era de se esperar, os correligionários do ex-PSD, agora na ARENA, em cujas veias ainda corria o sangue pessedista, tudo faziam para não permitir que os projetos do adversário, também na ARENA, mas formada por ex-udenistas, alcançassem aprovação, por melhor que fossem conforme declarou o Vereador Izá de Souza Lucas, da ex-UDN, ao mencionando o “não acolhimento” de suas propostas pelos

vereadores do ex-PSD. Em face dessa resistência dos membros do seu próprio partido, a ARENA, ameaça renunciar, o que ao nosso ver pouca repercussão alcançou junto aos seus opositores (*Jornal de Caratinga*, 9/2/1969). Após o seu desabafo, nada mudando, o Vereador faz nova ameaça cinco meses depois, declarando-se disposto a formar no Município um Diretório do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. As suas palavras como era de se esperar, mais uma vez resultaram em nada, levando-o a tomar a decisão de aquietar-se em sua cadeira de vereador, na expectativa de que novos ventos soprassem a seu favor (*O Jornal de Caratinga*, 06/07/1969, p. 3).

Conclusão

Procuramos demonstrar no presente capítulo a força alcançada pelos partidos formadores do tripé político construído no período de 1945 a 1964 pelo PSD, UDN e PTB

O PSD posicionou-se como um partido formador de líderes de expressão, a exemplo de Juscelino Kubistchek, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Amaral Peixoto, dentre outros, verdadeiras “raposas” na arte de fazer política e de ocupar postos chaves na política e na administração. O partido constituiu-se numa “verdadeira escola de fazer política”, sustentada em princípios básicos colocados no “manual do bom pessedista”. O PSD, porque durante a maior parte de sua trajetória, soube controlar a política e exercer uma liderança nacional que lhe garantiu manter-se nos altos postos do governo federal e estadual. Foi um partido que teve forte vinculação com os proprietários de terras e com as zonas agrárias, onde os seus candidatos, muitos deles “raposas” da política brasileira, alcançavam votação expressiva.

No lado oposto posicionava-se a UDN, partido de maior poder oposicionista no enfrentamento com o PSD. A UDN atuou como principal partido de oposição durante o pluripartidarismo iniciado em 1945. Apesar de não ter conseguido o seu principal objetivo, que era eleger o Brigadeiro Eduardo Gomes presidente da República, foi protagonista de dois momentos importantes na história brasileira: primeiro, quando participou das ações que levaram à queda do presidente Getúlio Vargas, em 1954; segundo, por ter integrado o movimento que culminou com o “golpe militar” de 1964. Era um partido contraditório: durante a sua existência almejou atingir postos elevados da República, mas não conseguiu alcançá-los. Coexistiram, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e

antidemocráticas. Segundo a cientista política Maria Victória Benevides (1981), o liberalismo constituía a sua “herança ideológica” e a sua combatividade e persistência o colocaram em destaque na política nacional, através do exercício político de alguns de seus integrantes, como Carlos Lacerda, Afonso Arinos de Melo Franco, Bilac Pinto, José Bonifácio, Adauto Lúcio Cardoso, dentre outros.

Quanto ao PTB, partido criado em junho de 1945, foi “forjado no *queremismo* de Marcondes Filho (Ministro do Trabalho) e endossado por Getúlio” (SOUZA, 1990, p.113). Na realidade, o PTB foi “criado, em uma primeira hora, sob a inspiração e para atender aos interesses de Getúlio Vargas...” (DELGADO, 1989, p.14). Através de uma ação persistente, o partido atraiu para si os trabalhadores, durante vários anos enaltecidos por Getúlio, cuja meta era mais uma vez alcançar o poder e depois nele permanecer. Cabe aqui ressaltar, que a grande força que deu sustentação ao partido foram os sindicatos. “A forte vinculação PTB-sindicato-Estado, através de uma constante interpenetração de objetivos e estruturas, passará a ser indicativo importante dos rumos adotados pela atuação dos sindicatos ...” (DELGADO, 1989, p.15).

Se no início, o discurso, a presença e a atuação do partido estiveram restritos às áreas metropolitanas, gradualmente, esta presença se alastrou pelo país, chegando a ocupar espaços antes liderados pelo PSD. Segundo Mainwaring (2001, p.108) “o PTB era o mais progressista entre os três principais partidos, e em 1962 ultrapassou o número de parlamentares da UDN, tornando-se a segunda maior bancada no Congresso”.

Em Caratinga, eclodido o movimento político-militar, as lideranças locais se movimentaram, a fim de se enquadrarem e de se colocarem em sintonia com as novas normas que passaram a vigorar no país. Os grupos políticos de Caratinga, desde a década de 1930 assumiram uma postura governista. Do mesmo modo, em 1946 os políticos caratinguenses ligados ao PSD se mantiveram firmes e em sintonia com o governo estadual e com o governo Federal, por meio da liderança do ex-prefeito, ex-Deputado Federal e depois ex-Senador da República, Dr. José Augusto Ferreira Filho.

Para se tornarem partidos aliados do governo, o que significava estar do melhor lado do poder, políticos do PSD e da UDN optaram, a princípio, por abandonarem suas posições ideológicas ingressando-se na ARENA. Detectada a dificuldade de ambos estarem dentro de um mesmo partido, por serem adversários históricos, adotaram sublegendas: os “pessedistas” a ARENA 1 e os “udenistas” a ARENA 2. Usando de tal expediente os dois partidos, agora

travestidos, continuariam como aliados do governo central, porém se manteriam adversários, em se tratando de política local.

Com exceção do PTB, foi expressiva a participação do PSD e da UDN na vida política do município de Caratinga-MG, onde, mesmo extintos, em pleno bipartidarismo encabeçado pela ARENA e pelo MDB, continuaram exercendo sua influência política, através da força construída por seus líderes, durante duas décadas, como veremos a seguir.

CAPITULO II

ARENA NACIONAL E DE CARATINGA

Introdução

Conforme vimos no capítulo anterior, o golpe militar de 1964 ocasionou uma reestruturação na geopolítica partidária do país. Principal mudança decorrida da perda de força política do PTB, que vinha desde os anos do pluripartidarismo apresentando grande crescimento. Segundo Chacon (1998, p.187), a “queda da taxa de crescimento do produto nacional, a alta incontrolável da inflação e ausência de um projeto global”, foram causas determinantes de seu esgotamento, em um momento que alternativa global de um lado, o socialismo e de outro a integração ao capitalismo de forma mais decisiva.

O governo Kubitscheck, seria o responsável por inserir o país “na teia capitalista internacional” (CHACON, 1998, p.187), recebendo vultuosos investimentos estrangeiros e inaugurando, ainda segundo o mesmo autor, o consumismo na classe média. Ianni (apud CHACON 1998, p.187), afirma que “nos anos de 1961 a 1964, o povo brasileiro viu-se diante da necessidade de adotar uma medida drástica”, ou seja, integrar-se dentro de uma das opções que o mundo bipolar de então apresentava. Fatores que não cabem aqui análise, mas podem ser vistos em inúmeros autores.

Chacon (1998, p.188), argumenta que, “equivocos crônicos na formulação socialista pelas esquerdas” (tais como, a incapacidade de conviver com a democracia populista, mostrando profunda confusão em seus aspectos ideológicos, práticos etc., seus múltiplos dogmatismos, criando correntes que se digladiavam mais entre si que com adversários da direita etc.) deram uma pseudo-legalidade para o discurso militar aprofundar o golpe e acirrar o discurso autoritário.

O fim da “democracia populista” e a entrada em cena dos militares no jogo político, de forma aberta, trouxe duas importantes alterações. Em primeiro lugar não se tratava mais de uma operação intermitente das Forças Armadas seja para combater o “comunismo”, a “corrupção” ou qualquer outra coisa, mas de uma intervenção permanente, convertendo-se mesmo em um “Governo Militar”. Em segundo lugar não se tratava de algum caso isolado de oficial rebelado ou de um grupo de oficiais que se recusava a obedecer ao governo, mas de um “*movimento institucional*” das Forças Armadas. Foi o aparelho militar, e não um líder político militar, que

passou a controlar primeiramente o governo, depois o Estado e, em seguida, a cena política (O'Donnell apud MAINWARING, 2001, p.217).

O resultado foi a “utilização da máquina capitalista de Estado em proveito do conservadorismo social e político” (CHACON, 1998, p.188). Assim não causava surpresa no espectro político nacional o Ato Institucional de nº 2 que fechava todos os 13 partidos políticos existentes em 1965, que iam desde o Partido Social Democrático (PSD) até o Partido da Boa Vontade (PBV) de Alziro Zarur. Fontenelle afirma que “foram cassadas 4.682 pessoas, privadas de seus direitos políticos. Dentre eles, 1261 militares, mais de 500 legisladores, 300 professores e mais de 50 chefes do executivo, inclusive três ex-presidentes da república”. (Fontenelle apud CHACON, 1998, p.189). Inaugurava-se desta forma um novo ciclo não só político como social e econômico no país

A ARENA Nacional

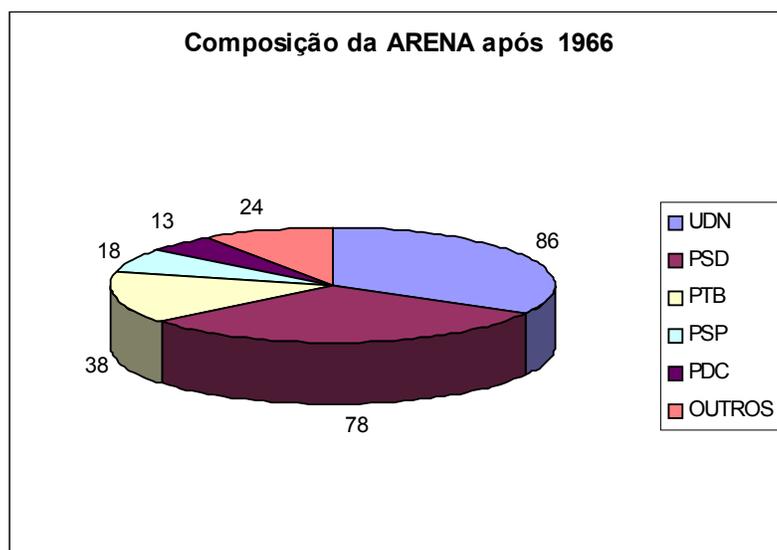
Instalado o bipartidarismo no país, a não ser por alguns discursos ocasionais de condenação do Ato Institucional, o receio de ser cassado levou a maior parte dos membros da oposição a optar pelo silêncio como forma de protesto (KINZO, 1988, p. 27). Rompido, por sua vez, o estágio da perplexidade os políticos procuraram se posicionar, enquadrando-se dentro das novas normas. A maioria procurou se movimentar em direção ao partido do Governo, a ARENA, que reunia basicamente udenistas e pessedistas sendo que, em torno do MDB, agrupavam-se os discordantes do golpe de 1964, “*sobretudo petebistas, com alguns pessedistas e raros udenistas e demais*” (CHACON, 1998, p.191). [Para a ARENA afluíram] “cerca de dois terços dos parlamentares e todos os 22 governadores que não foram cassados. [Ela se constituía] principalmente sobre as bases dos antigos partidos conservadores deixava claro que seria o novo veículo do conservadorismo” (MAINWARING, et. al., 2000, p. 24). A grande diferença da formulação partidária antes de 64, era que agora a direita eleitoral estava organizada em um único partido com o fim de sustentar a ditadura militar.

Segundo opiniões abalizadas, este partido político (ARENA) serviria para, dentre outras coisas, manter uma fachada exterior de regime democrático, dando a requerida legitimidade para o novo regime (MAINWARING et. al., 2000; CHACON, 1998). Além disso, este novo partido, afinado com os “ideais revolucionários”, dos militares, colaboraria na tarefa de administrar o país, facilitando a implementação das iniciativas e das políticas dos militares nos estados e municípios.

De acordo com Mainwaring, a ARENA, desde o momento de sua criação, deu continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente pelo PSD e UDN, na “construção de redes políticas e de clientelas no vasto interior subdesenvolvido do país”, cujo resultado se mostrou eficaz pois, desde as primeiras eleições nacionais ocorridas sob o regime militar em fins de 1966, “estabeleceram-se padrões de votação que duraram até o retorno da democracia política em 1985” (MAINWARING et. al., 2000, p. 24). A fusão do PSD com a UDN era uma idéia antiga, pois segundo um postulante a presidência nacional, Etelvino Lins, citado por Chacon (1998), estes dois partidos atuavam no chamado “centrismo”, referindo-se as “forças conservadoras nacionais”, que ele sonhava unir, se candidatando a presidente pela união de PSD e UDN.

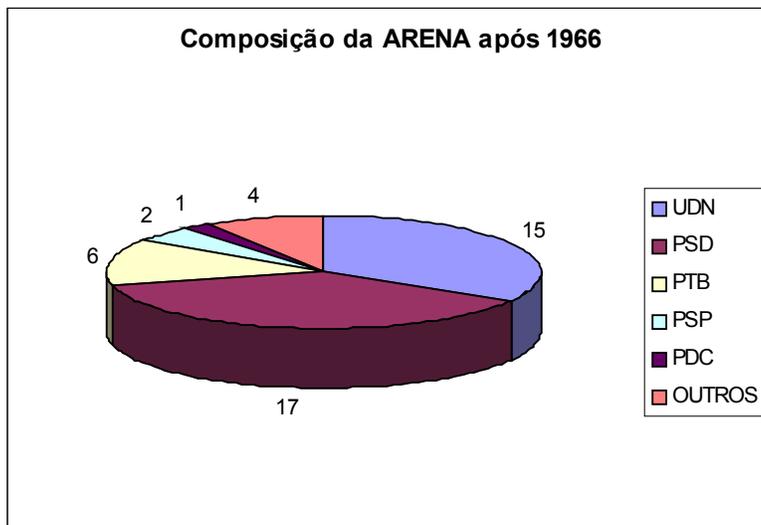
Os gráficos a seguir mostram a composição, na Câmara Federal e no Senado, logo após as mudanças das leis partidárias, quando a ARENA passou a contar com 257 deputados e 45 Senadores. Com isso os militares conseguiam seu objetivo de construir uma base parlamentar sólida de apoio ao governo, extinguindo possíveis diversidades partidárias. A maioria absoluta de políticos dessa nova configuração, agora agrupados em torno da ARENA, conformou-se com o novo papel que deles se exigia. Assim, apesar da artificialidade inicial, o bipartidarismo, e, principalmente a ARENA, consolidaram-se e funcionaram, por quatorze anos enquanto foram úteis para o regime militar.

Gráfico 1: Câmara Federal: Composição da ARENA



Fonte: Kinzo, 1988, p.32

Gráfico 2: Senado: Composição da ARENA



Fonte: Schmitt, 2000, p.35

Desta forma, herdeira dos “currais eleitorais” dos partidos extintos, a ARENA dominou as áreas menos desenvolvidas do país, especialmente do Nordeste. No “decorrer do ciclo autoritário, a dimensão do apoio dado à ARENA variava inversamente à urbanização” (MAINWARING et. al., 2000, p. 25).

Explicando as causas desta expansão nos meios mais ruralizados, Mainwaring afirma que nestes lugares, o nível de informação política é baixo e a descendência dos recursos federais é alta, favorecendo a patronagem e o clientelismo rural²⁵.

²⁵ O termo patronagem é usado na acepção da linguagem cotidiana para aludir ao uso ou distribuição de recursos do Estado em base não meritocráticas com a finalidade de obter vantagens políticas. Conforme definiu Souraf (1961, p.309, apud MAINWARING, 2001, p.225) “a melhor maneira de conceber a patronagem é como um sistema de incentivos – uma moeda política para ‘comprar’ iniciativas e ações políticas”. É um mecanismo para construir carreiras políticas e organizar apoio ao governo. Quanto ao termo “clientelismo”, seguindo a definição da maioria dos cientistas políticos que estudaram o assunto, entendo o “clientelismo” como restrito a relações patrão-cliente que se caracterizam por quatro aspectos : desigualdade, reciprocidade assimétrica, natureza não institucionalizada e relação face a face (Scott 1972; Archer 1990; Graziano 1975, apud MAINWARING, 2001, p.226). O clientelismo exclui trocas entre indivíduos de status equivalente, mas inclui as trocas entre atores de elite com diferentes níveis de poder, tais como entre um governador e um deputado estadual ou entre um presidente e um deputado federal (MAINWARING, 2001, p.226).

Sob o regime militar, a ARENA controlava as assembleias estaduais, que indicavam os governadores que, em troca nomeavam partidários da própria ARENA para as prefeituras municipais mais importantes. Isso significa que, desde esse período até 1982, quando as eleições para governador foram restabelecidas, o poder Executivo esteve, em sua maioria esmagadora reservado para políticos da ARENA (futuros integrantes do PDS). Como exceção, houve o caso do Rio de Janeiro, que teve um governador ligado ao MDB, mas mesmo assim, este governador era considerado subserviente ao governo militar, conforme Chacon, 1998; Delgado, 2003, etc. O exemplo disso é a eleição de Negrão de Lima e de Israel Pinheiro Filho, em 1965, governadores do então estado da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. Negrão de Lima foi eleito pela coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD).

Por isso não era de estranhar a maciça vitória da ARENA nas eleições legislativas de 1966 e 1970. A tabela 2, abaixo, mostra essa realidade:

**TABELA 2 – Resultados oficiais das eleições legislativas, por partido político
(Brasil 1966 – 1982 em %).**

ANOS	SENADO FEDERAL			CÂMARA DEPUTADOS			ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS		
	ARENA	MDB	B&N	ARENA	MDB	B&N	ARENA	MDB	B&N
1966	44,7	34,2	21,2	50,5	28,4	21	52,2	29,2	18,6
1970	43,7	28,6	27,7	48,4	21,3	30,3	51	22	26,8
1974	34,7	50	15,1	40,9	37,8	21,	42,1	38,6	18,9
1978	35	46,4	18,6	40	39,3	20,7	41,1	39,6	19,3
1982*	36,5	50	13,5	36,7	48,2	15,1	36	47,2	16,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Notas:

1. ARENA: Aliança Renovadora Nacional; MDB: Movimento Democrático Brasileiro; B&N: votos brancos e nulos
2. Os votos do PDS foram artificialmente incluídos na coluna “ARENA” e os da oposição ao regime (Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido do Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na coluna MDB

A análise da tabela 2 demonstra que, a partir de 1974, o MDB começa uma surpreendente virada, obtendo, no senado, 16 das 22 cadeiras. Esta tendência seguiria nas eleições seguintes, quando houve um aumento total dos votos do MDB e uma redução dos votos nulos e brancos. Concomitante e, como consequência, houve uma redução dos votos da ARENA. Após 1974, o governo militar, cada vez mais, manipulou casuisticamente as leis eleitorais com o propósito de manter as maiorias arenistas no poder (MAINWARING et. al, 2000, p.25).

Se esta era uma realidade política em âmbito federal e estadual, no município de Caratinga, nas eleições de 1974, o candidato vitorioso ao Senado, Itamar Franco do MDB embora não tivesse vencido o pleito no município, “assustou” o candidato da situação que recebeu apenas 425 votos a mais. Derrotado e percebendo estar em queda o seu poder de atrair votos José Augusto Ferreira encerra a sua carreira política.

Concomitante a essa perda de votos para as assembleias legislativas, a partir do processo de liberalização do regime desencadeado no governo Ernesto Geisel, na esfera municipal a ARENA fortaleceu-se, tornando-se importante parceiro na coalizão governamental, mesmo que o poder continuasse nas mãos dos militares. Assim, em 1978, embora o MDB tivesse um forte desempenho nas eleições nacionais e legislativas estaduais, a ARENA manteve a maioria nas duas casas, graças aos casuísmos acima referidos. Esta mesma realidade se via nos municípios. Um destes casuísmos pode ser citado no caso das regras eleitorais a partir de 1979, quando Geisel e seus estrategistas colocaram fim ao bipartidarismo, pensando em manter a situação intacta e a oposição dividida com o multipartidarismo. Era a opção “dividir para conquistar”, fazendo com que a “coalizão situacionista se mantivesse intacta, enquanto o MDB se partisse em várias facções” (MAINWARING et. al., 2000, p.27).

Com a reorganização de 1979, a ARENA, agrupou-se em torno do PDS e a oposição dividiu-se em inúmeros partidos PT (Partido dos Trabalhadores), PP²⁶ (Partido Progressista), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), estes últimos disputando o legado deixado por Getulio Vargas. Terminava, assim, mais um daqueles ciclos políticos citados, tornando o sistema político, mais competitivo e com outras configurações partidárias que não cabem no escopo deste trabalho.

A ARENA e sua política

O desempenho da ARENA, no espaço de tempo em que ocorreu a institucionalização do autoritarismo, marcado por um quadro em que o Executivo era hegemônico e as prerrogativas do Congresso extremamente reduzidas, foi marcado por grande compromisso em relação aos instrumentos de disciplina partidária, votando sempre com as lideranças e com radical fidelidade

²⁶ Partido de centro-direita, que se funde com o PMDB em 1981.

partidária. Assim, de 1964 até 1984 a direita eleitoral esteve relativamente coesa, tendo na ARENA a sua estruturação partidária mais acabada. Como consequência disso, a ARENA submeteu-se docilmente aos projetos do Executivo, em sua defesa sistemática tanto dentro do Parlamento quanto das críticas da oposição.

Chacon (1998), afirma que as metas da ARENA deveriam ser analisadas levando-se em conta, muito mais as metas do próprio governo e seus êxitos e fracassos, que o próprio programa da ARENA. Isto por que, em seu programa inicial, os teóricos conservadores falavam que, “seu objetivo fundamental era a vigência plena dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana”, sendo necessário para isso, “estruturar o Estado de Direito” (CHACON, 1998, p.517).

De fato, em seu programa de governo, logo no capítulo I, nas primeiras linhas lemos que:

A Aliança Renovadora Nacional considera objetivo fundamental a implementação da democracia representativa como regime político que se traduz pela vigência dos direitos públicos, subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana, bem assim pelas diferenciações estruturais – política, econômica, psicossocial e militar – adequadas realisticamente ao seu exercício (CHACON, 1998, p. 517).

Não estivéssemos em pleno regime de exceção, poderíamos nos lembrar dos Partidos Democratas Cristãos. Continuando, diz o programa que, para atingir este objetivo, era necessário:

- A) Estruturar o estado de direito;
- B) Aperfeiçoar o regime federativo;
- C) Alcançar a eficiência, a eficácia e o rendimento da Justiça;
- D) Melhorar o rendimento do processo legislativo, a fim de que possa atender às exigências do planejamento nacional;
- E) Melhorar o funcionamento das organizações representativas de classes e comunidades, particularmente de sindicatos...
- F) Garantir ao trabalhador o direito de greve, nos termos da Constituição. (CHACON, 1998, p.517-518).

Evidentemente a ARENA, quando entra na administração prática, cai na “casuística habitual administrativa, típica dos partidos conservadores brasileiros” (CHACON, 1998, p.191). Evidentemente, a ARENA nunca fez um projeto de lei para que o trabalhador tivesse, por exemplo, direito à greve. Além disso, grande parte de seu programa era dedicado às forças

armadas, consignado-lhes a “execução da política de segurança nacional”. Assim as Forças Armadas, como era de se esperar, ganhavam grande destaque na formulação política deste partido.

Devemos lembrar que, tanto o golpe militar quanto a política por ele sustentada, incluindo aí a ARENA e sua plataforma governamental, estavam sendo guiadas por uma ordem geopolítica global que opunha dois sistemas de governo distintos e ao mesmo tempo contrários e excludentes entre si. A opção por um deles resultava numa política agressiva em relação ao outro. Por isso, em seu programa de governo, no Capítulo IV sobre a “Integridade Nacional”, lemos que

A ARENA é favorável a:

- 1) Forças Armadas integradas, modernizadas e harmônicas com a prática democrática.
- 2) Ampliar o esforço em pesquisa científica e tecnológica...
- 3) Prosseguir no esforço de ocupação sistemática de áreas do território nacional ainda não integradas...
- 4) Implementar uma infra-estrutura psicossocial nas áreas de fronteira.
- 5) Co-participar das pesquisas científicas na Antártida...

E, em especial no Campo Militar: Manutenção das instituições e instrumentos de segurança em harmonia com o desenvolvimento nacional nos outros campos, visando enfrentar com êxito possíveis antagonismos internos e externos (CHACON, 1998, p. 526-527).

Esta idéia era expressa por Filinto Muller, então presidente da ARENA, quando em uma convenção do partido dava ênfase especial

À missão político partidária, acentuando que se a tarefa de consultar os interesses do povo e por excelência uma tarefa política, que deve caber ao partido”, e além disso, dizia que, “a ARENA deveria lutar pelo fortalecimento das instituições políticas, com realismo, conscientes de nossa responsabilidade, inspirados nos ideais da revolução de 64, que nos cumpre defender intransigentemente (Filinto Muller ao *Jornal do Brasil*, 24/04/1972, p. 4).

Assim, a ARENA constitui-se realmente no “Partido do sim Senhor”, subserviente ao governo, sendo por isso mesmo identificada como o Partido do setor rural, predominando nos estados menos urbanizados e industrializados. E, em 1979, quando um novo ciclo político partidário chega ao final, a ARENA ressurgiu noutras siglas, comprometidas com o conservadorismo, e, “sua aceitação explícita ou tácita, confirmava a convergência as estratégias de dominação das elites civis e militares, por cima das divergências apenas acidentais” (CHACON, 1998, p. 527). Prova disso é que, em 1979, 82% dos deputados arenistas vinham de

antigos partidos políticos, sendo que no MDB este número era de 60%, o que mostrava uma renovação muito maior deste último.

Sublegenda: fórmula arenista para juntar antigos adversários em Caratinga ²⁷

Fiéis às suas tradições adesistas, os políticos caratinguenses se colocaram imediatamente do lado do Governo Militar, tão logo eclodiu o Golpe de Estado. O interessante era ficar do lado de quem detinha o poder, para assegurar algum ganho em termos de obras ou de favores ²⁸.

Logo após os militares assumirem o poder com o apoio de setores da sociedade civil, quando membros da UDN (União Democrática Nacional) exerceram um papel de destaque ao se situarem e se projetarem na linha de frente, em Caratinga foi o grupo ligado ao PSD (Partido Social Democrático) que tomou conta da situação, aderindo quase que instantaneamente ao “movimento revolucionário”, sem levar em conta o papel desempenhado pela UDN, através de seus líderes. Apesar dessa posição a desista logo na primeira hora PSD e UDN continuaram com a mesma postura de antes. E mesmo após a introdução no país do bipartidarismo, essas duas forças políticas locais continuaram existindo no imaginário da população, escondidas por detrás das sublegendas ARENA1 e ARENA2.

Se de um lado a arena se consolidava, o mesmo não acontecia com o MDB que se movimentava para conseguir fundar um Diretório na cidade, e assim criar uma nova vertente política, com ares de oposição. Esta, entretanto, seria muito mais uma nova porta pronta para ser aberta para por ela entrar muita gente que não havia conseguido ver espaço no partido governista,

²⁷ “A primeira tentativa de introdução da sublegenda no quadro eleitoral brasileiro foi de Raul Pilla. Na Constituinte de 1946, o artigo 156 do projeto original (o de nº 134 do projeto revisto) assim dispunha: ‘*o sufrágio é universal e direto, o voto é secreto e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, pela forma que a lei prescrever*’. Em emenda, além de propor a subtração da parte final do artigo, Pilla sugeriu a substituição da expressão “partidos políticos” por “corrente de opinião”, para que se evitasse, segundo ele, ‘*a autocracia dos partidos e se possibilitasse a adoção do sistema uruguaio que admite lemas e sublemas, seja, de acordo com a nossa terminologia, legendas e sublegendas. Assim, no caso de haver uma corrente dissidente no seio de um partido, ela poderá concorrer às eleições sem prejudicar o próprio partido*’. PORTO, Walter Costa. *O Voto no Brasil*. Da Colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002.

²⁸ Em Caratinga não existem registros escritos a respeito dos primeiros momentos e dos anos após o Golpe Militar (1964-1968, pois não nos foi possível localizar nenhum órgão da imprensa local que tenha circulado durante aquele período, muito embora tenhamos conhecimento de que existiu um, o jornal “Impacto”, porém não conseguimos localizar exemplares em número expressivo daquele semanário, nem mesmo no Arquivo Público Mineiro ou na Biblioteca Nacional e muito menos junto ao editor do mesmo, Sr. Noé Rodrigues dos Santos, atualmente residente na cidade de Teófilo Otoni. Em face dessa precariedade de material nossa pesquisa se concentrou na análise dos artigos publicados, a partir de 1968, sem interrupção, nas páginas do semanário “*O Jornal de Caratinga*”, cujos arquivos nos foram franqueados pelo seu editor, jornalista Humberto Luiz Salustiano Costa. Trata-se de um jornal que esteve permanentemente voltado para o registro dos acontecimentos sociais e políticos do Município. Identificamos nele uma nítida tendência em divulgar notícias relativas ao grupo político ocupante do poder no município.

inclusive, por rejeitá-lo. A ARENA local por se sentir articulada com o Governo Federal e Estadual agia de forma a se mostrar forte e uma aliada confiável. A Portaria n. 1052, de 28 de março de 1968, mostra essa vinculação quando o Prefeito Municipal de Caratinga acreditamos que, para agradar os militares, “Declara ponto facultativo o dia 31 de março de 1969, 5º aniversário da Revolução de 1964”, demonstrando o grau de simpatia subserviente, mantido em vigor:

Considerando que, no próximo dia 31 de março a Revolução democrática Brasileira comemora 5 anos de trabalhos e empreendimentos, vitais para o povo brasileiro;
Considerando que, esta data merece ser destacada dadas as obras já concretizadas e as iniciadas pela Revolução de 1964;

Considerando que, o povo deste Município desde as primeiras horas do movimento Revolucionário de 1964 esteve coeso e unido em torno dos ideais revolucionários;

Considerando finalmente que, o Poder Público deste Município, não podia, como não pode se alhear aos ideais do povo de Caratinga, que representam os anseios Revolucionários de 1964.

O Prefeito de Caratinga decreta:

Fica declarado ponto facultativo no município de Caratinga, o próximo dia 31 de março deste ano. Registre-se e publique-se”.

Prefeitura Municipal de Caratinga 28 de março de 1969.

a) Antônio de Araújo Côrtes – Prefeito Municipal

b) Dr. Breno Geraldo Horta Mourão – Secretário”

(*O Jornal de Caratinga*, 9/02/1969, p. 3)

Atitude semelhante torna a acontecer em 1971. Promovida agora pela Câmara Municipal de Caratinga, em sua reunião do dia 26 de março de 1971, que aprovou por unanimidade, o projeto do Vereador Sebastião Teodoro dos Reis.

Considerando que a Revolução de 31 de março de 1964, completa este mês 7 anos de existência profícuca, tendo proporcionado frutos os mais sadios em todos os setores da vida da nação e que o povo brasileiro e o governo se irmanaram na luta contra o terror e a corrupção de costumes, propiciando assim, um clima de paz e concórdia, meta prioritária para se conseguir o desenvolvimento do Brasil como Nação Independente e forte... a Câmara Municipal de Caratinga concede o título honorífico de cidadãos Caratinguenses aos senhores: General Emilio Garrastazu Medice, Presidente da República, Sr. Rondon Pacheco, Governador do estado de Minas Gerais, e ao Coronel Mário Andreazza, Ministro dos transportes e Comunicações, num agradecimento do caratinguense a estas insígnies figuras...”. (*O Jornal de Caratinga*, 4/04/1971, p. 1).

As homenagens à “Revolução de 1964” não cessaram, pois em 30 de março de 1974 novamente a Câmara Municipal por “patriótica iniciativa” do Presidente João da Costa Mafra reuniu “a melhor representação comunitária, na comemoração de uma data cívica da mais alta significação”, pelo transcurso do 10º aniversário da Revolução de março de 1964 – marco indelével na história da nossa estremecida Pátria” (*O Jornal de Caratinga*, 07/04/1974, p.1).

Vê-se claramente que havia um grande interesse da parte das autoridades locais em se mostrarem vinculadas com o governo e que a ARENA estaria viva no Município.

Com a aproximação das festividades de aniversário da cidade convite foi endereçado ao Palácio da Liberdade, assinado pelo Prefeito Municipal, convidando o Governador do Estado, Israel Pinheiro, para participar dos festejos, o que foi confirmado, através do “boletim” nº 1148, de 20/06/69. Ao aceitar o convite o Governador do Estado dava claros sinais de que o Estado e o Município estavam bem sintonizados politicamente. Tanto assim que a comitiva acompanhando o Governador Israel Pinheiro veio enriquecida com a presença do Vice-Governador Pio Canedo, além dos Secretários de Educação, José Maria Alkmim; da Fazenda, Ovídio de Abreu; da Segurança, Dr. Joaquim Ferreira Gonçalves; de Governo, Dep. Raul Bernardo Nelson de Senna; Dep. Joaquim Roberto Leão Borges, da Viação, do Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. José Ortiga; do Tem. Cel. Walter Rachid Bitar, Chefe do Gabinete Militar; do Dr. Eduardo da Silva Bambirra, Diretor do DER, do Deputado Estadual, Dênio Moreira e do Dr. José Augusto Ferreira Filho, representantes políticos de Caratinga (*O Jornal de Caratinga*, 24/06/1969, p. 3). Se antes a ARENA se sentia forte, com a presença dessas ilustres autoridades o Partido encheu-se de ânimo, conseguindo “muitas adesões”, o que, inclusive provocou o comentário do semanário local ao afirmar que:

As principais bases políticas influentes neste Município e que, de uns tempos para cá, estavam acomodadas e alheias a todo e qualquer movimento que dissesse respeito a assuntos político-partidários, com o advento de inscrição partidária, prevista no Ato Complementar 54, foram sacudidas de modo violento. Antigos adversários políticos, em nome de um só princípio, resolveram unir suas forças individuais num só grupo, garantindo à Aliança Renovadora Nacional aquela condição, privilegiada, de liderança - hoje uma realidade, em todo o país (*O Jornal de Caratinga*, 13/07/1969, p.1).

Toda essa euforia, porém, não obteve a repercussão que se esperava, dadas as dificuldades de se colocar numa mesma agremiação partidária, antigos e ferrenhos adversários políticos, anteriormente pertencentes às duas maiores agremiações partidárias em atuação no Município, ou seja, o ex-PSD e a ex-UDN, cujos atritos continuaram acontecendo de forma sistemática por mais de duas décadas após a sua extinção e com resquícios até os dias de hoje.

Para confirmar essa postura atritiva, causada pela dificuldade de convivência entre os ex-partidos, a imprensa local do dia 27 de julho de 1969 estampava a seguinte manchete de primeira página: “*Crise interna divide ARENA no município*”. Segundo foi noticiado o Presidente da ARENA mineira, Deputado Guilherme Machado, dando cumprimento ao que estabelecia o Ato

Complementar nº 54, que tratava da organização partidária, havia sugerido que Caratinga deveria aglutinar os integrantes da ex-UDN e os do ex-PSD para comporem os quadros da ARENA municipal, que assim se tornaria mais forte. Após conversações “os líderes da ex-UDN se mostraram irredutíveis em aceitar a fórmula conciliatória proposta pelos representantes do antigo Partido Social Democrático” (*O Jornal de Caratinga*, 27/07/1969, p.1), porque esta os deixava em desvantagem em relação ao seu ex-opponente (PSD) quanto à montagem de chapa única na composição do Diretório Municipal da ARENA. Não havendo consenso em relação à formação da chapa única e igualitária quanto ao número de integrantes que caberia a cada um dos ex-partidos, os integrantes do ex-PSD trataram logo da organização da primeira chapa, composta unicamente com líderes e filiados do ex-partido, dentre eles o Dr. José Augusto Ferreira Filho, Deputado Estadual Dênio Moreira, Monsenhor Rocha e muitos outros. Na mesma ocasião foram indicados os Delegados à Convenção Regional da ARENA, composta de 12 membros, sendo 6 efetivos e 6 suplentes. Os ex-udenistas, por sua vez, acertaram entre eles o lançamento de uma chapa independente às eleições do Diretório Municipal da ARENA, o que veio a acontecer. Nesta chapa estavam os nomes do Sr. Moacyr de Mattos, Dr. Grimaldo Barros de Paula, Antônio Medeiros, dentre outros. Entretanto, nas eleições para a formação do Diretório Municipal, realizadas no dia 10 de agosto de 1969, sagrou-se vencedora a chapa única, encabeçada pelo Dr. José Augusto Ferreira Filho (ex-PSD), uma vez que “a ex-UDN recuou em sua pretensão de concorrer com candidatos próprios, por antever uma derrota que certamente lhe seria imposta pelos 3.600 filiados inscritos em seu quadro partidário”. Após a votação foram apurados 2 615 votos válidos, mais 15 em branco e 10 nulos (*O Jornal de Caratinga*, 27/07/1969, p. 4).

Se no plano municipal as coisas não caminhavam harmoniosamente em relação aos entendimentos políticos, o mesmo não acontecia entre os integrantes dos escalões superiores, Estadual e Federal, pelo menos, aparentemente. E isso pode ser comprovado: por ocasião da Convenção Municipal da ARENA, realizada no dia 16 de setembro de 1969, nas dependências do Caratinga Tênis Clube (CTC) formaram a mesa dos trabalhos, lado a lado, antigos adversários políticos. Do lado do ex-PSD estavam o Senador José Augusto Ferreira Filho, Deputado Estadual Dênio Moreira de Carvalho e Deputado Federal Murilo Badaró. Da parte da ex-UDN os Deputados Athos Vieira de Andrade e Altair Chagas. Tal situação levou a imprensa local a comentar “quem diria que a ARENA fosse capaz de conceber esse milagre, reunindo antigos adversários políticos. É a hora e a vez da integração” (*O Jornal de Caratinga*, 22/09/1969).

Talvez, por causa dessa desejada integração e para que a ex-UDN pudesse pleitear uma sublegenda, não havendo número suficiente de membros do partido para assinar o livro próprio, alguns convencionais do antigo PSD subscreveram o pedido de inscrição do Sr. Moacyr de Mattos, para que ele pudesse concorrer às eleições para Prefeito, o mesmo ocorrendo em relação à chapa para vereadores. Difícil dizer quais os motivos que levaram ou estariam por trás desses ex-adversários políticos e o que os levaram a praticar esse ato de solidariedade. Acreditamos que isso talvez tenha ocorrido por causa da simpatia do Sr. Moacyr de Mattos que, fora das lides políticas, tinha livre trânsito em todas as camadas sociais e familiares da cidade, inclusive nas dos seus adversários políticos. Além disso, se viesse a concorrer novamente, como isso de fato aconteceu, seria um adversário leal. Lidar com uma pessoa assim seria bem melhor que com outra, cujas características de personalidade pudessem gerar transtornos e desarticular ainda mais as conversações que caminhavam para tornar a situação mais equilibrada. Também e porque os partidos estavam de olho nas eleições de 15 de novembro do ano seguinte (1970), voltadas para a escolha de Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito e Vereadores, eleições que usaria uma novidade, a introdução, pela primeira vez, da cédula única numa eleição.

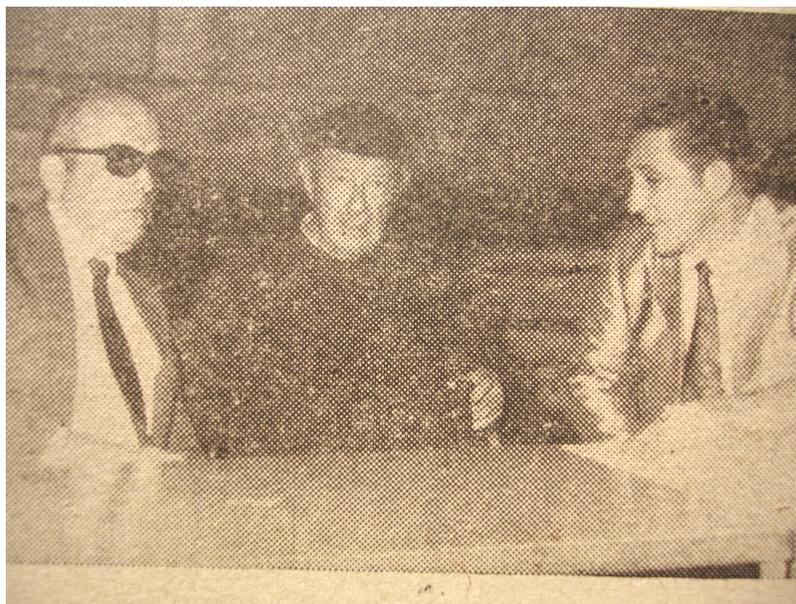


Foto 2 - Deputado Federal Murilo Badaró (E) e Deputado Estadual Dênio Moreira (D) em visita a Mons. Rocha. (Arquivo do “O Jornal de Caratinga”, 25/10/1970)

Na busca de votos, aconteciam fatos curiosos, como aquele em que o candidato a Deputado Federal Murilo Badaró e o candidato a Deputado Estadual, Dênio Moreira foram vistos entrando na residência de Monsenhor Rocha, um hábil integrante do ex-PSD. Visavam com aquele gesto de cortesia devotado a um homem religioso, ser fotografados pelo jornal local ao lado do idoso sacerdote católico. O Semanário *O Jornal de Caratinga*

demonstrando-se simpático aos dois candidatos estampou a foto deles na edição do dia 25 de outubro de 1970, poucos dias antes do pleito eleitoral. Presumimos que a intenção dos dois candidatos por detrás daquela cena era marcar pontos junto à comunidade católica local e assim arrebatar votos dos indecisos. Não vemos nada de mais em tal atitude. Tratava-se apenas da confirmação daquilo que Remond (2003) já afirmara, ou seja, que “a política visa a conquista do poder” e que “os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder” (REMOND, 2003, p.444). Era uma atitude pertinente e corriqueira utilizada pelos candidatos durante o período eleitoral. Por causa dessas e de outras injunções ambos os candidatos foram eleitos. Em relação à eleição do Prefeito do Município nas eleições de 1970, a corrida sucessória, como estava prevista, obedecidos os mesmos princípios citados acima foi disputada entre um integrante do tradicional ex-PSD, o Dr. José de Paula Maciel e um membro da ex-UDN, Sr. Moacyr de Mattos, que pela segunda vez concorria ao cargo. Embora de correntes partidárias diferentes, ambos mantinham bom relacionamento perante a sociedade local e aparentemente se respeitavam. Antes de agradarem a si mesmos, tinham a responsabilidade de vencer as eleições, já que assim exigiam os eleitores de cada partido. As eleições daquele ano, 1970, ocorreram sem maiores incidentes, vencendo o pleito o candidato do ex-PSD, Sr. José de Paula Maciel (Zé Alemão) com 10 555 votos, enquanto o segundo colocado, Sr. Moacyr de Mattos obteve 9.379 votos, conforme demonstra a tabela 3.

TABELA 3 – Eleição para prefeito do município de Caratinga - 1970

ELEITORES	José de Paula Maciel	%	Moacyr de Mattos	%	NULOS	%	BRANCOS	%	ABST	%
29 527	10 555	35,8	9 379	31,8	1 293	4,4	1 518	5,1	6 782	22,9

Fonte: *O Jornal de Caratinga*, 22/11/1970, p.1.

Algumas considerações podem ser formuladas ao se analisar a tabela 3. As abstenções, votos nulos e brancos registrados durante o pleito, e que atingiram 32,4%, podem ser atribuídas às dificuldades encontradas pelos eleitores, ainda não familiarizados com a cédula única, introduzida pela primeira vez, como já dissemos, no pleito eleitoral daquele ano, na qual o eleitor teria que escolher um candidato em meio a muitos cargos, ou seja, para Prefeito, Vereador,

Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Era comum ver pessoas menos letradas se confundirem. Envergonhadas, não pediam ajuda aos membros das mesas receptoras, resultando daí a anulação ou o voto em branco. A disputa eleitoral entre os dois candidatos por outro lado, se deu dentro do mesmo partido, ou seja, a ARENA, através da utilização das sublegendas ARENA 1 e ARENA 2, as quais escondiam candidatos egressos do ex-PSD e da ex-UDN, respectivamente. É importante destacar também que, embora esse pleito tenha ocorrido seis anos após o golpe militar, Caratinga ainda não possuía um diretório do MDB, motivo pelo qual não aparece nenhum nome ligado ao partido, o que somente viria a acontecer seis anos mais tarde, ou seja, em 1976.

No ano de 1970, foram também realizadas eleições para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador. É de se notar que na esfera estadual e federal os candidatos pertenciam originalmente ao ex-PSD e à ex-UDN, motivando o Semanário local a se referir ao fato com os seguintes dizeres:

Em Caratinga, onde tradicionalmente a luta se fazia entre pessedismo e udenismo o voto majoritário para Senador, marcará essa etapa vencida pela política revolucionária. Os Senhores Magalhães Pinto e Gustavo Capanema serão votados juntos na cédula única [...] Aliás, o futuro governador Rondon Pacheco tem sido muito objetivo e claro, quando afirma que fará um governo de integração e para tanto exige de todos os arenistas esse comportamento ditado pelo novo “status” político Brasileiro (*O Jornal de Caratinga*, 8/11/70, p.1)

Nos quadros demonstrativos a seguir estão os candidatos que receberam maior número de votos em Caratinga, Cidade e Distritos, nas eleições de 1970 para escolha de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual:

SENADOR

José de Magalhães Pinto	ex-UDN – ARENA 2	9 315 votos
Gustavo Capanema	ex-PSD – ARENA 1	8 003 votos
Camilo Nogueira da Gama	ex-UDN – ARENA 2	2 116 votos

DEPUTADO FEDERAL

Murilo Badaró	ex-PSD – ARENA 1	6 813 votos
Altair Chagas	ex-UDN – ARENA 2	3 853 votos
Athos Vieira de Andrade	ex-UDN – ARENA 2	2 013 votos

DEPUTADO ESTADUAL

Dênio Moreira	ex-PSD – ARENA 1	7 623 votos
Narcélio Mendes	ex-UDN – ARENA 2	1 409 votos
Xenofonte Oliveira	ex-PSD – ARENA 1	1 278 votos

Nesta mesma data foram também eleitos os seguintes candidatos a vereador: do ex-PSD (ARENA 1): João da Costa Mafra, Benevides Porcaro, Sebastião Machado Filho, Geraldo Lopes Ferreira, Athayde Xavier de Faria, Armando Alves da Silva, Sebastião Teodoro dos Reis, Jovino Guzela de Abreu, Lindolfo Soares de Carvalho e Adolfo Balbino de Souza.

Da ex-UDN (ARENA 2): Belmiro Rodrigues Costa, Sebastião Miranda Rezende, Almir Alves Ribeiro e José Pereira Mafra.

Deixamos de citar o número de votos obtidos por cada um dos candidatos por inexistirem dados no Cartório Eleitoral de Caratinga.

Apesar das divergências e das dificuldades de aproximação, lentamente esta ia acontecendo, muito embora fossem grandes as resistências por parte do eleitorado mais tradicional. As tentativas para realizar a aproximação surgiam, vindas da parte dos deputados eleitos pertencentes à ARENA 1 e ARENA 2. Por estarem eles a maior parte do tempo distante das bases e próximos da cúpula dos partidos onde os acordos se realizavam com maior facilidade, sentiam-se mais livres para celebrarem esses acordos. Dessa maneira, ficavam bem situados politicamente junto àqueles que desejavam se posicionar melhor perante os líderes dos seus partidos. REMOND (2003) afirma que há uma “relação entre a realidade observada e o olhar que a observa [...] que a política não segue um desenvolvimento linear: é feita de ruptura, que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real” (REMOND, 2003, p.449).

Confronto de políticos arenistas durante campanha eleitoral

A consolidação dos Partidos Políticos em Caratinga, após 1964 nos afigura como algo complexo, porque muitos interesses estavam em jogo. Havia ainda o problema da introdução da sublegenda que, acreditamos, teve como objetivo pôr um fim nas contendas políticas, geralmente existentes nos municípios onde as disputas eleitorais eram apaixonadas e tinham, de forma velada, a intenção de pôr em confronto a força e o prestígio dos grupos políticos locais, em

disputa. Se, a princípio, a sublegenda tinha por finalidade disciplinar as lutas internas nos municípios, em Caratinga ela foi de pouca valia porque os embates continuaram acirrados, como antes.

Do ponto de vista do perfil social, não havia muita diferença entre os grupos que compunham a ARENA 1 ou a ARENA 2. Os integrantes dessas duas sublegendas, como já foi dito, tiveram origem no PSD e na UDN, os dois partidos políticos que dominaram a política local. Ambos reuniam em suas fileiras profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros e sitiantes, entretanto o grupo componente do PSD demonstrava ter maior poder financeiro e maior poder político, por manter vínculos com os setores estadual e federal.

Em relação à plataforma política de cada um desses partidos torna-se difícil identificá-la. Nos depoimentos colhidos e nas pesquisas realizadas nos jornais locais, principal fonte a que tivemos acesso, notamos nitidamente que o objetivo de cada um desses partidos era somente o de conquistar e de se manter no poder; granjear a simpatia dos eleitores, prestando-lhes ajudas e favores; mostrar superioridade ao adversário ao demonstrar ter prestígio político perante os governos do estado e da República.

Mantido esse perfil as ARENAS 1 e 2 se movimentavam com a aproximação de eleições. Em 1970 elas ocorreram dentro da normalidade entre dois candidatos inscritos: o primeiro da ARENA 1 e o outro da ARENA 2. A ARENA 1 apresentou aos eleitores dois nomes, um candidato a Prefeito e outro a Vice-prefeito, ambos ligados ao ex-PSD, sendo o primeiro o ex-Prefeito (1958-1962) Milton Chagas e o seu vice, o industrial Wantuil Teixeira de Paula, cognominado “capitão da indústria” local. Da parte da ARENA 2 retorna à disputa para prefeito pela terceira vez, o comerciante farmacêutico Sr. Moacyr de Mattos, tendo como candidato a vice-prefeito o médico, Dr. Grimaldo Barros de Paula, ambos pertencentes aos quadros da ex-UDN. Definidos os candidatos a campanha logo tomou as ruas. Os candidatos da ARENA 1 estavam escudados por dois fortes políticos: pelo suplente de Senador José Augusto Ferreira Filho, que assumiu o lugar deixado no Senado por causa do falecimento do ocupante, o Senador Milton Campos; e pelo Deputado Estadual Dênio Moreira. Enquanto isto, os candidatos da ARENA 2 contavam com o apoio do Deputado Estadual Narcélio Mendes, que junto com alguns membros do partido formavam um grupo coeso. Ao lado desses estava também os candidatos a vereador Professora Ana Felícia Provette, a advogada e professora Neuza Rezende Almada Marques, o tabelião Antônio Medeiros e ainda o grupo formado pelo “comando jovem” do

partido, liderado por Alcides José de Oliveira e pelo acadêmico de Direito, Clinton Pereira da Gama, dentre outros. No meio das duas facções *O Jornal de Caratinga*, semanário local, cuidava de “soprar a brasa na fogueira” com os seguintes comentários: “ARENA 2 tem comando jovem” e “ARENA 2 tem prestígio eleitoral (*O Jornal de Caratinga*, 10/09/1972, p.5).

A disputa, como era esperada, tornou-se acirrada com a ARENA 1 fazendo visitas domiciliares, enquanto do lado da ARENA 2 o foco era buscar votos nos Distritos para reforçar os votos da cidade, onde era maior o nome do candidato, Sr. Moacyr de Mattos. Era a força dos “corta-güelas” contra os “fura-nucas”, o curioso é que, se na cúpula de cada facção e entre os candidatos havia um clima mais tenso, o mesmo não ocorria na população e no eleitorado, que via na disputa uma oportunidade de se extravasar. Tanto assim, que as passeatas e as carreatas viveram dias de grande motivação e alegria, por causa dos seus mascotes. A ARENA 1 desfilava um alegórico elefante montado sobre um caminhão, confrontando com o alegórico jacaré da ARENA 2.



Foto 3 – O “Jacaré”, mascote da ARENA 2, arrastando correligionários e simpatizantes do partido durante campanha eleitoral (*O Jornal de Caratinga*, 3/12/1972).

O termo “corta-güelas” citado acima correspondia a uma expressão popular utilizada em Caratinga pelos filiados da ARENA1, para designar o seu poder, ou seja, uma força capaz de degolar o adversário. Em oposição aparece a expressão “fura-nucas”, acredita-se, cunhada pelos próprios membros da ARENA 1 para provocar os seus adversários da ARENA 2. Ao chamar os integrantes da ARENA 2 de “fura-nucas”, o que desejavam mesmo era rotulá-los de traiçoeiros, de atacantes pelas costas. Acredita-se que essa

denominação foi criada como forma de contestar os adversários, querendo indicar: - “*se cortar a minha garganta eu antes furo a sua nuca*”.

Há uma outra versão, que nos foi passada pelo prof. Rômulo Arantes²⁹ e que talvez seja a mais correta. Disse-nos ele que o termo “fura-nuca” referia-se ao grupo dos ex-pessedistas, cujos integrantes eram formados por fazendeiros ou sitiantes, criadores de gado e donos de propriedades rurais de maior porte. Neste caso, eram tidos como melhor situados econômica e financeiramente. O termo “fura-nuca” teria a ver com o ato de sacrificar bovinos, ou seja, para abater o animal usava-se um “chucho” aplicado na nuca do animal, com a finalidade de imobilizá-lo pra que pudesse ser sangrado. *Mutatis mutandis*, o termo passou a ser usado pelos pessedistas para intimidar ou inibir seus tradicionais adversários, os udenistas, os “corta-güelas”. Esses, por sua vez, eram também proprietários rurais, mas vistos como de menor posse. Segundo o mesmo informante, o termo agora aludia ao método utilizado para sacrificar cabritos, ou seja, cortando-lhes o pescoço. Além do mais os cabritos eram tidos como animais de segunda categoria, como menos nobres e de menor lucratividade. Essa foi a fórmula encontrada pelos udenistas para provocarem e se contraporem, na retórica, os seus tradicionais adversários, os pessedistas.

A figura do elefante, por sua vez, surgiu, segundo uma versão que nos foi revelada pelo Sr. Sebastião Ricardo³⁰, pessoa sempre envolvida na política local e ligado à ex-UDN da época, em decorrência de um desenho mal elaborado da “Pedra Itaúna”, uma montanha-símbolo da cidade, cuja silhueta foi utilizada num panfleto da Prefeitura. Como o desenho ficou assemelhado ao perfil de um elefante e estando à frente do governo municipal a ARENA 1, o grupo da ARENA 2 partiu para a “gozação”. Aproveitando-se da insinuação, a ARENA 1 transformou o desenho num símbolo de campanha. Quanto ao “jacaré”, segundo nos informou o ex-Deputado Estadual Dr. José Moisés Nacif Júnior³¹, ex-integrante da ARENA 2, nasceu acidentalmente. Disse-nos que enquanto o seu grupo estava aguardando a vez de entrar no estúdio da Rádio Caratinga para um programa político, ao perceber que os correligionários da ARENA 1 estavam “no ar”, esperou pelo término do programa e enquanto eles saíam dirigiu-se ao líder do grupo, em tom provocativo dizendo-lhe: - “cuidado, o jacaré tá vindo aí!”. Ninguém entendeu nada; nem mesmo os próprios companheiros. A dúvida ficou no ar... Há também outra versão do próprio Dr. José Moisés que

²⁹ Depoimento cedido a José Aylton de Mattos pelo prof. Rômulo Arantes em 20/03/2007.

³⁰ Depoimento concedido a José Aylton de Mattos pelo Sr. Sebastião Ricardo em 05/12/2006.

³¹ Depoimento concedido a José Aylton de Mattos por José Moisés Nacif Junior em 21/08/2006.

ele considera válida para justificar a existência do jacaré na campanha da ARENA 2. Ele afirma que “estava programado pela ARENA 1 a realização de um comício no Distrito de Vargem Alegre, um forte reduto eleitoral daquela sublegenda. Sabendo disso, a turma da ARENA 2 acolheu sugestão de um companheiro de partido. Ele iria providenciar um pequeno avião para, durante o comício do adversário, em vôos rasantes, jogar panfletos sobre os participantes, contendo a seguinte frase: “cuidado com o jacaré” . E assim, o jacaré tornou-se o símbolo da campanha da ARENA 2, inspirando até a criação de dois “jingle” , o primeiro com os seguintes versos:

*Vamos, minha gente, com Grimaldo e Moacyr;
se você ficar pra trás, jacaré vai te engolir.
Chega de ouvir promessa.
Deixa o velhinho dormir de touca.
No dia que chover comida
o pobre nasce sem boca.³²*

Quanto ao segundo “jingle” é provocativo, como se pode notar:

*Quem já governou,
Já deu o que tinha que dar!
A nossa vez chegou ...
Vamos a roseira balançar.*

*Há mais de cinqüenta anos,
que não cumprem uma promessa.
Agora, vou morrer de rir: há, há, há!
Dia quinze é com Grimaldo e Moacyr!*

É importante ressaltar que os partidos abraçavam localmente suas campanhas e assumiam compromissos. Tudo respaldado e em sintonia com o programa da ARENA nacional e estadual, sem que os eleitores disso tivessem conhecimento. Nas campanhas valia tudo, com finalidade de intimidar o adversário.

Para fazer frente à informação de que “a ARENA 2 tem comando jovem é noticiado na imprensa local que “a mocidade de Caratinga agora terá participação mais direta nos assuntos político-partidários, ligados ao esquema da Aliança Renovadora Nacional, com a criação mais recente do Departamento da Mocidade Arenista” (*O Jornal de Caratinga*, 16/10/1972, p.1). A entrada da juventude pertencente a cada um dos grupos tornou a disputa mais vibrante, levando a imprensa a afirmar que “nos últimos 20 anos, não se registra nos anais da história política de Caratinga, uma disputa tão aguerrida, entre ex-pessedistas (ARENA 1) e ex-udenistas (ARENA

³² Extraído do disco compacto “O Jacaré agora é bi” de 1973 (arquivo do autor).

2) pela chefia do executivo municipal [...] Tamanha é a motivação que até os mais acomodados em termos de política estão abrindo o jogo e engrossando o cordão de suas preferências [...] sem qualquer excesso entre os partidários de Milton Chagas e do Moacir de Matos” (*O Jornal de Caratinga* de 22/10/1972, p.3).

Conforme já explicamos foram muitas as expressões e símbolos provocativos utilizados nas eleições para Prefeito, realizadas em 1972. A imprensa local parece que, por tradição, continuou assumindo posição ao lado dos ocupantes do poder local e de seus candidatos de forma preferencial, não negando, entretanto, elogios e incentivos aos candidatos do grupo contrário,

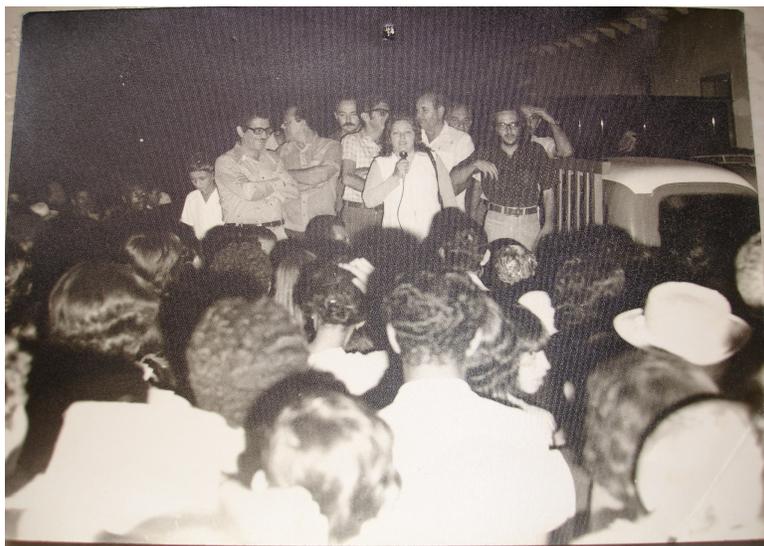


Foto 4 - Comício da ARENA 2 em 1972. Ana Felícia Provetti, candidata a vereadora, discursa ao lado do candidato a prefeito, Sr. Moacir de Mattos - de óculos(E). (Arquivo do Nudoc)

possivelmente prevenindo-se de um possível resultado adverso nas urnas. A última expressão cunhada pelo grupo da ARENA 2 foi “godero”³³, referindo-se aos políticos da ARENA 1, que, segundo eles, viviam se aproveitando do poder, através do aliciamento de eleitores, acenando-lhes com promessas e oferecimento de favores.

Depois de vários dias de campanha, sem incidentes graves, as eleições foram realizadas como estavam previstas, no dia 15 de novembro de 1972, envolvidas em enorme tensão da parte de ambas as sublegendas, cada grupo acreditando na própria vitória.

Tanto a ARENA 1 como a ARENA 2 trabalharam intensamente para fazer o maior número possível de eleitores, engrossando o número de filiados de seu grupo. Por causa desse esforço político-eleitoral o número dos eleitores caratinguenses passou de 29.527 em 1970, para 35.298, em 1972, o que representou um crescimento de 19,5% no geral. Nas eleições daquele ano, 7 818 eleitores abstiveram-se de votar, ou seja, 22,1% contra 22,56% do pleito anterior, demonstrando

³³ Godero (*Molothrus Bonariensis*), pássaro também conhecido como *chopim* e *vira-bosta*, dentre outros. Segundo consta é um pássaro parasita, porque põe seus ovos para serem incubados no ninho dos tico-ticos, bem-te-vis e/ou sanhaços, cujas fêmeas, depois de eclodidos os ovos, criam os filhotes do invasor.

desta vez uma maior motivação dos eleitores em relação ao pleito eleitoral (*O Jornal de Caratinga*, 19/11/1972, p.1).

As disputas eleitorais visavam atender unicamente aos interesses locais que, como já foi sublinhado, correspondiam à manutenção do estado de coisas, sem preocupar com a renovação de nomes, pois os que representavam o Município na Assembléia Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado “mereciam toda a confiança dos eleitores”. Acima de tudo o que todos queriam era garantir a vinda de benesses prometidas pelos governos estadual e federal aos representantes políticos do Município. Para os políticos locais, o importante era estar em sintonia com o que determinava o Diretório Nacional. Não havia a preocupação de se ter uma agenda política formalizada. A atividade político-administrativa, obras, etc., com raras exceções, acontecia de maneira natural e espontânea e os comícios eram os grandes veículos destinados a contestar e confrontar os adversários. No geral, prometia-se a melhoria das estradas, a construção de escolas, o calçamento de ruas, promessa de emprego, a contratação de professoras, a doação de lotes, o acionamento dos deputados para conseguir verbas junto aos governos estadual e federal, etc.

Infelizmente, após algumas tentativas, não nos foi possível encontrar, nem mesmo nos periódicos locais, documentos, livros de atas do PSD, UDN, ARENA 1 e ARENA 2, etc. onde estivessem registradas as reuniões dos partidos, as discussões internas, os programas, para que pudéssemos hoje ter uma visão mais clara da experiência desses partidos e evitarmos análises precipitadas. Aqui percebemos o descaso das pessoas em valorizar e em guardar documentação comprobatória de um tempo e de suas vidas. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade...” (POLLAK, 1989, p.9).

É possível notar, contudo, que com o passar do tempo o PSD, travestido de ARENA 1 perde força política e vê esse poder sendo assumido pela UDN, transformada em ARENA 2. O exemplo disso é que nas eleições para prefeito, em 1972, apurados os resultados, verificou-se que foram vencidas pelo candidato da ARENA 2 (ex-UDN), Sr. Moacyr de Mattos, após três tentativas para alcançar o poder Executivo municipal. Por 30 anos a prefeitura de Caratinga foi dominada pelo PSD e grupos políticos a ele ligados. Agora a ARENA 2 (ex-UDN) venceu com

uma diferença de apenas 512 votos, ou 1,94% dos votos válidos, impondo uma derrota ao grupo da ARENA 1 (ex-PSD), como demonstram os resultados da tabela 4.

Naquele pleito foram eleitos quinze vereadores, sendo oito da ARENA 1 (ex-PSD) e sete da ARENA 2 (ex-UDN). Foram os seguintes os vereadores eleitos naquela legislatura, por partido e por votação:

Ana Felícia Provetti	ARENA 2	2.600 votos
Antônio Medeiros	ARENA 2	1.889 votos
Sebastião Machado Filho	ARENA 1	1.521 votos
João Mateus do Nascimento	ARENA 1	1.470 votos
Sebastião Miranda Rezende	ARENA 2	1.405 votos
João da Costa Mafra	ARENA 1	1.338 votos
Milton Damasceno	ARENA 1	1.307 votos
Lúcio Antônio Thomé	ARENA 1	1.206 votos
Dr. Afonso Gomes	ARENA 2	1.251 votos
Jovino Guzela de Abre	ARENA 1	1.239 votos
João Lopes de Faria	ARENA 2	1.158 votos
José Rodrigues Câmara	ARENA 2	1.136 votos
Benevides Porcaro	ARENA 1	1.105 votos
Antônio Cardoso Dias	ARENA 2	1.095 votos
Sebastião Teodoro dos Reis	ARENA 1	1.085 votos

TABELA 4 - Eleição para prefeito de Caratinga – 1972

ELEITORES	Moacyr De Mattos	%	Milton Chagas	%	Nulos	%	Branco	%	Abstenção	%
35 298	13 485	38,2	12 973	36,8	522	1,5	500	1,4	7 818	22,1

Fonte: *O Jornal de Caratinga*, 26/11/1972



Como já tivemos oportunidade de afirmar, queremos realçar o fato de que embora tenhamos consultado os arquivos pessoais de ex-vereadores da década de 1960 e 1970 e o arquivo público municipal, não nos foi possível localizar documentos que fizessem referência aos

programas do PSD e da UDN antes de 1964. Acontecendo o mesmo em relação aos programas da ARENA.

ARENA 2 (ex-UDN) vence eleições municipais



Foto 6 - Moacyr de Mattos (E), prefeito eleito e Dr. Grimaldo (D), vice-prefeito são empossados e recebem cumprimentos do vereador Sebastião Teodoro dos Reis, na Câmara de Vereadores (Arquivo do Nudoc)

Apesar de reconhecidamente eleito e oficialmente diplomado pela Justiça Eleitoral, o T.R.E. decide que Moacyr de Mattos não toma posse dia 31 de Janeiro. A alegação é de que em doze urnas existiam “*votos estranhos*”. E por isso o T.R.E. determinou a realização de eleições suplementares, que foram marcadas pelo Juiz Eleitoral, Dr. João Batista de Araújo, da 61ª Zona Eleitoral, para serem realizadas no dia 18 de fevereiro, consoante determinação do egrégio Tribunal Regional Eleitoral. Os 2.680 eleitores de sete secções da cidade (4ª, 6ª, 11ª, 18ª, 31ª, 34ª e 39ª) e de cinco dos Distritos, ou seja, 1ª seção de Ubaporanga, a 3ª de Vargem Alegre, a 4ª de São Cândido, a 1ª de Santo Antônio e a 3ª de Sapucaia, tiveram que retornar às urnas e não há nada de estranho nisso, pois como nos revela Remond (2003) “desde que a eleição está no princípio da transferência de poder, a contagem dos sufrágios é uma operação essencial, um ato decisivo na vida política” (REMOND, 2003, p.32). Entendemos que é assim que deve ser: que o resultado do pleito seja transparente para garantir legitimidade ao candidato vitorioso. Realizada nova eleição nas seções sob suspeita e apurados os votos, ficou confirmada a vitória de Moacyr de Mattos como Prefeito de Caratinga, que teve a diferença de votos aumentada de 512 para 691 votos. Em face do crescimento na diferença de votos, os eleitores da ARENA 2, para provocar os derrotados, da ARENA 1 passaram a dizer jocosamente

que aquela não foi uma eleição suplementar, mas sim uma eleição “só- pra- aumentar”, o que não deixou de ser uma verdade, uma vez que os votos depositados nas urnas sob suspeita, em 15 de novembro de 1972 e em 18 de fevereiro de 1973, foram os constantes da tabela 5:

TABELA 5 - Eleição suplementar para prefeito de Caratinga- 1973

CANDIDATO	ELEIÇÃO DE 15/11/1972	ELEIÇÃO DE 18/02/1973	RESULTADO FINAL
Moacyr de Mattos - ARENA 2	1 323	1 289	13 451
Milton Chagas – ARENA 1	1 294	1 081	12 760
Diferença	29	208	691

Fonte: *O Jornal de Caratinga*, 25/02/1973

Depois de publicado o resultado oficial dos vereadores eleitos a ARENA 2, que tinha o primeiro suplente, perdeu essa posição para a ARENA 1, que ficou com maioria na Câmara. Um resultado desfavorável para o Prefeito. Este percebeu logo que os vereadores do ex-PSD passaram a boicotar a sua administração, como deixou registrado na entrevista que concedeu ao *O Jornal de Caratinga*:

Eu esperava aquela ação fiscalizadora, séria e honesta, já que sempre foram meus adversários. Nunca podia supor que o seu radicalismo fosse ao ponto de negar o seu voto numa questão de real interesse para o nosso município, como foi o caso mais recente de sua negativa ao pedido de empréstimo de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), por mim proposto e aceito pelo Banco do Brasil, para fazer face à despesas com a aquisição de máquinas que fazem estradas, como fator de mais progresso e desenvolvimento (*O Jornal de Caratinga*, 05/08/1973, p.1).

A respeito desse fato percebe-se que houve mesmo a intenção de impedir a transação que o Prefeito vinha mantendo com o Banco do Brasil, pois a proposta já havia sido aprovada anteriormente pelos próprios vereadores. Ao voltar à Câmara para receber alguns ajustes, em atendimento às normas do Banco, o pedido do prefeito foi rejeitado levando a imprensa local a se manifestar, repudiando aquela atitude, em editorial de autoria do jornalista Humberto Luiz Salustiano Costa, intitulado “pirraça política”, no qual ele faz severas críticas ao comportamento dos vereadores:

O distanciamento que tem existido entre os poderes Executivo e Legislativo deste Município poderá ser a causa maior de um desastre administrativo, de funestas conseqüências para o nosso ardente desejo de crescer e de prosperar. Pelo que nos tem sido dado a observar, aqueles dois poderes, de decisão e de realização, têm buscado situar-se em posições antagônicas, esquecidos, talvez, de que a grande sacrificada é a própria cidade de quem receberam delegação através da soberana vontade popular, para um trabalho construtivo, em torno dos ideais mais nobres de toda uma comunidade. A maioria está fazendo oposição ao Prefeito. Acontece que oposição se faz dando condições de trabalho para que depois se possa exigir trabalho e o seu conseqüente resultado positivo. Negando recursos ao administrador, para que ele não possa realizar aquilo que pretende em função do progresso e do desenvolvimento do município, a Câmara de Vereadores que ainda é uma representação popular legítima, perde com isso o direito de exigir que se faça algo pelo povo do qual ela é a tribuna mais autêntica. Como tal não será lícito a nenhum vereador pretender que o Prefeito realize, se na hora de propiciar recursos, esses recursos são negados por questões de somenos quando não o são por questões de ordem pessoal, mal sabendo, os que assim pensam e assim agem, que em jogo estão os altos interesses de toda uma coletividade. Já foi o tempo em que era válida a pirraça política.

Tal posicionamento da Câmara de Vereadores levou até o jornal “Correio Brasiliense”, de 17 de agosto de 1973, editado na Capital Federal, a publicar reportagem sobre a política em Caratinga. A reportagem foi publicada sob o título “PREFEITO ACUSA SEUS OPOSITORES”. Diz o artigo:

A cidade mineira de Caratinga vive ainda hoje o clima político de antes da Revolução. Quem afirma é seu atual prefeito Sr. Moacyr de Mattos que vem encontrando sérias dificuldades em sua administração, motivada pela oposição política. Todo projeto de interesse da cidade é boicotado pelos homens do antigo PSD, reunidos sob a legenda da ARENA nº 1” (...) o radicalismo político em Caratinga chegou ao extremo. Os políticos do antigo PSD parece que já se esqueceram de que houve a Revolução e de que já não existe clima, em todo o País, para as manobras políticas dos remanescentes dos antigos partidos que quase levaram o Brasil ao caos, disse o Prefeito (...). (*Correio Brasiliense*, de 17/08/1973, p.12.)

Como podemos observar, muito embora tenham desaparecido as antigas siglas partidárias, os resquícios do passado e as animosidades continuaram a existir entre os integrantes dos tradicionais grupos políticos, situação que não deixou de provocar uma certa paralisia administrativa no Município. Se de um lado a política é algo necessário para que haja a possibilidade do povo fiscalizar o poder, atitude que raramente pratica, o que se via, e em alguns casos ainda se pode ver, é a tendência de certos grupos em se fechar a toda e qualquer abertura para a conquista de melhores dias para o povo. A forma como questões políticas são conduzidas em algumas cidades do interior do Brasil ainda toma o lugar da visão larga, capaz de permitir vislumbrar oportunidades existentes que, se atraídas para o território municipal, certamente poderiam melhorar a qualidade de vida da população.

Mesmo depois que o pluripartidarismo desapareceu, em Caratinga continuou prevalecendo as velhas tradições partidárias, com os grupos preferindo o confronto e a disputa agressiva por mais espaço, em vez de ver o partido preferencialmente como “o lugar onde se opera a mediação política” (BERSTEIN, 2003, p.60).

Os embates políticos ocorridos em Caratinga, após 1945, tiveram como meta a manutenção dos políticos do PSD à frente do poder político local e estadual. Quanto aos udenistas, estes lutavam como podiam, para reverterem aquela situação, das mais difíceis, em face da resistência que encontravam em todos os escalões do poder, tradicionalmente ocupados por representantes políticos, anteriormente ligados ao esquema herdado do período anterior, sob comando de Getúlio Vargas. Somente nas eleições de 1973, como já vimos, o Poder Executivo municipal foi conquistado pela ARENA 2, composta de ex-integrantes da UDN. Para os eleitores do ex-PSD a perda de comando político local constituía uma situação singular. Pior ainda era ter de conviver com os históricos rivais da ex-UDN, embora estes tenham conquistado o poder a duras penas, depois que os líderes e correligionários do partido arregaçaram as mangas, saindo em busca de novos eleitores e de novas estratégias voltadas para a conquista do objetivo perseguido há uma década. A princípio, pode até parecer que teria havido um cochilo por parte dos líderes da ARENA 1, como forma de afastar de vez a incômoda presença dos udenistas que não se cansavam de perseguir seu objetivo principal: assumir a Prefeitura. Uma hipótese possível, porém pouco provável. Os pessedistas, travestidos de ARENA 1, dificilmente iriam permitir tal façanha, não só porque eram os principais oponentes da UDN, mas por ter no partido líderes tradicionais, que não iriam dar esse prazer ao adversário, mesmo que fosse por um curto período. Acreditamos ser mais certo pensar que a vitória da “oposição”, ou seja, da ARENA 2, só foi possível porque houve mais empenho dos seus filiados. A esse respeito há a seguinte versão: após uma análise minuciosa, para se saber os motivos da perda de votos em algumas urnas, levantou-se a hipótese de que em eleições anteriores a ARENA 2 teria sido alvo de uma estratégia artilosa da parte do partido concorrente. Em cada seção eleitoral era permitida, como facultava a Lei, a presença de fiscais dos partidos. Após algumas horas de funcionamento de uma seção eleitoral era disponibilizado para os componentes da junta receptora de votos um cafezinho, acompanhado com alguns biscoitos. Os fiscais dos partidos também se beneficiavam daquele momento. Presume-se que no café servido ao fiscal da ARENA 2, naquelas sessões onde havia a possibilidade do partido obter maioria de votos para o seu candidato, era colocada, não se sabe

como, alguma substância causadora de mal-estar intestinal. Depois de algum tempo vinha o efeito e o fiscal era obrigado a se afastar do local de votação. Na maioria das vezes não tinha condição de retornar, deixando aquela seção desprovida de vigilância. Como o número de fiscais era pequeno e sem a precaução de deixar pessoas disponíveis para proceder a substituições o caminho ficava livre. Era quando os fiscais da ARENA 1 agiam, fazendo boca de urna e mudando o voto dos eleitores indecisos. Detectado aquele procedimento e presumindo ser a versão verdadeira, nas eleições seguintes a ARENA 2 se precaveu e passou a orientar seus fiscais para que não se deixassem envolver. Ficou determinado que, educadamente, os fiscais recusassem tais gentilezas. Mudado o comportamento, os votos destinados ao candidato da ARENA 2 começaram a aparecer em maior quantidade nas seções suspeitas de irregularidades.

O esforço concentrado funcionou muito bem na sede do Município, porém o mesmo não ocorreu no meio rural e nos Distritos onde a força do ex-PSD (ARENA 1), continuou sendo mais forte e melhor conduzida pelos “*caciques*”, ou seja, pelos proprietários rurais comprometidos, por tradição, com o Partido. Para eles, perder uma eleição, ainda mais para um adversário tradicional, no caso a ARENA 2, formada por ex-udenistas, demonstrava sinal de fraqueza e de “*perda de poder*”. Desde a criação do partido, o meio rural e os Distritos em especial, constituíram o principal reduto pessedista na região, fazendo valer a sua histórica tradição.

Vitorioso nas urnas, o prefeito foi obrigado a governar sem ter a maioria na Câmara de Vereadores. Ficou com apenas sete das quinze cadeiras, entretanto a imprensa procurou amenizar essa situação.

Apesar da maioria ser constituída pelos Vereadores do ex-PSD, adversários, portanto, do atual Prefeito, o balanço dos números espelha, com exatidão, que não houve maior intransigência na condução dos trabalhos, tomando-se por base o número de proposições enviadas e o número das aprovadas. Das 66 proposições debatidas em 1973, 59 foram aprovadas; 5 foram rejeitadas, 01 foi devolvida a pedido do próprio Prefeito e 01 teve a sua votação adiada(...) (*O Jornal de Caratinga*, 6/01/1974, p.5).

Tal informação visava, sobretudo, esclarecer o público e, ao mesmo tempo, desmentir informações passadas pelo partido do Prefeito, a ARENA 2, que se declarava prejudicada pelo grupo da ARENA 1. É bem verdade que tais projetos aprovados não tinham grande expressão. Mesmo assim a ARENA 1 não descia do seu pedestal. Embora distante do Executivo Municipal, procurava fazer a sua política, mantendo o comando nos Distritos, todos tradicionalmente

formados por adeptos e fiéis correligionários. A maioria, habitantes de Vargem Alegre, Entre Folhas, Santa Rita, São Cândido, Imbé e Santo Antônio do Manhuaçu.

Mesmo fora da Prefeitura de Caratinga, a força do ex-PSD continuou em evidência no Município após a confirmação do nome do então Senador (biônico) ³⁴ José Augusto Ferreira Filho para disputar as eleições para o Senado em 1974. Além disso, internamente o partido se articulava de modo a evitar ressentimentos internos, possíveis causadores do seu enfraquecimento. Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em agosto daquele ano dava conta de que

Segundo informações do Deputado João Ferraz, (Presidente da ARENA) o Senador José Augusto não pretende disputar sua indicação na Convenção do dia 17 e quer que seu nome seja recomendado pela Executiva e pelo Diretório Regional, com o conseqüente afastamento de qualquer outra candidatura, caso contrário, não irá à convenção (*Jornal do Brasil*, 25/8/1974, p.4).

Esse posicionamento deu resultado, pois inibiu uma possível entrada na disputa do Deputado José Bonifácio (ex-UDN), que também estaria pleiteando a mesma vaga. Para não “resultar em grave cisão do Partido, o que beneficiaria o candidato do MDB, Sr. Itamar Franco, o nome de José Augusto Ferreira Filho foi referendado na convenção do seu Partido, a ARENA 1” (*Jornal do Brasil*, 4/8/74). “A escolha do Senador, segundo opinião da cúpula arenista, vem fortalecer a unidade do partido...” (*Jornal do Brasil*, 25/8/1974, p.4).

Agressão física na disputa para o Senado

O cuidado manifestado pelo presidente da ARENA, Deputado João Ferraz, não foi eficaz: dez anos após o golpe militar, outras forças começaram a se organizar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido opositor, agia de maneira cautelosa e prudentemente, com alguns nomes se firmando nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dentre eles, Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Nelson Carneiro, Tancredo Neves e Itamar Franco. Este último, principal oponente do então Senador José Augusto Ferreira Filho (ARENA 1) e um forte candidato ao Senado, por Minas Gerais, nas eleições de 15 de novembro de 1974. A campanha

³⁴ Senador biônico foi uma denominação atribuída aos Senadores eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977. Esses Senadores foram eleitos, um por estado, em 1978, para exercerem o mandato por um período de oito anos, permanecendo no poder até o final dos seus mandatos. Esta foi uma estratégia utilizada pelo Governo Militar, presidido pelo General Ernesto Geisel, para assegurar maioria de votos no Senado para a ARENA, o partido do Governo.

teve início e ambos partiram para a conquista de votos. Foi uma campanha aguerrida entre os dois candidatos, não faltando acusações e incidentes de parte a parte. Um deles, por sinal curioso, ocorreu durante a visita de Itamar Franco (MDB) a Caratinga, cidade declaradamente arenista (com predomínio da sublegenda ARENA 1) e reduto eleitoral do Senador arenista. Os ânimos entre os dois candidatos estavam exaltados, pois, na disputa para uma vaga no Senado crescia o nome de Itamar Franco, que ameaçava conquistar a vaga já ocupada pelo Senador José Augusto. Durante visita que Itamar Franco fez a Caratinga foi entrevistado pela emissora de rádio local, quando declarou enfaticamente: “*vim a Caratinga, porque José Augusto esteve em Juiz de Fora*” – como se numa campanha eleitoral aberta houvesse restrição quanto a busca de votos, notadamente num sistema que não era distrital. Também, durante a campanha ocorreu um outro fato, este mais grave, envolvendo os dois candidatos: ambos iriam participar de um programa político transmitido pela TV Itacolomi, de Belo Horizonte. Itamar Franco havia acertado um debate pela TV com o seu opositor José Augusto naquela emissora dos Diários Associados, a única do estado e que mantinha grande audiência em grande parte dos municípios mineiros. Seria aquela uma grande oportunidade para cada um firmar suas posições e conquistar os indecisos. O candidato Itamar Franco foi o primeiro a chegar ao estúdio da emissora. Já tinha dado entrevistas e nada de José Augusto chegar. Atrasado, o Senador chega à emissora a tempo de ouvir, do lado de fora do estúdio, quando o locutor, “*em off*”, dirigindo-se aos telespectadores, indagava em tom provocativo: “*onde está o Senador que vem debater com o candidato Itamar Franco. Estará ele com medo de enfrentar o seu adversário?*”. Do lado de fora José Augusto ouviu o questionamento e se descontrolou. Deve ter imaginado ser aquela frase encomendada pelo seu oponente. Sem se dar conta de que a TV estivesse no ar irrompe estúdio a dentro, munido de uma régua de madeira, pega não se sabe onde, e, proferindo impropérios, agride Itamar que, assustado, procurou se defender. Só mesmo a imediata intervenção do pessoal da segurança e da “*turma do deixa-disso*” foi capaz de esfriar os ânimos. O debate não aconteceu e o agressor acabou ridicularizado por seus adversários, sendo chamado até o final da campanha de “*Zé do porrete*”. Vieram as eleições e Itamar Franco venceu em Minas, menos em Caratinga, onde prevaleceu a força política do Senador José Augusto que, ao término da apuração, suplantou o seu oponente, Itamar Franco, por uma diferença de 425 votos. Foram 13.381 votos atribuídos ao arenista José

Augusto e 12.956 ao candidato emedebista, Itamar Franco, cuja vitória, muito provavelmente se deveu aos votos dos ex-udenistas e dos descontentes. Com a derrota o Senador José Augusto deixa o cargo e provoca o desmoronamento de uma tradição partidária mantida em Caratinga pelos ex-pessedistas durante mais de trinta anos e agora sentida bem nos calcanhares.

As eleições de 1974, além de definirem a escolha de um Senador da oposição para representar Minas, definiram também os eleitos para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa Estadual. Foi uma eleição na qual os eleitores abandonaram a fidelidade nos candidatos tradicionais, sinalizando uma vontade de mudanças. Foi também uma forma de revelar certo cansaço, causado pela falta de renovação de nomes nos quadros partidários durante décadas. O povo demonstrou, através do seu voto, que não se dispunha mais continuar votando na mesmice, tanto assim que os eleitores de Caratinga, naquelas eleições, distribuíram seus votos entre 251 candidatos, ou seja, entre 179 dos 199 candidatos a Deputado Estadual e entre 72 dos 75 candidatos a Deputado Federal. A maior votação foi atribuída aos candidatos da terra. T tamanha pulverização dos votos ocorreu por causa dos chamados candidatos “paraquedistas”, expressão utilizada no Município de Caratinga e em grande parte da Região Leste Mineira. Refere-se àqueles candidatos desconhecidos e oportunistas que aparecem num determinado pleito eleitoral, subtraem votos dos candidatos tradicionalmente votados na região e depois, perdendo ou ganhando, desaparecem, causando enfraquecimento na representatividade local do partido. Nesse pleito eleitoral os candidatos “paraquedistas” a deputado federal se beneficiaram com 13,9% dos votos e os candidatos a Deputado Estadual com 14,6% sobre os candidatos tradicionais votados no município.

Algumas situações ficaram evidenciadas após as eleições realizadas em 1974, em Caratinga: a primeira delas é que o candidato do MDB ao Senado, Itamar Franco, ao obter 1.702 votos (26,8%) sobre o seu oponente da ARENA deu mostras de que o seu discurso foi ouvido na sede do Município, uma área mais politizada, a despeito da hegemonia da ARENA, que oferecia maior, porém modesta votação ao “candidato da terra”. É possível observar também, que o meio rural, mais conservador e tradicionalmente fiel aos candidatos da ARENA 1 (ex-PSD), impôs uma derrota ao candidato Itamar Franco, do MDB, por uma diferença de 2.127 votos (24,3%), demonstrando a continuidade da força política de José Augusto no meio rural. Em relação aos

votos atribuídos aos Deputados Federais e Estaduais foi excepcional a vantagem obtida pelos candidatos da ARENA sobre o do MDB, ou seja, 21.821 votos para os candidatos a Deputado Federal da ARENA, contra os 1.798 votos para o MDB. O mesmo ocorreu em relação ao número de votos dados aos candidatos a Deputado Estadual da ARENA, que receberam 21.994 votos, ficando o MDB com 1.749.

Se compararmos a votação dada aos deputados federais e deputados estaduais com os votos atribuídos ao Senador José Augusto Ferreira Filho, notaremos que apesar de estarem no mesmo partido e de serem melhor votados, não conseguiam transferir votos para o Senador candidato, o que caracteriza o desmoronamento da fidelidade ao partido, até então mantida pelo eleitor.

Nesse pleito, ficou evidenciada a concorrência existente entre a participação dos meios de comunicação e dos “cabos eleitorais”³⁵, historicamente bastante cortejados e mantidos por políticos da velha guarda até por volta de 1970. “Antigamente, o político não precisava nem de boas mensagens. Os cabos eleitorais garantiam o apoio. Agora, não”, declarava o Deputado Federal Dalton Canabrava. (*O Globo*, de 9/12/1974, p.32). Opinião contrária defendia o Deputado Estadual Humberto Souto, da ARENA, que atribuiu o desvio de votos aos meios de comunicação, alegando que, dos 722 municípios mineiros, 500 passaram a ser alcançados pelas imagens da televisão.

Por fim, é possível observar algumas liberdades que contrastavam com um sistema ditatorial, tradicionalmente mais fechado:

contrariamente às outras ditaduras do Cone Sul entre 1966-1990, o regime autoritário brasileiro admitiu a existência de eleições, de partidos e do Congresso na maior parte do tempo. Durante os primeiros dez anos (1964-1974) essas instituições tinham reduzido peso político. Depois de 1974 tornaram-se elementos fundamentais nos processos de liberalização e democratização”(MAINWARING, 2001, p.100).

³⁵ Cabos eleitorais são pessoas contratadas pelos políticos-candidatos durante as campanhas eleitorais. Alguns se tornam até representantes permanentes dos candidatos. Por meio deles muitas pessoas tomam conhecimento do programa que será desenvolvido e sobre o grau de comprometimento do candidato com as aspirações da população. Geralmente, recolhem pedidos que são encaminhados ao candidato com a promessa de que serão atendidos, caso ele vença nas eleições. Vários são os tipos existentes, dentre eles o cabo eleitoral ideológico, disposto a conquistar o eleitor, através da discussão de teses doutrinárias. Utiliza-se de uma “conversa empolada, carregada de frases de efeito” e está sempre pronto a esclarecer dúvidas e a prestar favores, tudo, com a finalidade de conquistar eleitores.

Em Caratinga sempre prevaleceu uma disciplinada fidelidade e elevado apego às tradições. Cessaram às interferências dos cabos eleitorais, mas permaneceram inalteradas as presenças dos líderes políticos plantados nos Distritos do Município. Apesar de afastados, os “cabos eleitorais” continuaram interferindo, tirando dúvidas e esclarecendo mal entendidos do eleitor em relação a alguma decisão tomada pelo político a quem atendia. Do ponto de vista partidário PSD e UDN, embora tivessem desaparecido em 1965, mesmo assim continuaram “presentes” em Caratinga, e vivos na cabeça dos “cabos eleitorais”, cuja tarefa era de também ajudar a consolidar a implantação das sublegendas ARENA 1 e ARENA 2 na cabeça dos eleitores, para evitar o afloramento das velhas siglas, a exemplo do que fica evidenciado no seguinte comentário:

Estão sempre pelejando pela posse dessa ou daquela posição de mando. Pelo menos tem sido assim, desde que foi oficializada a fusão dos ex-partidos, em 15/07/1965. Sem qualquer possibilidade de coexistência pacífica, os dois grupos políticos de Caratinga – ex-PSD e ex-UDN – embora pertencendo à ARENA sempre estiveram em posições diametralmente opostas. No episódio mais recente da eleição da mesa diretiva da Câmara Municipal este fato ficou mais do que nunca evidenciado quando se pretendeu e não se conseguiu uma composição eclética, vencendo a ARENA 1 que conta com a bancada majoritária de 8 vereadores contra 7 da ARENA 2, eleita(a mesa) apenas com o voto do grupo ex-pessedista, porquanto o pessoal da ex-UDN não fez presença, diante da impossibilidade de uma formação eclética. (*O Jornal de Caratinga*, 9/3/1975).

Frustrações e descompassos à parte, as duas facções arenistas de Caratinga, não tendo outro caminho a seguir, acabaram se juntando na formação do seu diretório municipal, porque a instrução emanada da alta direção daquele partido foi produzida com a finalidade de se evitar brigas internas na composição dos dirigentes nos municípios (*O Jornal de Caratinga*, 15/6/75). A chapa eclética ficou assim constituída, privilegiando mais uma vez a ARENA 1: EFETIVOS: Dr. José de Paula Maciel*, presidente; Dr. Grimaldo Barros de Paula, Vice-presidente; Dr. Breno Geraldo Horta Mourão*, secretário; Dr. Clinton Pereira da Gama, tesoureiro; Dr. Antônio Monteiro de Rezende*, Moacyr de Mattos, Reginaldo Machado Neto*, José Moisés Nacif Júnior, Francisco Lopes Evangelista*, Joaquim Eure Pereira, Pedro Cimini*, Antônio Xavier de Faria, João Silvestre Gomes*, Capitão Joesmar Guido, Antônio de Araújo Côrtes*, Mário Penna de Faria, Alexandre Arreguy Silva*, Belmiro Rodrigues Costa, José Gualberto do Nascimento*, Gastão Moreira de Paula* e João da Costa Mafra*. SUPLENTEs: Atayde Fonseca*, César Augusto Carli, Lindolfo Soares de Carvalho*, Geraldino Rodrigues Campos, Juvenato Teixeira de Souza*, João Rocha e Raimundo Carlos Pereira*. DELEGADOS EFETIVOS: Wantuil Teixeira de Paula*, Christovam Moreira de Siqueira, Dr. Anselmo Bonifácio*, Ottorino Citto

Schettino, Antônio Machado da Cunha*, Namur Augusto Genelhu Azzi, Joaquim Felício*, Reginaldo Machado Netto, José Joaquim de Oliveira Filho*. SUPLENTE DE DELEGADOS: Camillo Lelis da Silva*, Sérgio Martins de Carvalho, Miguel Loures de Castro*, Acir Antônio Ribeiro, Pedro Cimini*, Joacil Alves Pereira, Monir Alli Saygli* e Dr. Aristeu Barbosa Caetano*.

Fazia parte da característica do povo caratinguense participar das contendas políticas com muita paixão, sempre travadas em meio a “discussões bem à moda futebolística de torcer para o Clube da preferência...”(*O Jornal de Caratinga*, 6/10/74, p.1). O assunto vez ou outra ia e voltava em forma de especulações para apurar quem iria se candidatar. E assim, definida a candidatura, virtudes e defeitos da pessoa passavam a ser apontadas pelos que a apoiavam ou pelos seus adversários.

Em maio de 1975, embora as eleições para Prefeito só fossem ocorrer em novembro de 1976, portanto, daí a dezoito meses, a imprensa local, talvez com a intenção de estimular a população a começar a tomar posições a favor ou contra algum nome, deixou sair a seguinte nota:

Do lado da ex-UDN parece que a chapa para prefeito e vice em 1976 está definida: Antonio Medeiros e Sebastião Miranda de Rezende. Do lado do ex-PSD também: Antonio Machado (Tota) da Cunha e João da Costa Mafra. Quanto ao MDB anuncia-se: Dr. Arthur Bernardes e Ernani Vilela. Se confirmarem estas chapas, foram colocados a escanteio: José Moisés, Fabinho e o Prof. Monir Saygli (*O Jornal de Caratinga*, 6/10/1974, p.1).

Dos nomes apontados, somente os citados como prováveis candidatos do MDB tiveram seus nomes confirmados nas eleições.

Ainda hoje, especulação é o que não falta em Caratinga, quando o assunto é política, principalmente quando as eleições municipais estão para acontecer. É provável que esta seja a forma utilizada para se “peneirar” os nomes que deverão participar do pleito eleitoral como candidatos. Ao mesmo tempo, é esta uma maneira sutil destinada a “queimar” nomes que naturalmente vão sendo colocados como postulantes a uma vaga no Legislativo e/ou no Executivo local. Se alguns nomes são citados, passam a fazer parte das discussões entre simpatizantes e filiados dos partidos e, ao mesmo tempo, ao serem sugeridos por alguém ou através da imprensa, a discussão salta para as ruas, esquinas e praças onde as virtudes, os defeitos e as incapacidades dos nomes citados passam a fazer parte do cotidiano dos grupos interessados e até mesmo dos desocupados, prontos para encontrar brechas que lhes propiciem conquistar algum

membros da arena 1.

privilégio. À medida que as eleições se aproximam, aparecem os apostadores e os simpatizantes desse ou daquele candidato, que se encarregam de pôr o nome nas ruas e na denominada “esquina dos aflitos”³⁶.

Para estimular as especulações *O Jornal de Caratinga*, com o título “Candidato Ideal” coloca lenha na fogueira, demonstrando, de forma jocosa, o grau de dificuldade para se encontrar um nome com o perfil ideal para comandar o município.

Em resposta a indagação do JC a propósito da publicação, semana passada, das opções da ARENA 1 e ARENA 2 para a sucessão do Prefeito Moacyr de Mattos, o nosso leitor e antigo colaborador José Semião, aponta o candidato ideal, adiantando que este deverá ter, entre outras virtudes, *o tamanho* do Dr. Anselmo Bonifácio, *o diploma* do Dr. Odon Fernandes Loures, *o prestígio* político do Antônio Machado da Cunha e do Vereador João da Costa Mafra, *a coragem* do Vereador Sebastião Miranda de Rezende, *a boa conversa* do Dr. José de Paula Maciel, *a vivacidade* do Vereador Antônio Medeiros, *a disposição* do Aldo Fernandes, *a cabeça fria* do Milton Chagas, *a pinta* do Dr. José Moisés Nacif Júnior, *o charme* do Dr. Mauro Sérgio Schetino, *os impulsos* do Dr. Grimaldo Barros de Paula, *o presidencialismo* do Antônio de Araújo Côrtes e *a fidelidade narcelista* da Vereadora Ana Felícia Proveti. Quem reunir estes predicados, para ele, será o candidato ideal (*O Jornal de Caratinga*, 26/10/1975, p.1).

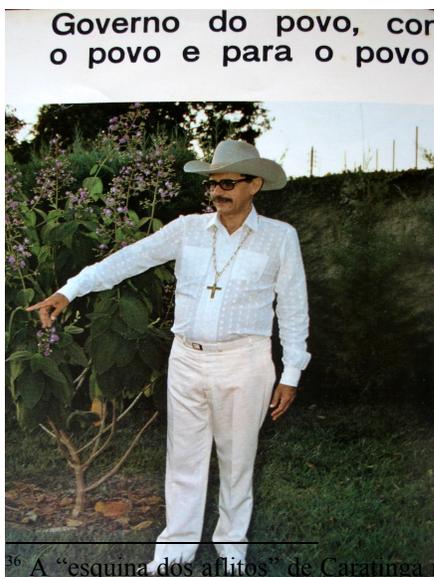


Foto 7: Dr. Anselmo Bonifácio (Dr. Fabinho). Eleito prefeito em 1983, pelo PMDB. Figura mítica. Revolucionou o sistema político local e modernizou a administração municipal.

³⁶ A “esquina dos aflitos” de Caratinga não é bem uma esquina em ângulo como as esquinas tradicionais e sim uma área com um prédio de três pavimentos, em forma de arco, ligando a Rua Miguel de Castro com a “rua dos Viajantes”, hoje rua Dr. José de Paula Maciel. Nos dois andares superiores funciona o modesto Hotel Dom Pedro II e no térreo alguns estabelecimentos comerciais. Por mais de uma década funcionou em uma dessas lojas o “Bar Lusitano”, onde entre um e outro cafezinho ou uma partida de “sinuca” falava-se (e ainda se fala) de negócios, os cambistas vendiam os seus bilhetes de loteria, os corretores de imóveis ficavam na expectativa de um novo cliente e onde corriam soltas (e ainda correm) as especulações políticas. Havia ainda o reforço do “Café Iris” e do restaurante popular, conhecido como “Mexidinho do Jorginho”, local que atraía muita gente para bate-papos e discussões sobre futebol e política. A área ficou sendo chamada pela população com esse nome porque segundo se afirma era, e ainda é, o local preferido daquelas pessoas com apuros financeiros, que circulam por ali, na expectativa de “costurar” um bom negócio, quer vendendo ou comprando coisas.

Parece que essa nota mexeu com algumas pessoas, tanto assim que o jornal semanário publicou a seguinte manchete: “Flávio Anselmo pede aos grupos: Vamos com Fabinho para Prefeito”. Em seguida, passa a justificar o seu posicionamento que, de alguma maneira, deixa antever a existência de dificuldades para que alguém venha quebrar a tradição e o continuísmo.

Eu aceitaria trabalhar em qualquer frente pela candidatura do Sr. Anselmo Bonifácio, o Dr. Fabinho³⁷, porque o considero como o único homem realmente em condições de assumir, atualmente, a Prefeitura de Caratinga. Mas infelizmente sei que isso será impossível porque os donos da política de Caratinga jamais permitiriam que uma idéia nova, arejada, viesse assumir uma verdadeira liderança nesta cidade. A utópica idéia de se ter o Dr. Fabinho na prefeitura é apenas mais um sonho de quem deseja apenas o bem de Caratinga. “E o povo de Caratinga quer renovação e uma verdadeira opção que seja de um lado Dr. Fabinho, do outro o Antônio Medeiros, ou seja do outro o Dr. Arthur, ou seja lá quem for. Mas que se dê chance aos outros. Eu neste caso, já até teria minha opção de que o Dr. Fabinho fosse o candidato da ARENA em uma de suas sublegendas, contaria com o meu trabalho. As demais opções seriam escolhidas por quem quisesse. (*O Jornal de Caratinga*, 25/11/1975, p.4).

O ano de 1976 chega ao fim e o jornalista Humberto Luiz Salustiano Costa, fecha o ano com um editorial no qual demonstra elevado grau de conhecimento sobre a política municipal, adquirido no dia-a-dia do seu trabalho de jornalista atento ao que ocorria em Caratinga. Por falta de outro órgão de imprensa na cidade, viu o seu jornal, em muitas ocasiões, fazendo a vez de porta-voz dos titulares do poder político local, com os quais sempre manteve uma relação de proximidade, mas não de subserviência. No editorial citado faz uma síntese reveladora da maneira como a política caratinguense funcionava naquele período em que a força dos velhos partidos insistia em não permitir a renovação dos costumes políticos, principalmente “no interior (onde) eleição é jogo de grupos no qual a nossa participação (do povo-grifo nosso) não vai além do voto dirigido se não quisermos seguir aqueles que votam em branco ou simplesmente anulam o seu voto”. No editorial denuncia a tentativa de se impor nomes de candidatos, feita pelos

³⁷ O Dr. Fabinho - Dr. Anselmo Bonifácio - Foi engenheiro-chefe do escritório local do ex-IBC (Instituto Brasileiro do Café) onde exerceu excelente trabalho de renovação das lavouras de café da região, atacadas por uma doença que destruía o cafezal, a “ferrugem” (*Hemileia Vastatrix*). Pertencia ao grupo do ex-PSD local. Embora tenha sido citado como um bom candidato a Prefeito, somente em 1983, ou seja, oito anos após é que esse fato veio a se concretizar. Durante o seu mandato (1983 a 1989) reestruturou os serviços municipais e criou Secretarias, como forma de descentralizar os serviços administrativos. Inovou, ao criar os “líderes comunitários” nos Bairros e Distritos, função antes exercida pelos Vereadores. Polêmico e imprevisível, converteu-se numa figura folclórica. Durante a campanha eleitoral seus adversários o apelidaram de “Zeca Diabo”, numa alusão a um personagem da novela “Roque Santeiro” exibida na época pela Rede Globo de Televisão. Da mesma forma que o personagem, passou a usar um chapéu do tipo “cow-boys” americanos. No peito, sobre a camisa, exibia um cordão de ouro com um crucifixo. Diziam que vestia terno preto nos dias em que estava de mau-humor e roupa branca nos outros dias. Procurava manter sempre uma boa imagem junto ao eleitorado mais simples.

partidos, os quais atuam de maneira a estabelecer conchavos políticos, pouco importando com as postulações feitas pela sociedade, pelo povo.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, o editorial mencionado:

Já podemos antever um 1976 de grande movimentação em toda parte, em se tratando de um ano político, de eleição para a renovação do quadro dirigente municipal. Tempo de eleger Prefeitos e Vereadores. E quando os políticos se movimentam, a sua movimentação a todos atinge porque sendo competição, os pleitos eleitorais sempre despertaram muitos interesses, notadamente, aqui entre nós onde o partidarismo virou religião desde que há PSD e UDN na face da terra. E quem foi que disse que a ARENA conseguiu uni-los? São rivais do tempo dos “caranguejos” e “bacuraus”, dos “goderos” e “corta-güelas”, dos “jacarés” e dos “elefantes”. Só mudam os bichos, porque a rixa é sempre a mesma. O que vai acontecer em 1976 com relação a sucessão municipal? Muito se pergunta a esse respeito. Uns dão como líquida e certa a reconquista do poder pelo ex-PSD, acontecendo, por conseguinte, a derrota da ex-UDN, atual detentora do Poder Executivo. Mas há também aqueles que não admitem essa hipótese, porque tendo a máquina que presta favores que é a Prefeitura, os ex-udenistas, só aí, levam uma vantagem muito grande tornando as coisas muito mais fáceis para os seus candidatos? Também isso se pergunta, naturalmente, pelo simples prazer de perguntar porque no interior, ainda, predomina o voto partidário, pelo menos no grosso do eleitorado que representa uma maioria até certo ponto significativa. Os mais velhos esposam o ponto de vista de que se vota no partido e não no homem que o partido indica. Este nada mais é do que um simples instrumento nas mãos daqueles que são os estrategistas eleitorais. Não importa que seja feio ou bonito, simpático ou antipático, dinâmico ou não. A partir do instante de sua escolha, a paixão política se encarrega de adorná-lo de todas as virtudes possíveis, fazendo-o aquela criatura digna da preferência do seu eleitorado. Ao contrário do que ocorre nos grandes centros onde não existe o paternalismo político, onde ninguém é líder de ninguém, no interior, eleição é jogo de grupos no qual a nossa participação não vai além do voto dirigido se não quisermos seguir aqueles que votam em branco ou simplesmente anulam o seu voto. Normalmente os partidos, através das cúpulas, impõem os candidatos, deixando-nos uma margem muito pequena do ponto de vista de opção já que os seus compromissos são mais em termos de conchavo do que de povo, propriamente. E porque haveríamos de censurá-los quando nós mesmos nada fazemos no sentido de qualquer movimento que representasse reação a esse tipo de coisa? Eles estão certos. Nós é que estamos errados, aceitando a regra do jogo, o estilo de competir. A chegada de um novo ano, de um ano político, necessariamente, nos leva a esse tipo de reflexão que fazemos com renovadas esperanças de que os nossos dirigentes políticos façam a melhor indicação, para Prefeito e Vereadores, dentre aqueles que estão mais sintonizados com os nossos legítimos anseios de crescer e prosperar. (*O Jornal de Caratinga*, 28/12/1975, p.1).

O tempo ia passando e ninguém se aventurava em expor nomes para participar da disputa eleitoral, até que em meados de abril alguns rumores começaram a surgir na cidade, depois da distribuição de boletins especulando sobre pessoas que poderiam aparecer como candidatos a Prefeito nas eleições daquele ano. Foi levantada a hipótese de que o primeiro desses boletins apontando nomes de possíveis candidatos da ARENA 1 teriam sido lançados pelos adeptos da ARENA 2. Dias depois, um outro boletim apareceu, presumidamente produzido e distribuído pelo grupo da ARENA 1, indicando nomes de prováveis candidatos da ARENA 2. A finalidade

dos tais boletins talvez fosse a de provocar o adversário; de forçar o opositor a “sair da moita”, revelando logo os nomes escolhidos como candidatos em cada partido. Porém, nada de novo aconteceu. Nenhum dos dois partidos se deixou seduzir pela provocação. Ao final, continuou tudo do mesmo jeito. Em 7 de agosto de 1976, porém, o MDB volta a movimentar o quadro político ao realizar a sua Convenção nas dependências do Caratinga Tênis Clube para a escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, despertando a curiosidade do povo da cidade, por ser aquela a primeira vez que o partido lançava seus candidatos numa disputa pelo poder, em Caratinga. Prestigiando o evento, participaram da Convenção o prefeito da cidade de Contagem, Newton Cardoso, o Deputado Federal Fábio Fonseca, o Deputado Estadual Genésio Bernardino, o Presidente do Diretório Municipal, Ernani Vilella, além de políticos do MDB de algumas cidades da região. Saíram indicados os seguintes candidatos: para Prefeito, Dr. Arthur Bernardes Martins de Paiva, advogado militante na Comarca de Caratinga; para vice-prefeito, Jaider Soares Moreira, técnico em contabilidade. Antes do encerramento da Convenção, o nome do Deputado Newton Cardoso foi apresentado como um dos possíveis candidatos do MDB a governador de Minas Gerais nas próximas eleições, o que não ocorreu. Tal desejo somente veio a se concretizar com a sua eleição, onze anos depois, em 1987, já em outro partido (*O Jornal de Caratinga*, 14/08/1976, p.1).

Caratinga naquele ano se destacava em Minas Gerais, em relação ao número de eleitores que possuía; e se vangloriava com isso. Politicamente exercia a sua influência, mas isto pouco ou quase nada lhe proporcionava benefícios em forma de investimentos, na mesma proporção e capazes de promover a melhoria do padrão de vida social e econômico da sua população. O município, conforme noticiou a imprensa local e segundo informações da Subsecretaria de Cadastramento do Eleitorado do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, contava com 45.238 eleitores. Era o 6º colégio eleitoral do interior do Estado, dentre os 722 municípios mineiros, sendo superado apenas, em número de eleitores, por Juiz de Fora com 126.283, Uberlândia com 80.623, Governador Valadares com 78.431, Contagem com 62.929, Montes Claros com 50.372. Logo abaixo vinha Ipatinga com 43.494 eleitores, Divinópolis com 40.126, Teófilo Otoni com 39.957, Sete Lagoas com 36.325, Patos de Minas com 34.290, Ituiutaba com 33.740, Araguari com 33.702, Barbacena com 33.086 e São João Del Rey com 30.293. Minas Gerais naquele ano possuía aproximadamente 5 227 245 eleitores (*O Jornal de Caratinga*, 13/11/1976, p.1).

Cada partido procurava enaltecer as virtudes do seu candidato através dos comícios e nas esquinas. Em 15 de novembro as eleições transcorreram sem maiores incidentes. Os eleitores das duas facções, ARENA 1 e ARENA 2, cada um a seu tempo prediziam vitória. O candidato da situação, Dr. Grimaldo Barros de Paula, tinha o apoio do Prefeito Moacyr de Mattos, que até então vinha desempenhando suas funções com eficiência e trazia como pontos positivos do seu governo o prolongamento da avenida São José, que passou a ligar o centro da cidade ao Bairro Limoeiro e ao prédio recém construído da Rodoviária “Carlos Alberto de Mattos”, também conhecido como “Rodoviária Nova”, também construído por ele. Havia ainda a criação do Distrito de Ipaba, a melhoria das estradas, em função da aquisição de novos tratores, a melhoria das escolas, a modernização dos serviços públicos municipais e a elaboração de um “plano diretor” para a cidade. Além disso, a cidade era agradecida ao Prefeito que soube, nos primeiros dias do seu mandato, enfrentar a destruição, causada pelas enchentes do Rio Caratinga, responsáveis pelos enormes prejuízos impostos à população atingida e ao comércio local.

ARENA 1 reassume o controle da política municipal

Respalado por um bom governo, realizado por seu antecessor, o vice-prefeito, Dr. Grimaldo aparecia como um candidato natural à sucessão municipal. E naquele momento era imprescindível para a ARENA 2 manter-se no poder, conquistado depois de três tentativas. Além de significar uma honra era uma forma do partido demonstrar prestígio e autoridade. Nem todos, porém, acreditavam na vitória, mas, no geral, a população da cidade via alguma possibilidade dele vencer o pleito. Afinal, a disputa eleitoral estaria sendo travada entre ele, candidato da ARENA 2, homem “preparado”, médico residente na cidade e o candidato da ARENA 1, Sr. João da Costa Mafra (conhecido pela alcunha de João do Tino), fazendeiro, de hábitos modestos, residente no Distrito de Imbé. Ao primeiro, embora fosse um médico conceituado e com bons serviços prestados ao setor médico-hospitalar da cidade, além de possuir um grande número de clientes e amigos, lhe faltava experiência administrativa, pois jamais havia assumido qualquer função pública ou cargo político; quanto ao segundo, era vereador no terceiro mandato, inclusive com passagem pela presidência da Câmara de Vereadores. Seus adversários procuravam, por todos os meios, denegrir a sua imagem, acusando-o de ser um homem rude e semi-analfabeto, mais afeito às coisas do campo e menos às da cidade e que por isso era um candidato despreparado para assumir o cargo de prefeito. Num dos comícios da ARENA 2 o candidato a vereador Sebastião Nunes Rodrigues, conhecido pela alcunha de “Farolete”, referindo-se ao

adversário e com o intuito de diminuir o seu prestígio junto aos eleitores afirmou que se tratava de um “pé-de-chinelo”. O fato repercutiu. Os adeptos do candidato, fazendo jogo de cena, mostraram-se logo ofendidos e passaram a divulgar para os quatro cantos município que a ARENA 2 havia chamado o povo de pobre e de analfabeto e que o seu candidato havia dito que não precisava do voto de três “pês”: pobre, preto e puta. Rapidamente aquelas versões tomaram as ruas e um novo símbolo foi incorporado à campanha: uma sandália. A esse fato se somou um outro, também com a finalidade de ridicularizar o candidato da ARENA 1. Dizia-se que, durante um dos comícios “João do Tino” havia recebido flores de uma jovem e ao agradecê-la, teria dito: obrigado por esse “*mói-de-fror*”. Seus adversários cuidaram logo da divulgação do episódio e o apelidaram de “*João-do-Mói*”. Tal fato, entretanto, em vez de diminuir o prestígio do candidato acabou por reforçar o seu nome junto aos eleitores, pois os adeptos da ARENA 1 ao responderem a “ofensa” passaram a divulgar que a ARENA 2 era partido de ricos e que, se ganhasse, não iria ajudar a população pobre.



Foto 8 - Campanha eleitoral vitoriosa do candidato a prefeito João da Costa Mafra, “João do Tino”, em 1976. (Arquivo da família)

Os boateiros, por sua vez, se encarregaram de espalhar tais comentários e de colocar dúvidas na cabeça dos eleitores. Ao mesmo tempo, procuravam jogar um candidato contra o outro. Prevalencia a velha rixa de udenistas versus pessedistas ao mesmo tempo em que, pelas ruas da cidade, sucediam carreatas e foguetórios. Cada partido tentava superar o adversário enquanto exibia o seu mascote: a ARENA1 o elefante, feito em tamanho natural e a ARENA 2 o jacaré, igualmente estruturado em ferro, revestido de tecido, ambos conduzidos sobre um reboque puxado por outro veículo (ver foto na p. 85). Essas alegorias, quase sempre, marcavam presença nas passeatas, carreatas e

durante os comícios. Neles era onde ocorriam os mais acalorados ataques verbais. Era comum combater as propostas do adversário e criar “*frases de efeito*”, com cantos e “*grito de guerra*” dos candidatos. A campanha eleitoral e os comícios, como quer Remond (2003) “é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião” (REMOND, 2003, p.49).

Apesar de todo o prestígio do Prefeito Moacyr de Mattos, conquistado durante o seu período de governo, não lhe foi possível reverter a situação desfavorável do seu candidato. As eleições foram realizadas e o candidato da ARENA 1, João da Costa Mafra, sagrou-se vencedor, como já se antevia. Venceu na cidade com apenas 462 votos de frente e perdeu nos distritos por uma larga margem de 4 448 votos (Ver tabela 6).

TABELA 6 - Resultado das eleições para prefeito de Caratinga – 1976

CANDIDATO	PARTIDO	CIDADE	DISTRITOS	TOTAL	BRANCOS E NULOS
João da Costa Mafra	ARENA 1	7 591	12 339	19 930	1 394
Grimaldo Barros de Paula	ARENA 2	7 185	7 891	15 076	-
Arthur Bernardes Martins de Paiva	MDB	163	219	382	-

Fonte: Cartório Eleitoral de Caratinga, publicado no *O Jornal de Caratinga*, 20.11.1976.

Logo após a publicação dos resultados oficiais das eleições e evidenciada a derrota do candidato da ARENA 2, esta lançou dúvidas sobre a legitimidade dos resultados e se pôs em movimento no sentido de impugnar as eleições, alegando irregularidades praticadas pelas juntas apuradoras. Com base no art. 35 e seus parágrafos, da Resolução 10.043, de 16/6/76, do Supremo Tribunal Eleitoral, o Delegado do Partido Dr. Mauro Sérgio Schettino, reclama de “irregularidades na lavratura da Ata Geral, obrigatória após o encerramento dos trabalhos apuratórios”. Ao mesmo tempo a ARENA2 pede uma devassa no Cartório Eleitoral. Alega, em sua defesa, que “teriam sido inscritos eleitores analfabetos; que muitos teriam votado mais de uma vez e que até defuntos votaram”. Através de seu representante, Dr. José Boy de Vasconcelos, a ARENA 1 retruca, afirmando ser o recurso da ARENA 2 improcedente. Diz ainda que a ARENA 2 a acusa, dizendo ter ela fraudado o pleito. E revida:

Se fraude foi cometida, esta foi praticada pelos elementos da ARENA 2 que, conspurcado o Edifício da Prefeitura Municipal, numa de suas repartições, adulteraram documentos, falsificando-os material e ideologicamente, conforme processo que se encontra em trâmites perante a justiça eleitoral.

E mais adiante aponta outras irregularidades, talvez, com a finalidade de inibir a continuidade das pretensões da ARENA 2, em relação ao pedido de devassa no Cartório Eleitoral.

Aproveitando-se da situação criada pela ARENA 2 o MDB usa do mesmo expediente, ou seja, pede também que haja uma devassa no Cartório Eleitoral. Tais pedidos, entretanto, foram rejeitados pela Promotoria Pública. (*O Jornal de Caratinga*, 25.12.1976). O assunto, porém, não parou por aí. Em 11 de março de 1978 a imprensa local estampa em sua primeira página o seguinte título: “Ex-UDN quer provar que houve fraude eleitoral em Caratinga”. Segundo foi divulgado, o Deputado Estadual Narcélio Mendes telefonou ao vice-presidente do Diretório da ARENA em Caratinga, Dr. José Moisés Nacif Júnior, informando a ele que uma comissão foi designada pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para vir a Caratinga “apurar as denúncias de fraude eleitoral feitas pela ex-UDN com base nas eleições do ano passado”. Por causa disso, o Dr. José Moisés declarou que “seu partido quer, antes de tudo, ver justiça, e para tanto, ele e seus companheiros estão reunindo todo tipo de prova que justifique as denúncias”. A tal comissão anunciada jamais chegou a Caratinga. Para justificar o atraso, o Deputado Narcélio Mendes informou que o atraso se deveu, unicamente, à falta de tempo. “Entretanto, continuou conclamando os correligionários da ARENA 2 para “que não se deixem abater e nem se levar pelos cantos das sereias”, mas antes, que se unam...”

Conhecidos os resultados do pleito eleitoral as atenções agora passaram a se concentrar no dia 31 de janeiro de 1977, dia da posse dos candidatos da ARENA 1, eleitos para comandar os destinos da cidade. A ARENA 1 conseguiu amealhar 56,93% dos votos para prefeito e 60% para vereadores, ou seja dos 15 assentos na Câmara, a ARENA 1 ficou com 9 deles. Quanto ao MDB, teve uma participação pífia, obtendo apenas 382 votos para o seu candidato a prefeito e 760 votos para os candidatos a vereador. O candidato a vereador mais votado do Partido foi o presidente do diretório municipal, Sr. Ernani Vilela, que recebeu apenas 282 votos.

Esses resultados nos levam a admitir que as eleições de 1976 indicaram o desinteresse e até mesmo certo temor dos eleitores em votar nos candidatos do MDB, visto como um partido contrário aos

programas do “governo militar”. Além disso, ficou mais clara a influência e o poder da ARENA no município de Caratinga para arregimentar eleitores, revelando o poderio das antigas agremiações partidárias, PSD e UDN, que, passados mais de dez anos de sua extinção, continuaram exercendo forte poder sobre os eleitores, e se comportavam como se nada de novo tivesse acontecido. Isso demonstra que os atores políticos permaneciam os mesmos. Outro dado importante foi a expressiva vitória dos arenistas sobre os emedebistas, não restrita a Caratinga, pois esta teve repercussão fora do Município, chegando a ser notícia até na imprensa carioca: “Caratinga, maior vitória da ARENA”³⁸. E por fim, é possível notar a capacidade de acomodação dos atores políticos, quando entra em jogo o ganho ou a perda de poder e de influência. A adoção da sublegenda em Caratinga não passou de um subterfúgio utilizado, apenas, para abrigar adversários políticos dentro da sigla governista, isso porque os políticos caratinguenses preferiram não se expor, assumindo posição contrária ao governo militar.

A propósito da sublegenda, a imprensa local em seu editorial, assim se expressa:

[...] não vemos por onde encontrar uma solução conciliatória, capaz de evitar a sublegenda que para nós sempre constituiu a mais gritante das farsas. Agora, a separação de inimigos partidários, até então camuflados na mesma legenda, se nos apresenta claramente inevitável, mesmo levando-se em conta a vocação governista que sempre foi apanágio dos nossos políticos.[...] Muitos políticos do MDB já começam a rondar a nossa paróquia, prevalecendo-se da situação reinante nas hostes da ARENA 2, onde os mais radicais não escondem o desencanto pela passividade dos seus deputados, principalmente. (*O Jornal de Caratinga*, 20/11/1977, p.1).

Enquanto os membros da ARENA 1 comemoravam a vitória, a ARENA 2 amargava a derrota sofrida por seus candidatos.

Após a derrota muitas especulações surgiram na ARENA 2, deixando à mostra os motivos do descontentamento. Falou-se, inclusive, que o grupo, ou parte dele, estaria se bandeando para as fileiras do MDB, uma vez que continuar na ARENA seria difícil, notadamente porque o partido em Caratinga estava dividido ao compor as sublegendas ARENA 1 e ARENA 2. E esta composição gerava uma convivência incômoda, porque a ARENA 1, formada por ex-pessedistas e sendo majoritária, não abria mão dos cargos mais importantes no Diretório Municipal, que guardava para si, deixando à ARENA 2, formada por ex-udenistas, com os de menor expressão. A velha rixa permanecia, mesmo passado o tempo..

³⁸ O corpo da nota destacava: “*O Município de Caratinga*” – um dos mais importantes do Vale do Rio Doce – ofereceu à ARENA, segundo seu presidente regional Carlos Eloy, talvez a mais vibrante vitória do partido em todo o país: seus dois candidatos tiveram 35.006 votos, contra, apenas, 382 dados ao concorrente do MDB...” (*O Globo*, 23.11.1976, p.17).

No mês de junho de 1977 o ex-candidato a vice-prefeito pela ARENA 2, Dr. José Moisés Nacif Júnior, através da Rádio Sociedade Caratinga, com o intuito de pôr fim na boataria esclarece que não tem fundamento a informação de que membros da ARENA 2 estejam se transferindo para o MDB. Categoricamente, afirmou: “nós da ARENA 2 estamos unidos e prontos para em breve começarmos a luta de oposição”³⁹.

Também do lado da ARENA 1 falava-se em descontentamento de alguns vereadores que davam sustentação ao novo prefeito, tendo à frente o Vereador Lúcio Antonio Tomé, seguido pelos vereadores Milton Damasceno e João Matheus do Nascimento. Como causa, estes reclamavam da postura do Prefeito, alegando não estar acontecendo diálogo entre os dois poderes. Apesar dessa situação incômoda, os componentes da ala mais moderada da ARENA 1 procuravam apaziguar os companheiros exaltados, lembrando a eles a proximidade das eleições parlamentares do ano de 1978, quando o partido precisa se mostrar bem unido, inclusive para garantir apoio à candidatura do Deputado Dênio Moreira, à Câmara Federal. No final, após muita conversa a questão ficou resolvida.

A inexistência de notícias no primeiro ano do governo da ARENA 1 indicando estar tudo dentro da normalidade só foi quebrada quando uma notícia de aniversário se transformou em assunto político, registrado tanto pelo *Jornal do Brasil* como pelo “O Globo”, ambos do Rio de Janeiro. Eles informaram aos seus leitores que o Senador Magalhães Pinto (ARENA, ex-UDN) viria a Caratinga, a convite do cartunista Ziraldo Alves Pinto (ex-PSD), para participar da festa de aniversário de seu pai, Sr. Geraldo Alves Pinto, de quem era amigo. O Senador, na realidade, estaria aproveitando a oportunidade para colocar o seu nome na região e num município com um número representativo de eleitores já que, em campanha discreta, estaria lutando para ver seu nome indicado para ocupar a Presidência da República, fato bastante divulgado pela imprensa nacional. Uma pretensão indiscutivelmente ousada para a época. Afinal, a ditadura militar não se mostrava nem um pouco propensa a entregar o governo a um civil, mesmo sendo Magalhães Pinto o governador mineiro que em 1964 “marchou” ao lado dos militares, tornando Minas um estado aliado do movimento golpista. A ex-UDN de Caratinga, tinha em conta o que o nome Magalhães Pinto representava para ela, ou seja, um político que prestigiou os seus companheiros e correligionários de Caratinga, no tempo em que ele governou o Estado de Minas. Na recepção que lhe foi oferecida na residência do “Comendador” José Nacif falou-se muito de política e de

³⁹ Depoimento concedido a José Ailton de Matos por José Moisés Nacif Júnior em 21/08/2006.

promessa de adesões às pretensões do Senador. Mais tarde, durante um churrasco que lhe foi oferecido, também compareceu para cumprimentar o visitante o Prefeito *João do Tino*, membro da ARENA, mas integrante da sublegenda ARENA 1, fato que contrariou muitos dos seus companheiros. Tratava-se de um gesto de cortesia do Prefeito, que inclusive poderia gerar alguns dividendos no futuro.

Ao retornar de sua viagem a Caratinga, Magalhães Pinto levou consigo a esperança de que poderia contar com o apoio dos seus antigos companheiros. As eleições marcadas para o dia 15 de novembro de 1978 chegaram, porém, suas pretensões de chegar à Presidência da República não se concretizaram. Teve que se contentar com a eleição para Deputado Federal. Caratinga, porém, não ofereceu a ele os votos que certamente estaria esperando. Figurou como terceiro colocado no Município, recebendo apenas 1 023 votos, provavelmente originados dos eleitores da “velha guarda”. Se analisarmos friamente o fato, foi até uma boa votação, considerando-se que a ARENA 2 já havia anteriormente firmado compromisso com outros candidatos, como, por exemplo, com o candidato Hélio Garcia (2 918 votos), que havia feito parceria com o Deputado Estadual Narcélio Mendes, candidato à reeleição; e também com o Deputado Federal Altair Chagas, (2 731 votos), tradicionalmente apoiado pelo grupo udenista de Caratinga.

Caratinga, como se pode notar, esteve permanentemente dividida entre duas agremiações partidárias. A luta pela ocupação do poder assim determinava, não importando tanto quem estaria disputando as eleições. Valia a vinculação a uma das agremiações existentes. Foi assim desde os “bacurais” e “caranguejos” e até depois da extinção do PSD e da UDN. Diferente do que se viu acontecer com as siglas impostas pelo governo militar ascendido ao poder em 1964. Na verdade, ARENA e MDB jamais se constituíram em autênticos partidos políticos em Caratinga, durante o governo dos militares. Havia um faz-de-conta. Apareciam, porém no fundo eram apenas siglas institucionais. Não foram mais que duas siglas criadas para justificar perante o povo a estrutura e a legitimidade do “governo revolucionário”, que entre 1965 e 1979, no dizer de Rident(1992) serviram para “desmantelar as organizações sindicais e políticas combativas. De acordo com alguns autores, não somos um país historicamente detentor de uma sólida estrutura partidária. É da nossa tradição a descontinuidade das agremiações partidárias (DINIZ, 1989, p. 327).

No decorrer de quase quarenta anos não foram muitas as pessoas que se dedicaram à construção do edifício político de Caratinga. Praticamente não houve renovação de nomes e sim uma acomodação às novas normas e siglas políticas. O Senador José Augusto Ferreira Filho foi o que mais tempo permaneceu à frente e na liderança política de Caratinga. Foi Prefeito nomeado

em 1941. A partir de 1947 segue eleito, com a força do voto dos caratinguenses, para assumir os mandatos de Deputado Estadual; Deputado Federal, Suplente de Senador e Senador. Após ele, o nome que mais tempo permaneceu na política de Caratinga foi Dênio Moreira de Carvalho, afilhado político de José Augusto. Durante cinco mandatos ele representou Caratinga na Assembléia Legislativa Mineira, compondo o grupo da ARENA 1 (ex-PSD). Narcélio Mendes (ARENA 2) foi outro Deputado Estadual, também representante de Caratinga, durante três mandatos. Era procedente do Município de Rio Pomba (MG) e sobrinho do ex-Deputado Federal, pela UDN, Dr. Dinar Mendes, a quem sucedeu, politicamente. Foi Juiz de Direito, carreira que abandonou para assumir o cargo eletivo de Deputado Estadual. Dedicou-se, atualmente, à cafeicultura em Caratinga, sendo um dos dirigentes da Coopercafé (Cooperativa dos Produtores de Café de Caratinga).

Outro nome que deixou marcas na política de Caratinga foi Murilo Paulino Badaró, natural de Minas Novas (MG), Formou parceria com o Deputado Estadual Dênio Moreira, de quem se tornou companheiro de chapa. Ingressou no quadro de políticos defensores dos interesses de Caratinga, em 1970, como candidato a Deputado Federal por Minas Gerais e “legítimo representante da maioria arenista da região, ligado ao grupo dos ex-pessedistas. Assumiu a vaga indireta de Senador (Biônico) da República, apoiado pelo Governador nomeado, Francelino Pereira. Foi um personagem que se envolveu bastante com as coisas de Caratinga.” (O Jornal de Caratinga 05/05/1979). Num discurso que proferiu, em maio de 1979, durante homenagem prestada pela classe política do município ao Deputado Dênio Moreira, cunhou a expressão “República de Caratinga”, numa alusão à forma como a política era desempenhada no território municipal. Afirmou ele, naquela ocasião:

o destino me coloca dentro desta cidade pelas mãos de José Augusto e Dênio Moreira para ser o seu Deputado Federal (...). Talvez não se consiga encontrar no panorama dos municípios mineiros algo que se assemelha a unidade política, espiritual e cívica desta gente que, não sei tocada por que sentimento, conseguiu realizar o milagre da sua grande unidade [...]. É que aqui em Caratinga há uma disciplina que significa uma adesão nacional e consciente. Há um binômio que aqui foi projetado por um líder: ‘paz e progresso. (O Jornal de Caratinga, 05. 05.1979, p.7).

Elogiado por muito tempo, não ficou a salvo de duras críticas. Uma delas lhe foi dirigida pelo *O Jornal de Caratinga*, de 25 de outubro de 1979, que o chamou de “mestre da demagogia”, numa alusão ao que considerou uma traição praticada por ele, ou seja, Badaró teria indicado a cidade de Governador Valadares, e não Caratinga, como o município ideal para nele ser instalada a “Unidade IV” da USIMINAS. E o jornal então indaga: “afinal, quantos votos teve em

Valadares o Deputado Federal Murilo Badaró? O que teria ele lá em Valadares, mais valioso, que o duplo majoritarismo de que desfrutou aqui?”.

Se a Unidade IV da USIMINAS fosse mesmo instalada no município de Caratinga isso provocaria vultosos investimentos da empresa com energia elétrica, construção de extensa ponte sobre o rio Doce e de ramal ferroviário até o então povoado de Ipaba, local de melhor topografia no Município, capaz de receber a indústria. Desprezando-se o componente político da questão, a melhor área seria mesmo aquela sugerida pelo deputado: às margens do rio Doce, bem servida de energia elétrica, com a Ferrovia Vitória-Minas implantada, cortando as terras, e mais, os custos seriam bem menores.

Outro nome que também compunha o cenário dos candidatos votados em Caratinga foi o de Altair Chagas, Deputado Federal apoiado pelo grupo da ex-UDN. Durante três exercícios como Deputado Federal procurou sempre apoiar projetos de interesse da região, além de ter buscado uma sonhada unidade política que pudesse trazer benefícios, não só para Caratinga, mas também para a sua cidade, a vizinha Inhapim, cujo território foi desmembrado do município de Caratinga, em 1938.

Candidatos “paraquedistas” pousam em Caratinga, em busca de votos

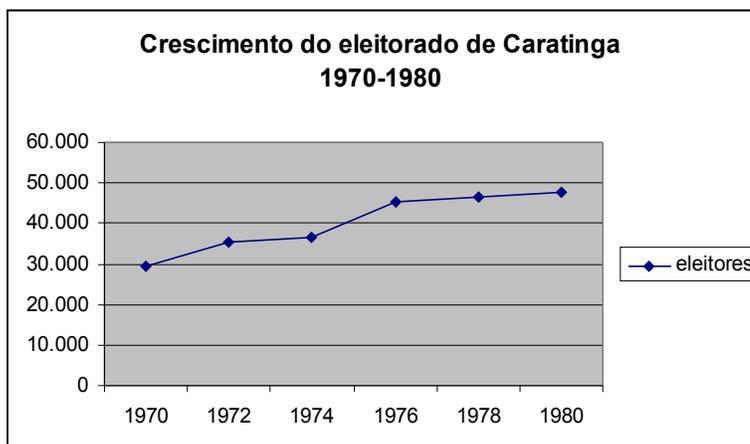
As eleições de 1978 foram as últimas, de um período marcadamente voltado para o cerceamento das liberdades partidárias, tempo em que prevaleceu o bipartidarismo, que não nasceu da vontade popular, mas surgiu apenas para atender aos interesses do grupo militar que tomou o poder. A Aliança Renovadora Nacional - ARENA, apenas serviu, durante os anos em que esteve representando os governos militares, como um molde no qual deveriam se adaptar aqueles que compactuavam com o sistema imposto. Conforme Schimitt (2000, p.47):

a concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas inesperadas da ARENA. Dividir a oposição passara a ser uma opção cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo.

Politicamente, foram dias inglórios, que mais serviram para castrar a sociedade, anestesiando-lhe a iniciativa de pensar livremente, de tomar as próprias iniciativas, de formar suas lideranças, de expurgar oportunidades, de construir os seus próprios caminhos. E assim, Caratinga se viu envolvida nesse contexto político de aparente legitimidade. “Com a Lei nº 6767

(de 20.12.1979) o bipartidarismo seria finalmente extinto, reformando vários dispositivos da Lei Orgânica do Partidos Políticos” (SCHMITT, 2000, p.47).

Segundo dados coletados no T.R.E., Caratinga possuía em 1974 um eleitorado da ordem de 36.600 eleitores. Esse número cresceu para 46.465 eleitores em 1978 e 47.719 em 1980, correspondendo a um crescimento de 21,23% no eleitorado.



Nas eleições de 1978 os candidatos da ARENA continuaram recebendo maior votação, como demonstram os dados da tabela 7.

TABELA 7 – Resultado das eleições para deputado federal, deputado estadual e senador no município de caratinga – 1974/1978.

PARTIDO	DEPUTADO FEDERAL			DEPUTADO ESTADUAL			SENADOR		
	1974	1978	CRESC.%	1974	1978	CRESC.%	1974	1978	CRESC.%
ARENA 1	11 042	12 622		11 538	13 503		13 381	14 361	
ARENA 2	9 282	6 678		8 736	5 530		---	5 119	
MDB	1 060	5 099	381,04	474	3 548	748,0	12 956	10 888	-15,96

Fonte: O Jornal de Caratinga, 25/11/1978.

Foram votados no Município em 1974, 251 candidatos. Desses, 72 em 75 candidatos a Deputado Federal receberam votos dos eleitores caratinguenses, o mesmo acontecendo com 179 dos 199 candidatos a Deputado Estadual. Nas eleições de 1978, o número de candidatos votados no Município diminuiu. Mesmo assim, foram 95 candidatos a Deputado Federal, sendo que os eleitores caratinguenses votaram em 92 deles. Quanto aos candidatos para Deputado Estadual foram 222 nomes votados, numa lista de 245 candidatos, cujos nomes, foram publicados no *O Jornal de Caratinga*, de 25/11/1978, p.3.

É possível que tais números, ou melhor, que essa pluralidade de nomes votados no município reflita o elevado grau de descrédito do eleitorado caratinguense em relação aos candidatos tradicionalmente votados no município durante algumas décadas.

Uma outra leitura também pode ser feita: ao votar em outro candidato o eleitor estaria sinalizando a sua vontade de ver mudanças em seu partido, além de demonstrar a sua insatisfação com a política que vinha, há décadas, sendo conduzida no Município. Quem votou nos candidatos do MDB ou anulou o seu voto, pode ter agido dessa forma como protesto e demonstração de descontentamento. Assim procedendo, os eleitores estariam sinalizando para os políticos tradicionais que a segurança deles não estaria tão assegurada. Dessa forma a velha maneira de fazer política começava a ser questionada. Uma hipótese a ser comprovada.

Conclusão

Neste capítulo procuramos registrar um tempo da História Política de Caratinga, correspondente ao período encaixado entre duas datas de grande significado para a História brasileira, ou seja, entre o ano de 1964, quando os militares, com o apoio de alguns setores da sociedade civil tomaram de assalto o governo, através de um movimento que já foi chamado pela imprensa local de “revolução de março de 1964”, mas que, na verdade, não passou de um “golpe militar”, em função do poder ter sido usurpado das mãos de seus legítimos representantes, eleitos pelo povo. Nesse período o país assistiu, por força de Atos Institucionais a algumas mudanças radicais na política do Estado, dentre elas a extinção do pluripartidarismo e a implantação de um sistema bipartidário que, se de um lado atendeu às expectativas de alguns setores, de outro pôs à mostra o caráter daqueles que, para não perderem posições e prestígio, aderiram ao novo sistema. O segundo momento refere-se exatamente ao fim de um período vivido pelo bipartidarismo,

quando novamente é facultado ao país retornar ao sistema pluripartidário e que em seqüência retornaria ao pluripartidarismo.

Procuramos, ainda, analisar fatos relacionados a uma história política recheada de altos e baixos nas relações interpessoais dos candidatos; da vontade de muitas pessoas de se perpetuarem no poder, fazendo desse poder um porto seguro de onde pudessem partir para aventuras maiores; de tentativas de muitos protagonistas em se verem no centro das atenções; etc.

O presente capítulo põe à mostra confrontos entre duas facções partidárias atuantes no Município de Caratinga no período de 1964 a 1980, cada qual tentando, ao seu modo, se beneficiar o quanto possível, das vantagens conseguidas a partir dos embates nas urnas.

Constatamos, no decorrer da pesquisa, que no comportamento político das pessoas, em Caratinga, prevalecia e talvez ainda prevaleça a vaidade e o interesse particular, o que levava a disputas acirradas, onde não faltavam agressões de parte a parte. Entretanto, em muitos casos a competição política ocorria com forte dose de desafio e até com um humor velado, quando pelas ruas da cidade, indo em direção aos comícios, desfilavam ora o “elefante” da ARENA 1 ora o “jacaré” da ARENA 2. Era a forma utilizada para que cada grupo pudesse mostrar a sua força ao concorrente durante as campanhas eleitorais voltadas para a escolha de um novo Prefeito.

Caratinga, no período estudado, era uma cidade de porte médio, mas influente. Esteve refém, durante mais de trinta anos, de um líder político local, nascido no período estadonovense de Vargas; com o fim do Estado Novo incorporou-se ao PSD, para finalmente terminar sua trajetória política e pessoal vinculado ao governo militar, como integrante da sublegenda ARENA 1. José Augusto Ferreira Filho soube, durante todo o tempo, comandar os destinos da política local, inclusive dando indicações de que preparava o seu afilhado político, o Deputado Estadual Dênio Moreira de Carvalho para constituir-se seu sucessor no comando da política caratinguense. O prematuro falecimento do Deputado impediu que tal acontecesse.

O governo militar sentindo o avanço da oposição põe fim ao sistema bipartidário nascido com o Ato Complementar nº 4, através da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que modificou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. E assim, entre janeiro e maio de 1980, seis novos partidos políticos foram organizados no Congresso e posteriormente registrados no TSE. A ARENA foi substituída pelo PSD (Partido Democrático Social), “o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) sucedeu o extinto MDB pela justaposição da palavra *partido* à antiga sigla, uma vez que a nova legislação eleitoral exigia que todos os novos partidos assim fossem denominados” (SCHMITT, 2000, p. 48). Essas duas siglas se tornariam em 1985, na base formadora do novo pluripartidarismo brasileiro.

Com o término da ditadura militar, em 1985, com a reintrodução do pluripartidarismo, com o desaparecimento dos seus dois maiores líderes políticos e com o ingresso de novos personagens na cena política Caratinga foi aos poucos mudando suas feições político-partidárias. Isso, porém, não tem impedido que os fantasmas do ex-PSD e da ex-UDN sejam evocados e, por vezes, sob uma capa discreta, insistam em mostrar a cara.

Capítulo. III

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB

Introdução

Preso a questões geopolíticas globais, a integração do capitalismo brasileiro de Estado, mesmo a contragosto, teve que abrir sua política de repressão, tal como faziam as matrizes capitalistas, criando como alternativa de dominação técnicas mais sofisticadas de persuasão e controle da opinião pública. Deve-se lembrar que, ao contrário das ditaduras militares do Chile, Argentina e Uruguai, que eliminaram os partidos conservadores, “o regime militar brasileiro baseou-se nesses e, além disso, teve como característica distinta específica a permissão dos generais para a realização das eleições para o congresso, para as assembleias estaduais, e para prefeitos na maior parte das cidades” (MAINWARING et. al; 2000, p. 23-24).

Com isso, o autor citado estaria afirmando que os militares pretendiam dar certo grau de legitimidade tanto para organizar bases regionais de apoio ao governo como também desviar a atenção de algumas críticas internacionais de violações de direitos humanos.

Dentre estas medidas amenizadoras, mas, não sem antes ter desmantelado as organizações sindicais e políticas combativas, realizava uma pálida reforma partidária, que como vimos anteriormente, determinavam o agrupamento dos treze partidos anteriores em apenas dois: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Reformadora Nacional (ARENA). Ridenti (1992), afirma que o primeiro era o partido do sim, da “oposição consentida e construtiva”, e o segundo partido do sim senhor, “totalmente subserviente ao governo” (RIDENTI, 1992, p. 18).

O MDB – Movimento Democrático Brasileiro

A condição principal para a criação de um partido era a de que ele tivesse o apoio de um terço dos deputados federais e de um terço dos Senadores. A estratégia do governo era clara e baseada em números: teria ele dois terços das duas casas e uma oposição simbólica para dar uma suposta legitimidade ao sistema. Como vimos, seu objetivo inicial foi alcançado, formando um grande partido de apoio ao governo (KINZO, 1988, p.15).

Para se construir este outro partido, que representasse uma oposição a um regime autoritário, as dificuldades eram enormes. Primeiro porque ser oposição em um regime de exceção poderia ter conseqüências nefastas, tais como ocorriam com as cassações, prisões, exílios etc. Segundo era a própria capacidade de se atingir os números exigidos para sua formação. Entretanto, como era necessário, na ótica do regime militar um partido de posição, mesmo que simbólico, “o próprio presidente Castelo Branco chegou a persuadir um Senador a filiar-se ao partido da oposição a fim de viabilizar a sua criação” (KINZO, 1988, p.29). Assim, em dezembro de 1965 o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) preenche os pré-requisitos para sua formação, conseguindo exatamente o 20º Senador que faltava.

Mas, “durante os primeiros dez anos de regime militar a política partidária não teve muita importância”, levando o MDB a sofrer freqüentes expurgos, não tendo condições de fazer uma verdadeira oposição. Basta lembrar que, entre 1968 e 1969 o Congresso foi fechado durante dez meses. Outra dificuldade do MDB era seu pouco acesso aos meios de comunicação de massa, sofrendo sucessivas derrotas em eleições viciadas. Este quadro levou o partido a discutir até a possibilidade da autodissolução, no início da década de 1970. Em meio a tantas dificuldades “a consolidação do MDB como organização foi um processo que começou a se desenvolver apenas nos últimos anos do bipartidarismo” (KINZO, 1988, p.55).

Entretanto, com o tempo, o jogo político, ou seja, as eleições, o Congresso e os partidos se tornaram instituições importantes para o regime militar e para a lenta e gradual transição para a democracia. Como vimos, era importante para os militares algo que referendasse o discurso legitimador do regime. Foi, aliás, segundo alguns autores, esta, “adesão parcial”, a um discurso democrático que evitou que os militares institucionalizassem um regime francamente autoritário.

Em 1974, quando o Presidente Ernesto Geisel deu início a sua “*lenta, gradual e segura*” abertura do regime, e as eleições se deram num clima de maior liberdade, o MDB sai vitorioso, conquistando 16 das 22 cadeiras do Senado. Esta realidade pode ser vista na tabela 8, página 132, quando se tem um “resultado detalhado das eleições, inclusive com a situação antes e depois de 1974. Com esta vitória, ocorreu a possibilidade de uma melhor organização do partido, pois até esta data apenas 28% dos municípios do país tinham diretórios do partido. Apenas um ano após as eleições, este número já atingia 80%” (Kinzo apud MAINWARING, 2001, p.124).

Segundo alguns autores, este avanço eleitoral do MDB foi decisivo à transição do regime militar para a democracia. Mainwaring (2001, p.124) chega a firmar que, “em nenhum

outro caso de transição recente, exceto no México, a arena eleitoral teve importância equivalente”. Isto por que a lógica que prevalecia era de que as eleições ocorressem após a deixada do poder pelos militares, sendo exatamente esta a causa das mesmas. As eleições, após 1974, passaram a ter mesmo um caráter plebiscitário, no qual as pessoas votavam a favor ou contra o governo. Pela tabela 2, página 72, vimos que, cada vez mais elas votavam contra ele.

Por outro lado, o próprio crescimento econômico do período sustentava um fato interessante. Se ele era o carro chefe das propagandas do regime militar, “o famoso milagre econômico”, ele trazia como consequência um rápido processo de urbanização e crescimento das cidades. Na arena eleitoral, os resultados eram amplamente favoráveis ao MDB, como vimos nessas cidades, ficando a ARENA circunscrita aos pequenos municípios. Isto significava que o desempenho da ARENA era pior nas regiões mais desenvolvidas do país, conforme se pode ver nos gráficos abaixo. Era uma contradição, pois o regime militar com seu desenvolvimento desigual tinha priorizado exatamente estas regiões.

Gráfico 3: Eleições para a Câmara Federal - 1978: Região Sudeste

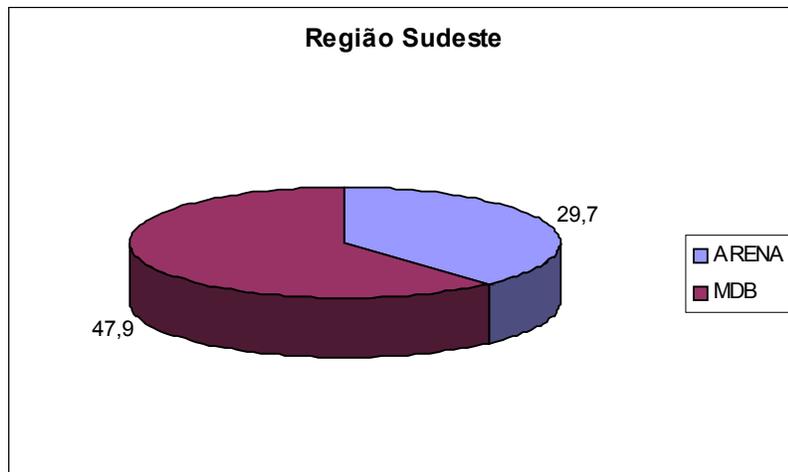
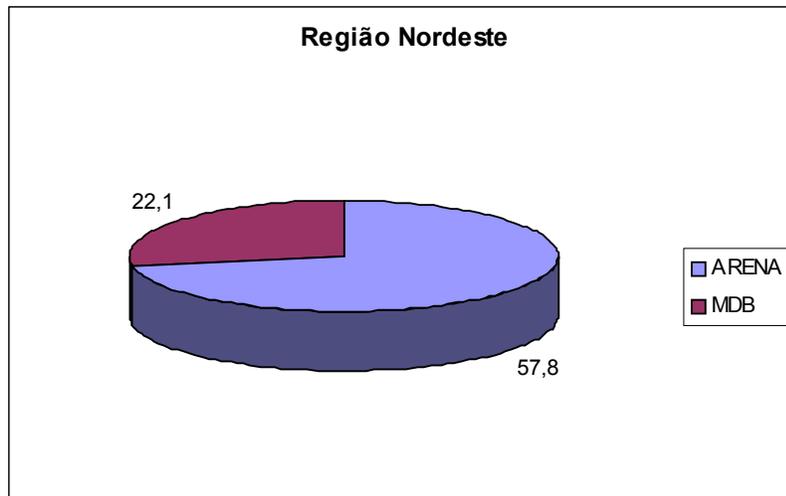


Gráfico 4: Eleições para a Câmara Federal - 1998: Região Nordeste

Fonte: (KINZO, 1978, p. 75)

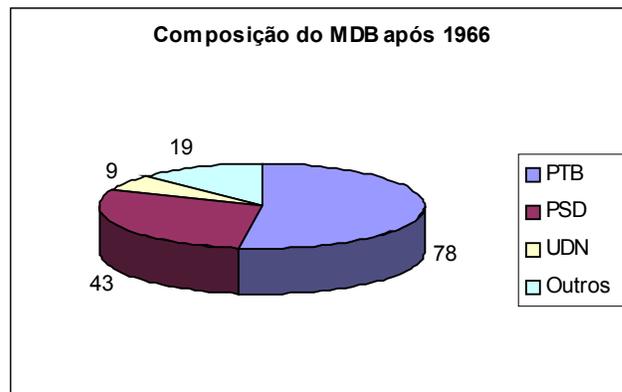
Interessante configuração dessas eleições foi, por exemplo, a vitória do MDB em bairros mais pobres de São Paulo, levando o partido a se constituir como sendo o partido dos pobres, contra o partido dos ricos, a ARENA, partido do governo. Era o chamado “voto de classe” (MAINWARING, 2001, p.125). Diante deste quadro uma série de leis extremamente casuísticas foram criadas pelo governo na tentativa de manter a hegemonia da ARENA. Estas leis seguiam a seguinte lógica: o regime militar tinha que fazer concessões eleitorais rumo à abertura política, por outro lado não poderia deixar as regras eleitorais como estavam, pois isto significaria uma nova derrota eleitoral. Uma destas medidas foi o fechamento do Congresso em abril de 1977, quando impôs várias mudanças nas regras eleitorais que supostamente favoreceriam a ARENA (MAINWARING, 2001, p.125). Uma destas leis dizia que um terço dos deputados deveria ser

eleito indiretamente. Outra medida foi a restrição aos meios de comunicação pelos partidos de oposição.

Mas a lei que mais serviu de sustentação a essa “reviravolta política” foi a de que cada estado teria no mínimo oito deputados federais, com um teto máximo de 60 para cada um desses estados. Essa mudança aumentava a sobre-representação dos estados de menor população geralmente mais pobres e que seguiam a linha do governo. São Paulo, especialmente, teve sua bancada reduzida. Estas novas medidas serviram para uma derrota ainda maior da ARENA nas eleições de 1978 (MAINWARING, 2001, p.125-126).

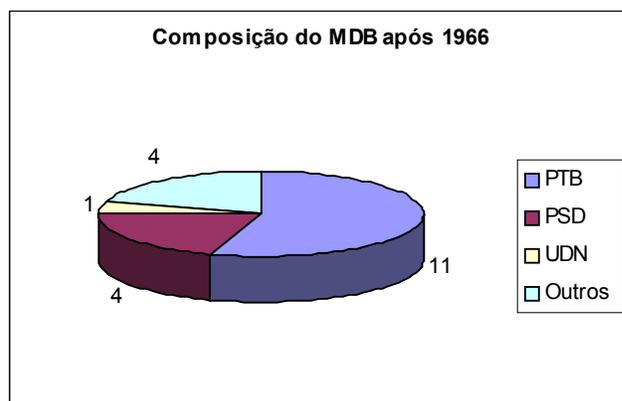
O gráfico 05, mostra como foi a composição do MDB, para a Câmara Federal após 1966, em relação à origem dos partidos de onde vieram os deputados. Este gráfico possibilita uma interessante comparação com o gráfico 01, que mostra a mesma composição, porém para a ARENA. Enquanto a maioria dos deputados que foram para a ARENA veio da UDN e do PSD, no caso do MDB a maioria vinha do PTB, partido de tradição trabalhista e de oposição. A mesma realidade era vista na composição para o Senado (gráfico 06).

Gráfico 05: Composição do MDB.



Fonte: Schmitt, 2000, p.35

Gráfico 06: Senado: Composição do MDB



Fonte: Schmitt, 2000, p. 35

O MDB e sua política

Diversos políticos e alguns autores afirmam que o MDB, em seu início, dificilmente poderia ser caracterizado como um partido de fato, com estrutura partidária hierárquica etc. Criado por parlamentares, a organização do partido se deu, evidentemente de cima pra baixo. Quando de sua criação foi montado um diretório provisório, que integrou todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação. Eles, foram os mesmos que, com a ajuda de deputados estaduais formaram os diretórios regionais em seus respectivos Estados (KINZO, 1988, p.37).

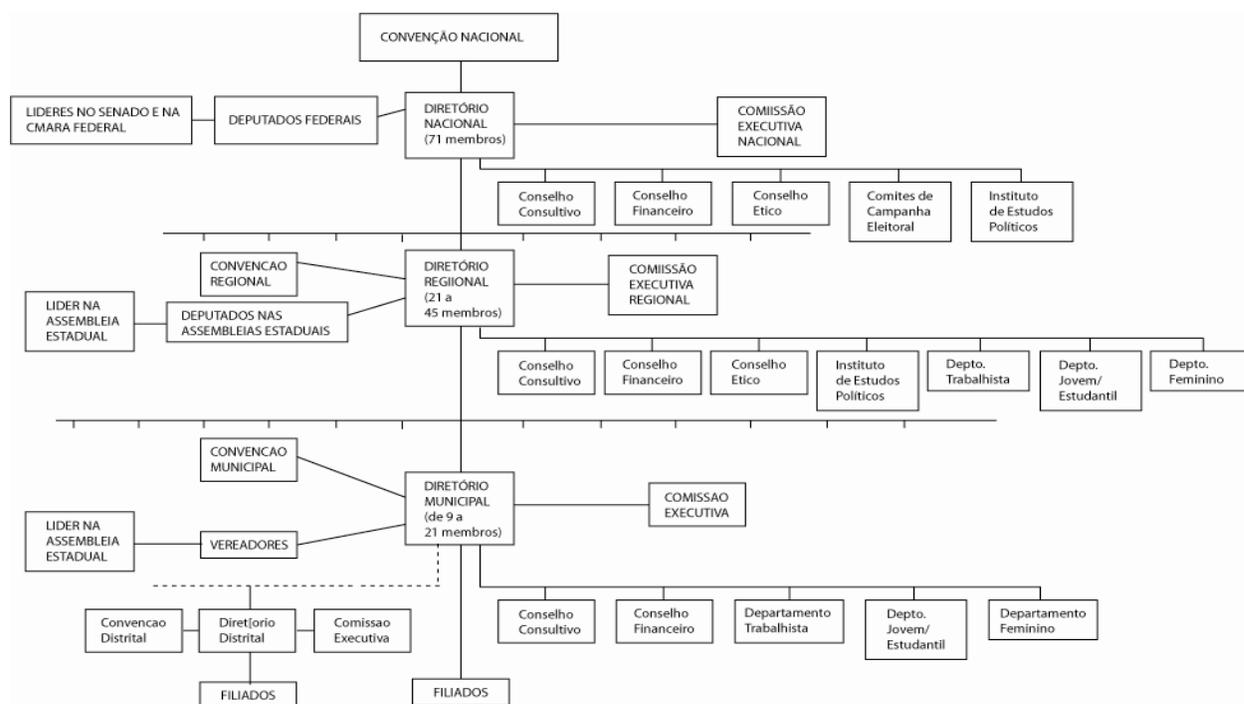
A partir do Diretório Nacional foi formada também uma “Comissão Executiva Nacional integrada por 11 membros que assumiriam as funções básicas de organização e decisão de atividades do partido” (KINZO, 1988, p.37). Nessa primeira comissão revelou-se o peso dos antigos partido que mais cederam deputados para o MDB, ou seja o PTB, (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático). Foi eleito seu primeiro presidente o Senador do antigo PTB pelo Acre, Oscar Passos. Uma medida de “desvinculação política”, anotada por alguns autores, foi o fato de que, para esta Comissão Executiva que se formava, “não havia um único representante do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB viessem destes estados” (KINZO, 1988, p.38). Isto era uma clara decisão de dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares identificados com os políticos de maior expressão do antigo PTB, a saber, João Goulart e Leonel Brizola. O organograma na página a seguir, mostra como funcionava a estrutura que se pretendia criar no novo partido.

Seu formato estrutural, indicado no organograma, considera a Convenção Nacional o mais alto órgão do partido, desempenhando um papel deliberativo em nível nacional. O mesmo acontecia coma as convenções regionais e municipais que também exerciam poder deliberativo

em seus respectivos níveis. A Convenção Nacional era composta de membros do Diretório Nacional, delegados dos estados e representantes do partido no Congresso. O objetivo era a construção de um partido com base democrática o bastante para contrastar com a política “de cima pra baixo” da ARENA.

O MDB, como único partido de oposição institucionalizado, teve vários de seus líderes cassados pelo AI-5, o que dificultava a construção de uma identidade partidária e mesmo da construção hierárquica pretendida no organograma nº 1. Além disso, havia uma enorme dificuldade para o MDB se constituir num partido realmente nacional, pois, pela legislação eleitoral vigente, para se tornar reconhecido tinha que possuir expressiva representação municipal e em metade dos estados do país. Agrava-se a isso a óbvia falta de recursos financeiros que um partido de oposição em um regime ditatorial possuía. Para resolver este problema, tentaram duas fontes de renda: a contribuição mensal dos membros do partido com mandato político (3% do salário) e a cota recebida do fundo partidário. Mas como esta cota era proporcional ao número de deputados, o MDB sempre recebia bem menos que a ARENA (KINZO, 1988, p.53).

Organograma nº 1: Estrutura Partidária do MDB



Fonte: (KINZO, 1988, p. 48)

Esta situação levou a um paradoxo interessante. Como os diretórios locais pouca ajuda recebiam do Nacional, eles acabaram desenvolvendo uma certa autonomia em relação às políticas propostas em âmbito nacional. Assim, não era incomum os diretórios locais apoiarem políticas que o Diretório Nacional condenava e vice-versa. No município de Caratinga tal não ocorria. A ação local se dava seguindo as orientações dos diretórios estadual e federal. Isto era mais facilmente percebido quando se tratava de fazer oposição direta ao regime militar. Mas isso também era verdade para um outro extremo, ou seja, organizações mais de extrema-esquerda utilizaram as organizações emedebistas locais para desenvolver sua ação política sem interferência dos altos escalões do partido. Como a esquerda estava totalmente na ilegalidade, o MDB acabou servindo de meio legal para esta ação (KINZO, 1988, p.55-57).

O MDB e seu programa

Conforme vimos, o MDB se comportava mais como uma frente ampla de oposição que lutava pelo restabelecimento da democracia, do que como um partido possuidor de um conjunto definido de diretrizes, particularmente com referência às questões sócio-econômicas. Assim, seu programa acabava servindo apenas como um referencial de suas idéias do que como um programa a ser rigidamente seguido. Entretanto, em seu programa encontramos dados suficientes para entender muitas de suas posições, pelo menos em seu discurso político.

Além de conter princípios fundamentais, o programa do MDB apresentava um diagnóstico resumido da situação socioeconômica do país, bem como de seus principais objetivos, com referência a estas questões. Desde cedo vemos que seu principal objetivo era a luta pelo restabelecimento da democracia representativa, bem como dos direitos civis e da liberdade de organização para todos os setores da sociedade civil. De fato, logo no início de ser programa lemos:

O MDB denuncia o retrocesso de que foi vítima o País, de 1º de abril de 1964 a nossos dias.

O MDB não é um partido de reação, é um partido voltado para o futuro.

O MDB lutará pela transformação social profunda das estruturas brasileiras.

O MDB lutará pela mudança no estilo da ação política:

a) Através da pacificação da família brasileira, através da ANISTIA AMPLA E TOTAL (CHACON, 1998, p. 536).

Em relação à sua análise socioeconômica, o programa do MDB iniciava enfatizando que a posição defendida pelo partido não era contra a iniciativa privada, mas contra a intervenção do Estado na economia, cabendo a este “ordenar as relações de trabalho e produção entre os indivíduos e grupos”. Caberia ao Estado ser um regulador, não deixando que a riqueza fosse “indevidamente apropriada por alguns”. A partir daí, o programa critica a distorção causada pela política econômica do governo, que apesar do crescimento econômico gerou grande concentração de riquezas nas mãos de poucos. A análise que é feita do momento histórico do país merece ser citada, pois como disse Kinzo (1988), o “documento ressalta o caráter contraditório da política financeira, na medida em que se baseava, por um lado, em pesada tributação da economia e, por outro, em taxas tributárias preferenciais para certos setores para fazer frente a problemas cíclicos” (KINZO, 1988, p.61). Diz o programa do MDB, no texto, “Diagnóstico da realidade política e socioeconômica do Brasil”:

Do ponto de vista econômico, o País ostenta crescimento em certos setores e índices conjunturais positivos. Mas a concentração social da renda vem revelando que a expansão do mercado interno em escala está ameaçada, fato tanto mais sério quanto a vertiginosa evolução tecnológica, que amplia fortemente a capacidade de oferta em termos do fator-máquina, exige cada vez mais mercados em dimensões. A inexistência virtual de poder de compra nas demais regiões do País retira perspectivas de expansão do mercado global interno no ritmo necessário e deixa o atendimento dessas regiões, quase que sob a forma assistencial, à conta do esforço de poupança da região mais evoluída, quer mediante ativa tributação, quer através de amplos déficits orçamentários da União. Fator estrutural de fortes efeitos inflacionários, portanto, e de superação impossível através de medidas conjunturais (CHACON, 1988, p. 550).

Para combater esta situação preocupante, o programa prevê uma série de medidas que preconizavam, dentre outras coisas, (a) estabelecimento de um regime democrático baseado em um sistema representativo, com eleições gerais; (b) autonomia para o Poder Legislativo; (c) autonomia para o judiciário; (d) defesa dos direitos humanos; (e) revisão do princípio federativo, de forma a permitir o fortalecimento da autonomia estadual e municipal (f) revogação do AI-5; (g) anistia ampla, etc.

Como se pode observar pelo que foi citado acima, o programa do MDB abrangia uma grande variedade de questões dando ênfase não apenas na defesa de idéias liberais e democráticas, “como também políticas reformistas para fazer frente aos graves problemas da desigualdade social e de desenvolvimento do país. Tratava-se também de uma visão bastante nacionalista quanto à política de desenvolvimento econômico” (KINZO, 1988, p.64). Evidentemente era um

programa vago, mas reconhecidamente apresentava posições bastante avançadas para um partido de oposição num regime de exceção. Deve-se ressaltar que, nesta frente ampla, que era o MDB de então, existiam vários políticos conservadores. Por outro lado:

O fato de que o MDB estava longe de ter chances de chegar ao poder permitia que ele assumisse a defesa de princípios e diretrizes que, se postos em prática, colidiriam com o interesse de vários grupos dentro do partido. Em todo caso, se as diretrizes estabelecidas pelo MDB em seu programa tinham poucas chances de implementação, elas pelo menos serviram para direcionar o discurso oposicionista do partido e suas críticas às políticas sócio-econômicas do governo (KINZO, 1988, p. 64).

O controvertido nascimento do MDB no Município de Caratinga

Após as primeiras tentativas de se formar em Caratinga um diretório do MDB, feitas pelo Vereador Izá de Souza Lucas, em 1969, veremos que o seu nascimento no Município custou a se consolidar, isto porque as circunstâncias da época em nada favoreciam a oposição, ou seja, num governo que se mostrava autoritário o melhor mesmo seria aliar-se com os titulares do poder central da República. E a oposição ao regime deveria ser mantida discreta ou no anonimato até que uma abertura acontecesse e garantisse tranquilidade aos que a ela aderissem.

É importante salientar que o MDB encontrava sérios obstáculos para se firmar, pois como afirma Kinzo (1998), o MDB não estava tão bem estruturado quanto a ARENA, que contava com diretórios na maioria dos municípios do país, além disso seus eleitores tendiam apoiar o partido do governo, pois os municípios – em grande parte dependentes do governo estadual; não se dispunham a sofrer as conseqüências negativas de eleger políticos que não pertencessem ao partido do governo (KINZO, 1998, p.172).

A primeira vez que a sigla MDB é mencionada, no sentido de constituir-se numa legenda oposicionista em Caratinga se deu em junho de 1969, quando estiveram na cidade os Srs. Gomes Moreira, Deputado Estadual e Adão de Almeida, Prefeito de Três Marias (MG), ambos do MDB. Visitaram Caratinga com o propósito de fundar na cidade um Diretório do Partido. Segundo foi noticiado:

Os entendimentos dos visitantes não se fizeram em campo muito propício, visto que as bases consultadas se negaram a cerrar fileiras ao lado dos modebristas na formação de um diretório regional. Encontrando resistência férrea às suas pretensões políticas, os visitantes regressaram (...) (*O Jornal de Caratinga*, 24/06/1969, p. 3).

O assunto, porém, não morreria nessa primeira investida: O mesmo Jornal informa que “o vereador Izá de Souza Lucas se dispõe a envidar o melhor de seus esforços nesse sentido, (formação do diretório do MDB), dando feições definidas a chamada segunda força partidária no município”. O vereador pertencia aos quadros da ex-UDN, que viria a transformar-se na sublegenda ARENA 2. Por causa da resistência que vinha encontrando, declarou: “inconformado com a situação vigente (...) pretende iniciar um movimento de âmbito regional para o que vai contar com o fator dissidência” (*O Jornal de Caratinga*, 06/07/1969, p.3). De modo sigiloso, conseguiu inscrever em suas fileiras cerca de 450 eleitores. Segundo ele, tal número de eleitores foi recrutado nas “camadas dissidentes ligadas aos antigos partidos políticos, ou seja, no: PTB, PRP, PSD e UDN e junto a alguns líderes igualmente insatisfeitos com a situação política regional”. O jovem vereador mostrou-se otimista e prometeu lançar candidato à Prefeitura em 1969. “Na prática – revelou – dificilmente teremos a união de antigos pessedistas com antigos udenistas” (*O Jornal de Caratinga* 20/07/1969, p. 3). E nisto ele acertou. Sem muita esperança em 10 de agosto, às 9:00 horas nas dependências do CNEG (Campanha Nacional de Escolas Gratuitas), através de chapa única, é realizada a eleição do Diretório do MDB, conforme estava previsto, obedecidas as normas do Ato Complementar n.º 54. A chapa era encabeçada pelo próprio Vereador, Dr. Izá de Souza Lucas, e mais catorze filiados, sendo que somente 200 compareceram para votar, o que certamente inibiu a tentativa do partido de lançar candidato a Prefeito de Caratinga nas eleições de 15 de novembro de 1970, conforme havia anunciado.

Por causa do insucesso nessa primeira investida e com o falecimento do jovem vereador, o assunto ficou esquecido. Somente voltou a ser mencionado em novembro de 1971, quando a imprensa local estampou a seguinte manchete:

Muitos se inscrevem na ARENA e MDB fica de fora outra vez. E acrescenta a nota “Caratinga foi das cidades do interior a que mais conseguiu inscrever eleitores nos quadros partidários, com um índice de comparecimento ao local de inscrição, dos mais surpreendentes”. E conclui: “MDB não fez nada. Não dispondo de liderança nesta cidade, a corrente oposicionista, ainda uma vez, ficará de fora, sem qualquer possibilidade de que venha a ser constituído o seu diretório municipal (*O Jornal de Caratinga*, 28/11/1971, p.5).

Passados quase três anos, a edição do *O Jornal de Caratinga* de 19 de maio de 1974 trouxe em destaque a seguinte nota: “MDB é a opção autêntica que Flávio sugere”. Foi a fórmula que o Jornalista Flávio Anselmo encontrou para atrair a atenção dos descontentes ligados às duas sublegendas oficiais. E assim, em tom determinado, anuncia a sua candidatura a Deputado

Estadual pelo MDB, que, segundo ele, foi lançada “por alguns movimentos jovens da cidade e pelo diretório central de Belo Horizonte”. E disse ainda: “o que mais me entusiasmou no princípio, foi a idéia de criar o diretório do MDB em Caratinga e graças a Deus, já fizemos isso, com muito sacrifício e incompreensão” (*O Jornal de Caratinga*, 19/05/1974, p.6), para em seguida afirmar que a idéia de entrar na política não o seduz e que seria interessante que alguém da cidade assumisse essa posição. Na realidade o eleitorado local mantinha-se fechado em torno de candidatos da ARENA, em nada se interessando com o MDB, tido como “do contra”. E mais, cautelosamente afirma que “sua intenção não é a de desagregar as lideranças municipais e que acredita que o eleitor de Caratinga precisa ter outras opções” (*O Jornal de Caratinga*, 19/05/1974, p.6). E finaliza: “quando criei o MDB em Caratinga...”. Esta constitui uma afirmativa controvertida, pois a primeira menção voltada para a organização daquela agremiação foi do Dr. Izá de Souza Lucas e um pouco mais tarde, em 1969, feita pelos políticos visitantes, de Três Marias, como citamos anteriormente. Portanto, a afirmativa do jornalista Flávio Anselmo, fica prejudicada, embora ele demonstre interesse em ver o MDB participando da vida política local. Teria sido melhor se tivesse dito: “quando pensei em criar o MDB em Caratinga”. E continua: “senti pelos contatos que tive, que existe muita gente descontente nos dois blocos e que não sabe para onde ir” (*O Jornal de Caratinga*, 19/05/1974, p.5). Ao continuarmos a leitura de sua entrevista percebemos que não existe nas suas afirmações uma convicção a respeito do assunto, como atesta esta frase: “*se não aparecer ninguém do nosso partido, não havendo mesmo condição para eu entrar (posso garantir que está meio difícil), o MDB vai indicar alguém, que pelo seu espírito de trabalho, terá alguma relação bem íntima com a cidade*” (*O Jornal de Caratinga*, 08/09/1974, p.1)

São afirmações inseguras, como se pode notar, confirmadas com a divulgação da seguinte nota: “Jornalista Flávio Anselmo não se registrou pelo MDB como candidato a deputado”. E mais, “nem mesmo o diretório do MDB que ele pretendia organizar em Caratinga, foi possível”. (*O Jornal de Caratinga*, 8/9/74, p.3). Apuramos que ele adotou esse posicionamento por ter encontrado resistência vinda da sua própria família, tradicionalmente seguidora do ex-PSD. Movimentar-se em direção a um outro partido seria uma traição à fidelidade que seus pais devotaram ao antigo partido e aos líderes políticos locais, aos quais estiveram ligados por vários anos. E assim, as primeiras tentativas de se ter o MDB em Caratinga foram afastadas mais uma vez.

Existem dúvidas, como se pode notar, e até algumas contradições quanto à origem do MDB no município, detectadas após analisarmos esses e outros depoimentos que colhemos junto a outros personagens envolvidos com a política local. O Suplente de Deputado Estadual, José Moisés Nacif Júnior⁴⁰, por exemplo, nos declarou que o fundador do MDB caratinguense teria sido o Deputado Estadual Carlos Cota, cujo reduto eleitoral estava na vizinha cidade industrial de Ipatinga. Até o próprio Jornalista Flávio Anselmo faz referência a isso, quando declara na imprensa local: *“fiquei sabendo que várias outras pessoas como o Deputado Carlos Cota estão interessadas na criação do partido aqui e forçando como está forçando, vai acabar provocando uma desagregação”*. Nota-se logo que o partido não estava ainda estruturado no Município. Na entrevista que o Jornalista concedeu à Rádio Sociedade Caratinga, em 26/01/1975 ele é categórico:

posso dizer sem falsa modéstia que eu sou o pioneiro na formação do MDB em Caratinga. A cerca de um ano antes, quando o MDB ainda era uma esperança eu vim a Caratinga e pensei em criar uma opção para o eleitor caratinguense, preso às sublegendas da ARENA. Fundei então o Diretório provisório, que está registrado com cinco elementos daqui, tudo de acordo com a Lei.

Durante a entrevista ele insiste em dizer que foi ele o fundador do MDB em Caratinga. Curioso é que em certo momento, mostra-se descontente porque outras pessoas estavam se movimentando para criar o partido. Se considerarmos que as maiores movimentações foram feitas pelo jornalista, inclusive em Belo Horizonte, junto ao Diretório estadual e em contatos que manteve com o Presidente do Partido em Minas, Deputado Jorge Ferraz, conforme revelou na entrevista à Rádio, então poderíamos considerá-lo o criador do MDB no município. Entretanto, outros fatos nos conduzem em direção oposta. Demonstram haver dificuldades para que o MDB se consolidasse em Caratinga como se pode notar pela seguinte nota divulgada pela imprensa local: *“pouca gente no salão da Câmara Municipal no domingo passado quando da formação do Diretório local do MDB. Sucesso do MDB em Caratinga só depois da eleição do Diretório da ARENA”* (*O Jornal de Caratinga*, 4/05/1975, p.2). É interessante observar que em artigo posterior o mesmo jornal destaca:

... o MDB, em formação no Município de Caratinga, buscando aparelhar-se para as futuras competições eleitorais, também, cuidou do registro do seu Diretório, sem se preocupar em ter nos seus quadros antigos figurões da política local, porque “isso

⁴⁰ Depoimento concedido por José Moisés Nacif Júnior a José Aylton Mattos em 21/08/2006.

implicaria na mudança, apenas, do rótulo ficando o mesmo caldo” (*O Jornal de Caratinga*, 15/06/1975, p.1).

É de se perceber que até aquela data de 1975 o MDB não tinha um Diretório legalmente formado no município. Nota-se que os eleitores, passados onze anos do Golpe Militar, ainda se mostravam temerosos e inseguros em se inscreverem num partido de declarada oposição ao regime. Por via das dúvidas, e em face do pragmatismo mineiro, melhor mesmo era adotar a sabedoria popular, na qual “prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”.

E assim, no dia 13 de julho de 1975 a ARENA formou mais uma vez o seu diretório, composto de figurões ex-pessedistas (ARENA 1) e ex-udenistas (ARENA 2), o mesmo acontecendo com o MDB. “Ambos os partidos concorreram com chapa única, já que tanto a situação como a oposição encontraram o caminho do melhor entendimento. O MDB com maior razão por se tratar de um partido novo em Caratinga” (*O Jornal de Caratinga*, 20/07/1975, p.8). Novamente a imprensa entra em cena ao revelar: depois de quase um ano afastado da política de Caratinga, onde “tentou fundar o diretório do MDB” e, segundo ele, foi mal compreendido “por meia dúzia de três ou quatro conterrâneos”, o jornalista Flávio Anselmo [...] voltou a se manifestar sobre o assunto [...] Disse:

porque achei que chegou o motivo novamente, pois as coisas estão tomando os rumos de sempre, sem chance de se impor uma nova mentalidade”. E mais à frente ele afirma: Eventualmente tentei fundar o MDB, (grifo nosso) apenas para dar uma opção ao eleitor de Caratinga. [...] Estamos dominados pela política do ex-pessedismo e ex-udenismo (...). (*O Jornal de Caratinga*, 25/11/1975, p.4).

Em face dessa afirmação e na falta de documentação que comprove o contrário, cai por terra a pretensão do jornalista de ser o criador do MDB no Município de Caratinga.

Diante de tantas controvérsias, pode-se afirmar que o MDB começou, de maneira tardia a sua trajetória local, que só não foi antecipada, primeiro porque não havia esse interesse da parte de nenhum grupo político caratinguense, todos dominados e sob a influência dos fiéis e tradicionais políticos ligados aos dois partidos atuantes no Município, ou seja, a ex-UDN e o ex-PSD, os quais inibiam qualquer movimento que conduzisse em outra direção; segundo, porque por mais que se tentasse, era difícil encontrar pessoas com alguma representatividade social e política dispostas a se juntarem num grupo opositor que se posicionasse contrário aos governos estadual e federal, pois muitas dessas pessoas, em algum momento da vida, foram

beneficiadas com algum tipo de favor, como era comum acontecer; terceiro, em função do comportamento adesista das pessoas aos programas implementados pelos governos militares. Ninguém, em face da situação gerada pelo golpe militar se sentia à vontade em estar do lado oposto ao do poder, em alguns casos até por medo de alguma retaliação. Gradativamente, as pessoas começaram a se movimentar, numa tentativa de fugir do mesmismo político vigente por mais de duas décadas.

O início de 1976 chegou, porém pouco se falava sobre as eleições municipais, marcadas para acontecer em 15 de novembro daquele ano. A primeira ação partiu do MDB, que no dia 27 de março promoveu a realização de reunião dos membros locais, regionais e estaduais nas dependências do CTC-Caratinga Tênis Clube, convocada pelo Presidente do Diretório Municipal, Sr. Ernani Vilela, com vistas nas eleições municipais. O acontecimento recebeu delegações de cidades do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. Nesse encontro estiveram presentes os Deputados Federais Tancredo Neves, Carlos Cota e Renato Azeredo e os Deputados Estaduais Sebastião Mendes de Barros e Genésio Bernardino (*O Jornal de Caratinga*, de 4/4/1976, p.8).

A iniciativa do MDB foi ousada, em face da sua pouca penetração no eleitorado local, que ainda mantinha, em 1975, certas reservas em relação àquele partido oposicionista, visto como radical, por ser oposição e contrário ao governo militar. E assim, como bons mineiros, seria melhor agir com cautela, não apoiando e nem votando em gente da oposição.

Em 27 de março de 1976, interessados nas eleições municipais, os filiados locais e outros pertencentes aos diretórios regionais e estaduais do MDB se reúnem em Caratinga. Naquela data, durante reunião “ficou acertada a participação do partido no pleito sucessório, com candidatos próprios nas chapas para prefeito e vereadores”. Várias cidades mandaram delegações para o encontro, que contou com a presença de gente de expressão no partido, dentre eles as dos então Deputados Federais Tancredo Neves, Carlos Cota, Renato Azeredo e dos Deputados Estaduais Sebastião Mendes Barros e Genésio Bernardino (*O Jornal de Caratinga*, 4/04/1970).

O MDB entra na competição municipal

Na reunião realizada no dia 7 de agosto de 1976, próximo do período de abertura política, pela primeira vez um candidato do MDB é lançado para disputar a prefeitura de Caratinga.

O nome escolhido recaiu sobre o do advogado Arthur Bernardes Martins de Paiva, que teve como candidato a vice-prefeito o contabilista Jaeder Soares Moreira. Ao discursar, Arthur Bernardes afirmou que *“somos poucos, mas somos bravos, e é bom que o outro lado saiba que no MDB não tem corruptos.”* Como um partido ainda no nascedouro, e querendo se firmar perante a opinião pública e ao mesmo tempo, para tentar intimidar os adversários fez uso dessa bravata. Tamanha valentia porém, rendeu ao partido somente 382 votos para prefeito, num horizonte de 35.388 votos. E mais: não elegeu nenhum vereador. Descontente com o resultado e alegando fraude eleitoral, o partido requer ao Juiz da 61ª Zona Eleitoral de Caratinga o fornecimento de documentos que, segundo foi alegado, serviriam para provar a existência de possíveis irregularidades ocorridas durante o pleito do dia 15 de novembro daquele ano. Era este um procedimento muito utilizado naquela época. Uma fórmula usada para tornar menos evidente a vitória do adversário.

Se nas eleições municipais de 1976 o MDB não obteve a votação que os seus correligionários esperavam, nas eleições para Deputado Federal e Estadual de 1978 teve um “crescimento até certo ponto espantoso” de 381,04% e 748,0%, respectivamente, exceto na votação para Senador, que apresentou crescimento negativo, pois sendo menor o número de candidatos falou mais alto a tradição pessedista e udenista, expressiva no meio rural (Distritos), onde os candidatos da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) receberam 19 480 votos (na cidade foram 6 661 votos). Não aconteceu com o MDB, que obteve 10.888 votos (nos Distritos 4.105 votos e na cidade 6.783).

Acreditamos que o crescimento obtido pelo MDB na votação dos candidatos a Deputado Federal e Estadual revelava uma reação dos eleitores, desejosos em ver mudanças na política local, já que os candidatos que lhes eram oferecidos continuavam os mesmos de sempre, pertencentes aos quadros da ARENA 1 e da ARENA 2, provenientes das antigas siglas PSD e UDN, que insistiam em se manterem vivas no Município de Caratinga, apesar de extintas há mais de treze anos.

Embora tenha conseguido se projetar nas eleições proporcionais, o desempenho do MDB não se manteve no mesmo ritmo, isto, porque a ARENA, servindo-se da sublegenda mostrava-se muito mais eficiente na captação de novos eleitores, mesmo tendo o MDB iniciado sua trajetória

de crescimento. Isso não significou diminuição da importância da ARENA, que continuou na preferência dos eleitores locais, pois estes viam no partido a possibilidade do Município melhorar o seu padrão social e econômico, por tratar-se do partido do governo. Sendo assim, a ARENA atraiu para si a atenção e a filiação de ex-integrantes dos dois únicos partidos que vigoraram em Caratinga durante o pluripartidarismo existente antes do Golpe Militar, de 1964, ou seja, PSD e UDN. Para o MDB dirigiram-se alguns simpatizantes do ex-PTB, partido que após uma única tentativa, em 1969 não conseguiu ver o seu diretório implantado no Município.

Em Caratinga, passadas as eleições a ARENA se recolheu, enquanto o MDB, de olho nas eleições seguintes, recebeu a visita do Deputado Estadual Genésio Bernardino, representante do Município de Manhumirim e que por diversas vezes compareceu a Caratinga, sempre com o propósito de promover a estruturação do MDB. Desta vez não foi diferente. Aproveitando o crescimento da votação obtida pelo Partido, o que significa estar ele ganhando mais espaço no Município, retorna à cidade, conforme afirmou no programa “Tribuna do Povo”, da Rádio Caratinga, levado ao ar no dia 24 de julho de 1979, “para a estruturação e reformulação do Diretório Municipal do MDB”, com os olhares postos em 1982, quando deverão ocorrer novas eleições municipais (*O Jornal de Caratinga*, 28/07/1979, p.6). Mas não só por isso, também porque seria prudente entrar em 1980 com o MDB consolidado, tendo em vista as modificações das exigências impostas pela Emenda Constitucional nº 11/78 que previa a organização de (novos) Partidos Políticos no Brasil. Dessa maneira o MDB entraria no processo mais fortalecido no momento em que o Governo Federal sinalizasse para a efetivação da abertura política que já estava sendo delineado.

O novo Diretório ficou assim constituído: Presidente, Dr. Eduardo Daladier Pereira; Vice-Presidente, Dr. Manoel Ferreira Filho; 1º Secretário, Dr. Sérgio Luiz de Carvalho; 2º Secretário, Jesiel Moreira de Oliveira; Tesoureiro, Adílio da Paixão Ferreira.

Depois de empossado, pouco ou quase nada esse novo Diretório pôde fazer, tendo em vista a Lei nº 6 767, de 20 de dezembro de 1979 que decretou a extinção da ARENA e do MDB e, ao mesmo tempo, restabeleceu o pluripartidarismo no país.

Em novembro de 1979, o governo ao extinguiu os dois partidos e impôs uma nova legislação eleitoral destinada fundamentalmente a manter a ARENA intocada (mas com um novo nome, PDS, Partido Democrático Social) e dividir a oposição em vários partidos (KECK, 1992, p. 40; KINZO, 1980, 1988, p. 204-217, apud MAINWARING, 2001, p.129).

As expectativas do governo em manter a integridade da ARENA como partido e de dividir a oposição logo se tornaram realidades. “Antes da reforma, 231 dos 420 deputados federais pertenciam à ARENA (KINZO, 1988, p.209); depois da reforma, embora os números oscilassem um pouco de um mês para outro, a ARENA tinha perto de 215. Os deputados da oposição passaram de 189 para 205. Só que a oposição não estava mais unida, e o governo acreditava ser capaz de cooptar alguns partidos” (MAINWARING, 2001, p.130).

O ano de 1980 chegou e com ele novas esperanças para a classe política, que intensificou a sua movimentação no sentido da organização das novas agremiações partidárias. Sem dúvida um trabalho difícil e que exigiu um desgastante trabalho de engenharia política, primeiro, para depois de organizadas os novos partidos, formular estatutos, programas e definir filosofias; segundo, para escolher nomes que fossem realmente úteis e suficientemente capazes de dar vida a esses novos partidos.

Os grupos políticos de Caratinga, frente a essas novas mudanças partidárias se colocaram atentos. Os meios de comunicação logo começaram a participar, como se pode observar na seguinte nota: “Nos últimos dias a movimentação política em Caratinga tem sido das mais intensas, com o pessoal do PDS cuidando da organização da Comissão Provisória da sua agremiação partidária” (*O Jornal de Caratinga*, 12/01/1980, p.5)). Interessante é que o novo partido nasceu sem novidades. Quase duas décadas ficaram para trás, mas continuou prevalecendo como critério para a escolha de nomes que comporiam a nova agremiação, invocar as tradicionais e velhas siglas partidárias, PSD e UDN. Segundo foi noticiado, “na formação da Comissão Provisória do PDS de Caratinga é certo o critério de coalisão, a exemplo do que existia em termos de ARENA, devendo o antigo PSD contar com 7 membros e a ex-UDN com 4, garantindo à representação minoritária a possibilidade da sublegenda”(O *Jornal de Caratinga*, 12/01/1980, p.5). Como podemos ver, mais uma vez a maior parte do bolo ficou com o PSD, ou seja, com o grupo político tradicionalmente majoritário. Quanto aos nomes mais cotados para a composição do Diretório não houve novidades, apareceram os mesmos de sempre. Do lado do antigo PSD os seguintes: Dr. José de Paula Maciel, Dr. Antônio Monteiro de Rezende, Pedro Cimini, Juvenato Teixeira, Reginaldo Machado Neto, Dr. José Boy de Vasconcelos, Dr. Hugo Martins Amorim, João da Costa Mafra, Antônio de Araújo Côrtes, Feliciano Miguel Abdala e Francisco Lopes Evangelista. Da parte da ex-UDN: Antônio Medeiros, João Rocha, Dr. Cristóvam Moreira de Siqueira, Sebastião Miranda

de Rezende, Sebastião Luiz Silva, Athayde Gonçalves de Carvalho e Dr. Clinton Pereira da Gama (*O Jornal de Caratinga*, 12/01/1980, p.5). Se retrocedermos no tempo veremos que a maioria dos nomes citados são em sua maioria os mesmos que formaram anteriormente o diretório da ARENA 1.

Como as eleições para Prefeito somente aconteceriam em 1983, os grupos políticos permaneceram em compasso de espera, num ritmo mais lento, até que fosse definida a direção que melhor se ajustasse aos interesses locais.

Conclusão

Um dos principais argumentos de seu livro *Sistemas Partidários em Novas Democracias – o caso do Brasil*, Mainwaring (2001) afirma que o “sistema partidário brasileiro é pouco institucionalizado.” Segundo ele, o que distingue um sistema institucionalizado é a “estabilidade dos padrões de competição entre os partidos”. Levando-se em conta as últimas décadas de nossa história, sua grande característica foi a “extraordinária volatilidade eleitoral que refletiu a incapacidade dos partidos para conquistarem um eleitorado estável e fiel ” (MAINWARING, 2001, p.127). Característica interessante do período, anotado pelo mesmo autor, é que quase sempre, os partidos do governo estavam fadados a fracassos eleitorais. Isso foi evidente no caso da ARENA, mas também, e tempos depois, quando o próprio MDB torna-se poder.

Este fortalecimento do partido já era notado desde quando, nas eleições de 1976, o MDB conseguiu penetrar mais fortemente nos municípios, como aconteceu em Caratinga e em 1978, nas eleições estaduais, teve o mesmo rendimento. O fortalecimento do MDB, aliado ao crescimento dos grupos de oposição da sociedade civil foram logo sentidos pelos militares, que analisaram que a estratégia do bipartidarismo estava fadada ao fracasso e, conseqüentemente, era necessário uma nova medida casuística.

A solução encontrada foi, como vimos, o fim do bipartidarismo e a adoção do multipartidarismo, como forma de enfraquecer os partidos de oposição. Com a reorganização partidária de 1979, a oposição fragmentou-se em vários partidos, com a ARENA mantendo certa unidade. Mas mesmo assim, nas eleições de 1982, o resultado mostrava a tendência que se seguiria pelas décadas seguintes, de enfraquecimento dos partidos ligados e, ou originados da ARENA. O sistema político tornou-se cada vez mais competitivo no início dos anos 80, ampliando o espaço das forças de oposição. Segundo Schmitt (2000), ao dar um passo importante em direção à democracia, as eleições diretas para governador foram marcadas para 1982, nas quais os partidos de oposição receberam 51,0% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, 40,0% para o Senado e 45,4% para governador (SCHMITT, 2000, p.56). Do lado da oposição ao governo o PMDB ganhou os governos de nove estados e o PDT, um. Do lado situacionista, o PDS ganhou doze governos estaduais, na maior parte dos estados mais pobres; enquanto dos dez estados conquistados pela oposição 3 eram responsáveis por 75% do total do PIB - Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (MAINWARING, 2001, p.135). Também importante foi o

fracasso do PDS ao tentar manter a maioria absoluta na Câmara dos Deputados, a primeira vez desde 1964 que o partido situacionista perdeu o controle de uma casa no Congresso (SCHMITT, 2000, p.57).

Este fato, combinado à perda da maioria dos governos estaduais de prestígio, foi um poderoso golpe sobre o PDS. Apesar da manipulação cuidadosa das leis eleitorais e das vantagens oferecidas pelo controle dos recursos estatais, uma real redistribuição de poder político havia ocorrido e as últimas eleições sob o regime militar confirmaram a força declinante da direita.

Segundo a análise de Maria Dalva Kinzo (1988), o MDB não foi bem sucedido ao tentar cruzar a linha de tolerância à atuação oposicionista permitida pelo regime. Igualmente foi malsucedido quando adotou uma linha excessivamente moderada. Se, desta forma, ele conseguiu evitar problemas com o regime militar, por outro lado isto prejudicou o caráter oposicionista de sua imagem pública. Porém, de acordo com a autora, dentro do processo eleitoral permitido, o MDB constituiu-se em importante fator de mudança das regras do jogo político. “Em 1973, por exemplo, na campanha do antecandidato para a presidência e no ano seguinte, na campanha eleitoral, o MDB foi capaz de usar o espaço permitido pelo regime sem ameaçar o sistema como um todo, sendo pela primeira vez bem sucedido em seu desempenho eleitoral” (KINZO, 1988, p.227). Este sucesso eleitoral foi de grande importância, pois revelou, não só os problemas de legitimidade do regime, como também a sua própria importância como canal legal de participação política.

Mesmo se levarmos em conta que “a importância do MDB pode estar ligada ao bipartidarismo”, ao regime de exceção etc, convém lembrar também que agindo como minoria num Congresso marcado pelas casuísticas e arbitrariedades, “este partido MDB conseguiu transformar-se numa importante força política de oposição ao regime, [e] isso se deveu *também* ao próprio mérito do MDB de ter mantido em funcionamento um canal de atuação oposicionista ao longo dos vários e difíceis anos de autoritarismo. Em outras palavras,

o MDB se tornou um movimento importante ou um autêntico partido de oposição *também* porque alguns políticos - liberais, conservadores e de esquerda - trabalharam para a criação do partido, mantiveram-no vivo durante períodos difíceis e empenharam-se para fazer dele um canal oposicionista capaz de expressar a insatisfação popular com o governo e com o regime. E apesar dos espaços limitados reservados à prática legal da oposição, com o MDB manteve-se aberto um canal de participação a todos os que acreditavam válido o combate do regime através da política parlamentar” (KINZO, 1988, p.227).

Em relação a Caratinga ficou evidenciado para nós no decorrer desse estudo, a dificuldade que o MDB teve para instalar o seu Diretório no Município, predominantemente dominado pela ARENA, tanto assim que, somente em 1976 conseguiu lançar um candidato para disputar, pela primeira vez, a Prefeitura da cidade. Essa situação, conforme já tivemos a oportunidade de mencionar, tem uma justificativa plausível: Constituindo-se o MDB num partido oposicionista e sendo os representantes políticos do município tradicionalmente sintonizados com o governo federal, não é de se estranhar que a tendência das lideranças locais seria afastar-se do partido oposicionista. Tal atitude, além de propiciar resultados em termos de lucratividade política para o Município e para as lideranças, atrairia benefícios para a região. Em geral, deveria ser esse o pensamento reinante. Promessas aconteciam em quantidade, mas as obras e os benefícios prometidos foram poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os partidos políticos se situam numa posição que indica, ao mesmo tempo, força, ligação a um programa, obediência e algumas tradições, enfim, constitui no dizer de Sartori (1983) “agentes principais da competição pelo poder estatal”.

Ao tratarmos do funcionamento partidos políticos em Caratinga entre 1964 e 1980, procuramos enfocar no decorrer do trabalho realidades diferentes. De início procuramos analisar a fase liderada por Getúlio Vargas, que se lança na política nacional e a coloca sob seu comando, de maneira a lhe garantir a permanência no poder, para dele se afastar em 1945, mas não em caráter definitivo, pois a ele retorna quatro anos depois. Foi um tempo dominado por dois partidos, cuja origem se deve à intervenção do próprio Vargas: PSD e PTB. O primeiro, se espalhou pelo Brasil, principalmente no interior dos municípios aonde conseguia reunir fiéis adeptos, representados por proprietários rurais, sitiantes e fazendeiros. Em Caratinga, município mineiro tradicionalmente rural, o PSD teve uma participação destacada, dominando a política local, a partir da chegada do prefeito nomeado José Augusto Ferreira Filho. A força do PSD perdurou no município até depois da sua extinção, em 1965, por causa da sua estrutura, montada de forma a se tornar algo enraizado no comportamento político das pessoas. Ser pessedista em Caratinga significava manter-se fiel à tradição passava de pai para filho.

Mesmo dispondo de força e tradição nacional, o PSD encontrou na UDN o seu opositor direto e mais ferrenho, mas que não chegou a ameaçar a sua estabilidade. Cada um a seu modo, utilizava-se de “métodos diferentes” de fazer política. O PSD, tanto no âmbito nacional quanto local, lançava mão de uma política clientelista, ancorada na troca de favores, nas ligações afetivas e nos vínculos entre o representante político e o cidadão comum, com quem mantinham uma relação amistosa de proximidade e confiança. Da parte da UDN, embora tais procedimentos não fossem muito diferentes, eram praticados em menor intensidade. No fim, o que se via era uma luta direta pela conquista do poder, que no caso da UDN de Caratinga ocorreu apenas uma vez, em 1972, quando o partido venceu nas eleições municipais, conquistando o Executivo local.

Quanto ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, embora tenha ocupado espaço nas áreas urbanas, onde encontrou terreno junto aos trabalhadores e nos sindicatos, em Caratinga não

chegou a se estabelecer de forma duradoura. A única tentativa que se tem registro ocorreu somente em 1987, quando foi tentada a criação de um diretório local, mas sem sucesso.

Em 1965, com o golpe militar deflagrado no ano anterior, esses partidos foram oficialmente extintos, para dar lugar à ARENA – Aliança Renovadora Nacional e ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, partidos impostos pela nova ordem política nacional, instituída pelos militares. Com o desaparecimento do PSD e da UDN os políticos que compunham tais partidos se viram, de uma hora para outra, obrigados a se posicionarem dentro de uma nova estrutura. E assim, tradicionais adversários, não tinham outra escolha senão irem para a ARENA ou para o MDB. Os partidos em sua maioria, tanto na esfera federal como estadual, por uma questão de sobrevivência política, optaram pela ARENA, o partido do governo. Muitos se afastaram da vida política, enquanto outros foram para o MDB, o partido da “oposição consentida”, também criado pelos ideólogos do novo sistema imposto ao país. Em Caratinga, o MDB não conseguiu adeptos, pois era identificado como partido contrário ao governo militar, posição que ninguém queria assumir na época. A criação do primeiro diretório do partido só veio a acontecer em 1979, quando o período ditatorial já estava próximo do seu final. Quanto a ARENA, esta sim, recebeu “todos os políticos” locais que para ela se dirigiram não por convicção ideológica, mas por conveniência e até por sobrevivência política. E assim, um típico emaranhado de ex-adversários pessedistas e udenistas se formou, com prevalência dos primeiros. Depois de um tempo de “difícil convivência” a saída foi utilizar o recurso da sublegenda, já que os ânimos permaneciam em constante tensão. Os ex-pessedistas migraram para a sublegenda ARENA 1 e os ex-udenistas para a ARENA 2, situação que perdurou por todo o período militar.

Em relação aos termos ex-pessedista e ex-udenistas, relativos aos dois partidos de maior expressão em Caratinga, ou seja, PSD e UDN continuaram a ser utilizados por muito tempo, mesmo após o fim do período militar de governo. Tais fatos sustentam a tese de Berstein (apud REMOND, 2003 p.69), “uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Instituições Pesquisadas

NUDOC – Núcleo de Documentação e Estudos Históricos do Centro Universitário de Caratinga-UNEC;

Agência do IBGE de Caratinga;

Cartório Eleitoral da Comarca de Caratinga;

Tribunal Regional Eleitoral de Belo Horizonte;

Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte;

Arquivo da Câmara de Vereadores de Caratinga.

Documentação Oral

DEPOIMENTOS PRESTADOS A JOSÉ AYLTON DE MATTOS:

- Dr. Clinton Pereira da Gama. Ex-presidente da OAB em Caratinga e militante político.

- José Moisés Nacif Júnior, em 21/08/2006. Deputado Estadual pelo PMDB (1985).

- Marilene Gonçalves Villela, em 21/03/ 2007, esposa do Sr. Ernani Villela, primeiro presidente do MDB, em Caratinga (1975-76).

- Monir Aly Saygli, em 28/08/2006. Professor e advogado, compôs o 1º Diretório do PTB, em Caratinga (1987).

- Onair de Freitas, fotógrafo caratinguense com atuação no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e Brasília, nas décadas de 1960 a 1990.

- Rômulo Arantes, em 20/03/2007, professor, ex-filiado do MDB.

- Sebastião Ricardo, em 05/12/2006, membro do PMDB de Caratinga, atuou no governo do prefeito Anselmo Bonifácio (1984).

DEPOIMENTOS PRESTADOS E ARQUIVADOS NO NUDOC - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS HISTÓRICOS “PE. OTHON FERNANDES LOURES”, DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA-UNEC.

- Helena Marques Jorge – a Giselle Laguárdia Valente e José Aylton de Mattos em 27/10/2005.
- José Silva - a José Aylton de Mattos e Giselle Laguárdia Valente em 16/11/2004.
- Jovino Guzella de Abreu – a José Aylton de Mattos e Giselle Laguárdia Valente em 25/05/2004.
- Nelson Sena Filho - a José Aylton de Mattos em 29/06/2007.

Periódicos

- *Correio Brasiliense* 17/ 08/1973.
- *Diário de Caratinga*, 22/06/2007.
- *Impacto*, 18/09/1966 e 28/12/1966
- *Jornal do Brasil* de 23/04/1972 e de 25/08/1974;
- *O Jornal de Caratinga* de 1968 a 1980;
- *O Município*, de 1937 a 1945;
- *O Globo*, 9/12/1974.

Artigos:

BRITO, Vera Lúcia Alves de. “Relações Estado/ Sociedade no Período Populista”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.47, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual”. In: *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997.

CARVALHO, Orlando de. “Ensaio de Sociologia Eleitoral”. Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1958.

DINIZ, Eli. “Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico”. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

SIMÃO, Aziz. “O Voto Operário em São Paulo”. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 1, 1956.

SOARES, Gláucio Ary Dillon: “Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria.” In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.17, 1973.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O Golpe contra as reformas e a democracia”; FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

Livros:

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo Histórico*. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

_____. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

BERNSTEIN, Serge. *Histoire du parti radical*. Paris: 1982, v. 2.

BLONDEL, Jean. *As Condições da Vida Política na Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 5ª ed., 2000.

_____. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre: *O Poder Simbólico*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. 7ª Ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina”. In:

COLLIER, D. (org). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio (Orgs.) *Visões do Golpe*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: Discurso e Práxis de seus Programas*. Brasília. 3ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHAGAS, Carmo. *Política*. Arte de Minas. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

CHALITA, Gabriel. *O Poder*. 2ªed. São Paulo: Editora Saraiva,1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder – O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do Getulismo ao Reformismo 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. *História Oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

_____. *O Brasil Republicano - O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina na Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: EDUSC, 2003.

DUVERGER, Maurice. *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. London, Methuen, 1954.

FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FICO, Carlos. *Regime militar no Brasil (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.

FONTENELLE, Isabel Picaluga. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra (Grael), 2005.

GOMES, Ângela de Castro. *Getúlio e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.

_____. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo: Vertice, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LINS, J. “The future of na authoritarian situation or the institucionalization of na authoritarian regime: the case of the Brazil”. In: STEPAN, A. (org.) *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, s/d.

LIMA Jr., Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias – o caso do Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____, MENEGUELLO, Raquel e POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. Quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1974.

MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

MOTTA, Rodrigo Sá. *Introdução à história dos Partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

_____. “João Goulart e a Mobilização anticomunista de 1961-1964”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João /Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi: *Multipartidarismo e Democracia – um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PANEBIANCO, Ângelo. *Political Parties. Organization and Power*. Cambrigde: Cambrigde Universiy Press, 1988.

PORTO. Walter Costa. *O Voto no Brasil. Da Colônia à 6ª Republica*. 2ª ed., Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002.

REMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1992.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo. Partidos e Gerais na Política Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1987.
- SAYGLI, Monir Ali. *História de Caratinga*. Caratinga: Editora Gráfica Ana Pontes Ltda, 1998.
- SARTORI, Giovanni. *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1985.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SENA FILHO, Nelson de; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. *A morfologia das cidades médias*. Belo Horizonte: editora Vieira, 2005.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*, São Paulo, Alfa Omega, 1990.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª edição, 1988.
- VAL, Lázaro Denizart. *Cronologia da História de Caratinga*. S/L. Distrito Federal: Editora Gráfica Alvorada Ltda, s/d.
- VALLE, Álvaro. *Estruturas Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Laudes S/A, 1970.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)